UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

WELLINGTON TOHORU NAGANO

A experiência paulistana na implantação dos parques lineares:
Estudo do Parque Linear Itaim

São Paulo
2018

WELLINGTON TOHORU NAGANO

A experiência paulistana na implantação dos parques lineares:
Estudo do Parque Linear Itaim

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves

São Paulo
2018

WELLINGTON TOHORU NAGANO

A experiência paulistana na implantação dos parques lineares:
Estudo do Parque Linear Itaim

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Fábio Mariz Gonçalves

São Paulo
2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Contato: nagano@usp.br

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Nagano, Wellington Tohoru

A experiência paulistana na implantação dos parques lineares. Estudo do Parque Linear Itaim / Wellington Tohoru Nagano; orientador Fábio Mariz Gonçalves. - São Paulo, 2018.
203 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Paisagem e Ambiente

1. Parques. 2. Espaço Público. 3. Espaços Livres.
I. Gonçalves, Fábio Mariz, orient. II. Título.

Nome: NAGANO, Wellington Tohoru

Título: A experiência paulistana na implantação dos parques lineares. Estudo do Parque Linear Itaim

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao amigo e professor Fábio Gonçalves pela orientação, serenidade, apoio e pelas agradáveis conversas ao longo da pesquisa.

Ao Sun Alex, por compartilhar sua experiência profissional e acadêmica durante os anos em que estive na SVMA e pelo incentivo na realização desta dissertação.

À Catharina Lima e ao Jonatas Magalhães pelos comentários pertinentes na banca de qualificação.

À Alejandra Devecchi, pela contextualização da origem dos parques lineares na época em que era diretora de planejamento ambiental na SVMA.

Ao Constantino Kipriadis Filho, pelo panorama da Prefeitura Regional do Itaim Paulista.

Ao Armando Tecco, administrador do Parque Linear Itaim na época da pesquisa, por compartilhar a sua experiência na gestão deste parque linear.

Ao Eduardo Mendes e ao Marcelo Seron, da SVMA, pelo apoio e troca de ideias.

Ao Rafael Rodrigues, pela leitura dos textos, comentários e acompanhamento da pesquisa.

Aos professores Anália Amorim, Caio Santo Amore, Catharina Lima, Ermínia Maricato, Eugênio Queiroga, Flávio Villaça, Marta Bogéa e Vladimir Bartalini, cujas contribuições foram fundamentais para a pesquisa.

À Ana Guerra pela revisão dos textos e à Thaís Yokomizo pela revisão do *abstract*.

À FAUUSP, representada pelos seus funcionários, pelo apoio no desenvolvimento da pesquisa.

À minha família, sempre presente, pelo apoio incondicional e incentivo.

*Ao pequeno Lucas, cuja inocência e alegria
são incentivos para criarmos cidades mais justas e
democráticas.*

RESUMO

Entre 2007 e 2013, a Prefeitura de São Paulo implantou 20 parques lineares, principalmente em áreas periféricas. Estes espaços livres para lazer, circulação, drenagem e preservação ambiental tornaram, em sua maioria, os principais espaços públicos dos bairros, abrigando desde ações cotidianas até eventos comunitários. A diferença existente entre o acesso livre do parque linear e o acesso controlado do parque tradicional exige novos métodos de gestão dos espaços livres, mais suscetíveis a fatores externos. Em áreas periféricas, onde a presença do Estado e da esfera pública são menores que em áreas centrais ou de interesse público, o parque linear é exemplo de como os conflitos sociais, a desigualdade, o crime e a precariedade de serviços públicos estão ainda presentes no cotidiano desses moradores. O espaço público é local de mediação de conflitos, encontros, negociações, diálogos, reconhecimento do outro, diversidade e pluralidade, no qual o gestor público é o mediador dessas ações. Essas qualidades do espaço público ganham mais importância a partir da proposta da Prefeitura de conceder os parques municipais para gestão privada, pois o interesse público pode ser sucedido pela intenção privada de usar o espaço público como forma de geração de renda.

Palavras-chaves: parques, espaço público, espaços livres.

ABSTRACT

Between 2007 and 2013, the City of São Paulo implemented 20 linear parks throughout the city, mainly on the outskirts areas. Those open spaces created for leisure, circulation, drainage and environmental protection became, mostly, the main public spaces of the districts, used for daily activities and community events. The difference between the linear park free access and the traditional park controlled access requires new management methods of the open spaces, more susceptible to external factors. On the outskirts areas, where the State presence, public interests and the public life are less frequent than on the central areas, the linear park is an example of how the social conflicts, the inequality, the crime and the lack of public services are still present in the dwellers' life. The public space is the place for mediation of conflicts, meetings, agreements, dialogues, recognition of the other, diversity and plurality, where the public manager is the mediator of those actions. Those public spaces qualities acquire more relevance from the City of São Paulo's plans to transfer the municipal parks to private management, because the public interest can be displaced by the private interest to use the public space as a way to revenues.

Keywords: parks, public space, open spaces.

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS NA DISSERTAÇÃO

ACENIPA – Associação Cultural e Esportiva *Nikkei* do Itaim Paulista.

AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros.

AIU – Área de Intervenção Urbana.

AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana.

ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

APP – Área de Proteção Permanente.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BID – Business Improvement District.

BPC – Bryant Park Corporation.

BRPC – Bryant Park Restoration Corporation.

BRV – Bierderman Redevelopment Ventures.

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial.

CDC – Clubes da Comunidade.

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo.

CEMUCAM – Centro Municipal de Camping.

CERET – Centro Esportivo e Recreativo do Trabalhador.

CEU – Centro Educacional Unificado.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária.

CNI – Confederação Nacional da Indústria.

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo.

CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Artístico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

CPU – Coordenadoria de Parques Urbanos.

DAP – Diâmetro à Altura do Peito.

DAEE – Departamento de Água e Energia Elétrica.

DEPAVE – Departamento de Parques e Áreas Verdes.

DERSA – Departamento de Estradas e Rodagens S/A

DGD – Departamento de Gestão Descentralizada.

EMURB – Empresa Municipal de Urbanização.

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.

FEMA – Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

FNA – Federação Nacional e Arquitetos.

FUNDURB – Fundo Municipal de Urbanização.

FUPAM – Fundação para Pesquisa Ambiental.

GCM – Guarda Civil Municipal.

HIS – Habitação de Interesse Social.

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

ILUME – Departamento de Iluminação Pública.

IPCA – Índice de Preços do Consumidor Amplo.

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

LEPAC – Levantamento Planialtimétrico e Cadastral.

LPUOS – Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

METRÔ – Companhia do Metropolitano de São Paulo.

MPL – Movimento Passe Livre.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

PDE – Plano Diretor Estratégico.

PIC – Parque Ibirapuera Conservação.

PR – Prefeitura Regional.

PRE – Plano Regional Estratégico.

PEMEX – Petróleos Mexicanos S/A.

PUE – Projetos Urbanísticos Específicos.

RFKGC – Rose Fitzgerald Kennedy Greenway Conservancy.

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

SASP – Sindicato dos Arquitetos de São Paulo.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

SEHAB – Secretaria de Habitação.

SEME – Secretaria Municipal de Esportes.

SINGESP – Sindicato dos Geólogos do Estado de São Paulo.

SIURB – Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e de Obras.

SMA – Secretaria do Meio Ambiente (estadual).

SMDP – Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias.

MSO – Secretaria Municipal de Serviços e Obras.

SMUL – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

SVMA – Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

TAC – Termo de Ajuste de Conduta.

TCA – Termo de Compensação Ambiental.

UMAPAZ – Universidade Livre do Meio Ambiente e da Cultura de Paz.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

USP – Universidade de São Paulo.

VAH – Verba de Atendimento Habitacional.

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social.

ZEPAM – Zona Especial de Proteção Ambiental.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Função ecológica e social dos parques lineares (greenways).....	50
Tabela 2 – Faixa de preservação junto aos rios – Lei 4.711/1965.....	63
Tabela 3 – Faixa de preservação junto aos rios – Lei 7.803/1989.....	63
Tabela 4 – Parques administrados pela SVMA.....	75
Tabela 5 – Tipos de parques administrados pela SVMA.....	76
Tabela 6 – Divisões do Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE.....	76
Tabela 7 – Parques implantados entre 1825-1993.....	78
Tabela 8 – Parques lineares propostos pelo Plano Diretor de 2002 – Lei 13.430.....	81
Tabela 9 – Parques lineares propostos pelos Planos Regionais Estratégicos – PRE 2004.....	83
Tabela 10 – Parques lineares propostos pelo Grupo de Trabalho da Portaria 75/2006/SVMA.....	85
Tabela 11 – Programa Parques Lineares – Proposta (2006).....	87
Tabela 12 – Relação de Secretários da SVMA (1993-2017).....	91
Tabela 13 – Orçamento SVMA + FEMA (2008 e 2016).....	94
Tabela 14 – Valores de manutenção dos parques em São Paulo.....	95
Tabela 15 – Orçamento Municipal e das Secretarias do Meio Ambiente.....	95
Tabela 16 – Situação legal dos parques lineares.....	97
Tabela 17 – Equipamentos e tipos de vegetação nos parques lineares.....	102
Tabela 18 – Custo de implantação e manutenção anual de alguns parques lineares (2012).....	108
Tabela 19 – Relação de funcionários de vigilância e manejo (2012 e 2017).....	109
Tabela 20 – Problemas anteriores à implantação do parque linear.....	112
Tabela 21 – Avaliação em relação às mudanças decorrentes da implantação do parque linear (em %).....	112
Tabela 22 – Parques Municipais a serem realizados estudos de concessão.....	119
Tabela 23 – População de Prefeitura Regional do Itaim Paulista e de seus distritos.....	131
Tabela 24 – Inadequação de moradia – Domicílios com 3 ou mais hab/dorm. na Zona Leste (em %).....	133
Tabela 25 – Indicadores de saúde na Zona Leste de São Paulo.....	135
Tabela 26 – Área verde pública (m ²) por habitante entre 2008, 2011 e 2014 na Zona Leste de São Paulo.....	136
Tabela 27 – Taxa de cobertura vegetal na Zona leste de São Paulo.....	136
Tabela 28 – Taxa de homicídio na Zona Leste de São Paulo.....	137
Tabela 29 – Saneamento básico na Zona Leste de São Paulo.....	137
Tabela 30 – Domicílios em favelas localizadas na área lindeira do Córrego Itaim.....	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área dos parques implantados por período (mil m ²).....	79
Gráfico 2 – Orçamento liquidado SVMA e FEMA.....	92
Gráfico 3 – Participação da SVMA e FEMA no orçamento municipal.....	93
Gráfico 4 – Origem dos recursos para manutenção dos parques da SVMA.....	93
Gráfico 5 – Participação da vigilância e manejo no orçamento da SVMA/FEMA.....	94
Gráfico 6 – Receitas e despesas do Parque Burle Marx – 2007-2015.....	116
Gráfico 7 – IDH das Prefeituras Regionais da Zona Leste de São Paulo – 2010.....	131

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Programa Parques Lineares – 2006.....	187
Anexo 2 – Parques Lineares implantados – 2017.....	188
Anexo 3 – Programa 100 Parques.....	189
Anexo 4 – Parques no Município de São Paulo.....	190

Anexo 5 – Parques administrados pela SVMA.....	192
Anexo 6 – Parque Linear Itaim.....	195

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os espaços públicos em Siena, Lima e Tiradentes	37
Figura 2 – Programa Centro Aberto – Largo São Bento	38
Figuras 3 e 4 – Avenida 23 de Maio e Jardim Carmélia	41
Figura 5 – Condomínio na Zona Oeste de São Paulo	43
Figura 6 – Planta do Emerald Necklace, Boston	48
Figura 7 – Vista aérea do Emerald Necklace, Boston	48
Figuras 8-11 – Eventos nos parques lineares Cocaia, Mongaguá, Guaratiba e Canivete	51
Figura 12 – Desenho não recomendado para parque linear	52
Figura 13 – Caminhada no Parque Linear Canivete	53
Figura 14 – Parque linear implantado entre vias	53
Figura 15 – Parque linear implantado em apenas uma margem	54
Figura 16 – Vista aérea do Parque Linear Canivete	55
Figura 17 – Situação ideal do parque linear junto ao córrego	55
Figura 18 – Parque Linear Zilda Arns	56
Figura 19 – Situação ideal de parque linear sobre adutoras	56
Figura 20 – High Line Park, Nova Iorque	57
Figura 21 – Proposta vencedora para o Elevado João Goulart	57
Figura 22 – Situação ideal de parque linear sobre elevado	58
Figura 23 – Parque Linear da Vila Carioca	58
Figura 24 – Situação ideal de parque linear sob elevado	59
Figura 25 – Rose Fitzgerald Kennedy Greenway, Boston	59
Figura 26 – Situação ideal de parque linear entre vias	60
Figura 27 – Parque Linear Cocaia – Núcleo Opção Brasil	60
Figura 28 – Parque Linear Barigüi, Curitiba	61
Figura 29 – Imagem aérea do Parque Ecológico do Tietê	61
Figura 30 – Parque Dom Pedro II, década de 1930	62
Figura 31 – Realidade típica dos corpos d’água em diversas cidades brasileiras	64
Figura 32 – Residências nas margens do Rio Paraíba do Sul, Guararema	64
Figura 33 – Planta do Parque Linear Mongaguá	65
Figura 34 – Córrego Piqueri	66
Figura 35 – Situação ideal de parque linear, segundo o Código Florestal	67
Figura 36 – Parque Cantinho do Céu – Fase I	68
Figura 37 – Caminho verde do Córrego Sapé	69
Figura 38 – Parque Linear Sapé	69
Figura 39 – Parque Municipal do Tatuapé	70
Figura 40 – Parque Linear Caulim – Núcleo São Rafael	70
Figura 41 – Parque Linear América	71
Figura 42 – Planta do Parque Várzeas do Tietê	73
Figuras 43 e 44 – Parque Linear Canivete antes e depois da requalificação	82
Figura 45 – Parque Linear Feitiço da Vila	89
Figura 46 – Atribuições de cada órgão público no parque linear	89
Figuras 47 e 48 – Imagens aéreas do Parque Linear Ipiranguinha em 2006 e 2017	91
Figura 49 – Fotomontagem do CEU Pinheirinho d’Água sobre o Parque Linear do Fogo	98
Figura 50 – Diferenças entre parque tradicional e parque linear	100
Figura 51 – Pesquisas pós-implantação no Canal Park, Washington	101
Figuras 52-55 – Cursos d’água nos parques lineares Água Vermelha, Caulim, Tiquatira e Rapadura	103
Figuras 56-57 – Plantio de árvore no Parque Linear Guaratiba	104
Figura 58 – Parque Linear Canivete em dia de evento	104
Figuras 59-62 – Estruturas de apoio nos parques lineares	105
Figuras 63-66 – Atividades nos parques Guaratiba, Cantinho do Céu e Água Vermelha	106
Figuras 67-69 – Calçadas dos parques lineares Tiquatira, Guaratiba e Cocaia	107
Figuras 70-71 – Abandono nos parques lineares Guaratiba e Canivete	108

Figura 72 – Planta do Parque Burle Marx	115
Figura 73 – Planta do Parque Lina e Paulo Raia	117
Figura 74 – Plano de requalificação do Military Park, Nova Jersey	122
Figura 75 – Coletivo fazendo serviços de reparo no Parque Linear Canivete	123
Figura 76 – Localização da Prefeitura Regional do Itaim Paulista	127
Figura 77 – Hidrografia do Itaim Paulista	128
Figura 78 – Vias principais, estações e equipamentos da Prefeitura Regional do Itaim Paulista	130
Figura 79 – Zoneamento da Prefeitura Regional do Itaim Paulista	132
Figura 80 – Escolas na Prefeitura Regional do Itaim Paulista	134
Figura 81 – Rua Bandeira de Cataguases	135
Figura 82 – Planta do Distrito do Itaim Paulista	141
Figuras 83-84 – Trecho do Parque Linear Itaim sem acesso público e fundos de lotes	142
Figura 85 – Imagem aérea do Núcleo 1 – Favela Alabama	144
Figura 86 – Proposta da FUPAM para o Núcleo 1	145
Figura 87 – Intervenção da SVMA para o Núcleo 1	146
Figura 88 – Corte da Rua João Cleto da Silva e Avenida Tarcísio Mendes de Lima	146
Figuras 89-90 – Apropriações na Avenida Tarcísio Mendes de Lima	147
Figuras 91-92 – DET. 1.1 – Área de estar no final da Rua Camilo de Nardis	147
Figura 93 – DET. 1.2 – Área de estar na esquina da Avenida Marechal Tito	148
Figura 94 – Imagem aérea do Núcleo 2 – Jardim Virgínia	149
Figura 95 – Proposta da FUPAM para o Núcleo 2	150
Figura 96 – Intervenção da SVMA no Núcleo 2	151
Figura 97 – Reunião entre moradores, SVMA e Subprefeitura	151
Figuras 98-99 – Duas situações do Parque Linear Itaim em fundo de lotes	152
Figura 100 – Corte representativo do Núcleo 2	152
Figura 101 – DET. 2.1 – Área de estar na margem oeste do Córrego Itaim	153
Figuras 102-103 – DET. 2.1 – Vandalismos na área de estar e nos caminhos	153
Figura 104 – Imagem aérea do Núcleo 3 – Jardim Camargo	154
Figura 105 – Associação Comunitária das Mulheres do Movimento dos Sem-Terra	155
Figura 106 – Proposta da FUPAM para o Núcleo 3	156
Figura 107 – Intervenção da SVMA no Núcleo 3	157
Figura 108 – DET. 3.1 – Associação das Mulheres do Movimento dos Sem-Terra	158
Figuras 109-110 – Apropriação privada da calçada pela Associação	158
Figuras 111-112 – Contensões improvisadas na Avenida Itamerindiba	159
Figuras 113-114 – Transposições sobre o Córrego Itaim	159
Figura 115 – DET. 3.2 – Trecho com a situação mais próxima do conceito de parque linear	160
Figura 116 – Corte representativo da Rua Jeca Tatu	160
Figuras 117-118 – Bancos no Núcleo 3	161
Figura 119 – Imagem aérea do Núcleo 4 – Jardim Nélia	162
Figura 120 – Proposta da FUPAM para o Núcleo 4	163
Figuras 121-122 – Corte representativo da Rua Afuã e a Favela Monte Taó	164
Figuras 123-124 – Áreas de estar do Núcleo 4	164
Figuras 125-126 – Tubulação sobre a ponte da Avenida Bandeira de Cataguases e Rua Afuã	164
Figura 127 – Intervenção da SVMA no Núcleo 4	165
Figura 128 – DET. 4.1 – Planta das áreas de estar da Rua Três na época da inauguração	166
Figuras 129-130 – Erosão da área de estar e assoreamento do Córrego Itaim	166
Figuras 131-132 – Rua Três e trecho do Parque Linear Itaim sem acesso	167
Figura 133 – Imagem aérea do Núcleo 5 – Fazenda Itaim	168
Figura 134 – Proposta da FUPAM para o Núcleo 5	170
Figura 135 – Intervenções realizadas pela Subprefeitura Itaim Paulista e SVMA	171
Figura 136 – Rua Luís de Brito de Almeida	171
Figura 137 – DET. 5.1 – Áreas de estar pulverizadas	172
Figuras 138-139 – Área de estar do trecho DET. 5.1 e travessia sobre o Córrego Itaim	173
Figura 140 – Corte representativo da Rua Luís de Brito de Almeida	173
Figuras 141-142 – Trecho entre a Rua Cristóvão Benitez e a divisa com Ferraz de Vasconcelos	174

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 - CAPÍTULO I – O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA	29
1.1 - São Paulo – Modernidade tardia	39
2 - CAPÍTULO II – DO EMERALD NECKLACE ATÉ O PROGRAMA 100 PARQUES DE SÃO PAULO	45
2.1 - Introdução sobre parques lineares	47
2.2 - Projeto e metodologia de parques lineares	49
2.3 - Tipologia dos parques lineares	54
2.4 - Escala dos parques lineares	60
2.5 - Código Florestal e Resolução CONAMA 369	62
2.6 - Gestão dos parques no Município de São Paulo	67
2.7 - SVMA – O órgão “oficial” dos parques municipais de São Paulo	74
2.8 - Expansão da área verde: Programa Parques Lineares e 100 Parques	79
2.9 - Programa Parques Lineares	84
2.10 - Programa 100 Parques	90
2.11 - 100 Parques – Avaliação pós-implantação	96
2.12 - Gestão de parques lineares em São Paulo	99
2.13 - A gestão privada de parques no Município de São Paulo	113
2.14 - A concessão dos parques municipais	118
3 - CAPÍTULO III – AVALIAÇÃO PÓS-IMPLANTAÇÃO – PARQUE LINEAR ITAIM	125
3.1 - A Prefeitura Regional do Itaim Paulista – Contextualização	127
3.2 - Parque Linear Itaim	137
3.3 - Avaliação pós-implantação	142
3.3.1 - Núcleo 1: Favela Alabama	143
3.3.2 - Núcleo 2: Jardim Virgínia	148
3.3.3 - Núcleo 3: Jardim Camargo	153
3.3.4 - Núcleo 4: Jardim Nélia	161
3.3.5 - Núcleo 5: Fazenda Itaim	167
3.4 - Conclusão	174
CONCLUSÃO	177

ANEXOS	185
BIBLIOGRAFIA	197

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é sobre a experiência paulistana na implantação e gestão dos parques lineares entre 2006 e 2013, período marcado por dois programas de expansão das áreas verdes municipais – *Programa Parques Lineares* e *100 Parques* –, e os desafios que a municipalidade tem com esse novo tipo de espaço público em São Paulo.

Em 2002, a Lei 13.430 estabeleceu o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e, pela primeira vez, aparecia no planejamento urbano oficial a diretriz de implantar parques lineares junto aos rios e córregos da cidade.

O Plano Diretor reconhecia a hidrografia como um dos elementos estruturadores da cidade, assim como a rede viária, o sistema de transporte público e as centralidades. A área verde, habitação, equipamentos sociais, espaços públicos e espaços de comércio, serviço e indústria eram partes dos elementos integradores do Plano Diretor.

O parque linear foi concebido como parte da rede hídrica estrutural e do *Programa de Recuperação Ambiental de Cursos d'Água e Fundos de Vale*, através do Artigo 106, que definiu o programa como “intervenções urbanísticas que visam recuperar para os cidadãos a consciência do sítio natural em que vivem, ampliando progressivamente as áreas verdes (SÃO PAULO, 2002, Art. 106, § 1º)”. Para atingir os objetivos do programa – que envolvia saneamento, mobilidade, habitação e recuperação ambiental, era imprescindível a articulação das diversas políticas públicas.

Em 2006 foi instituído, dentro da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), um grupo de trabalho para viabilizar os parques lineares, contando com apoio da Fundação de Pesquisa Ambiental (FUPAM) para a elaboração de diretrizes e estratégias de implantação. O primeiro parque linear implantado oficialmente foi o Tiquatira – Eng. Werner Zulauf, em 2008. Até 2013 seriam implantados mais 19 desses parques em regiões periféricas, como Brasilândia, Pirituba, Guaianases, Itaim Paulista, Capão Redondo, São Mateus e Grajaú.

A implantação desse novo tipo de parque presumia outro modelo de gestão, diferente daquele que a SVMA praticava em parques tradicionais. Parques lineares são abertos e suscetíveis aos fatores externos. Novas formas de uso e apropriação surgiram, assim como problemas como criminalidade, vandalismo, falta de manutenção ou uso privado do espaço público. Esses conflitos tornam-se mais visíveis em lugares periféricos, onde a presença do Estado é menor e os problemas sociais se sobrepõem às questões ambientais.

O espaço público contemporâneo está se transformando conforme são difundidas as novas formas de comunicação e informação, tanto em áreas periféricas quanto centrais. Esse período Zygmunt Bauman (2001) denomina como sendo “Modernidade Líquida”, em que as relações sociais são mais fluídas, dinâmicas e voláteis. A rigidez das relações sociais e institucionais da “Modernidade Sólida” foi sendo transformada à medida que o homem ganha mais autonomia fora de seus vínculos sociais, prevalecendo o individualismo. A outrora necessidade do Estado em ser mediador entre as pessoas é dispensada, pois a virtualidade das comunicações e das relações sociais fazem com que ele não seja mais necessário aos mais ricos. Resta ao Estado criar rede de proteção junto aos mais desfavorecidos.

O primeiro capítulo desta dissertação é sobre como o espaço público está na cidade contemporânea e, particularmente, em São Paulo. O espaço público é o local da mediação de interesses, comunicação e de tudo que pode ser visto, ouvido por todos e ter maior divulgação possível (ARENDT, 2007). E vem acompanhando as mudanças sociais ao longo da história, acrescentando novas formas de uso, apropriação, desenho e gestão. Se na Idade Média o espaço público em frente às igrejas era a representação do poder da Igreja Católica na sociedade vigente, na América Hispânica a *plaza de armas* era a representação do domínio espanhol sobre as civilizações Maia, Asteca e Inca e, hoje, há infinitas variações do espaço público, pois a sociedade tornou-se mais complexa, contraditória e em ritmo de transformação mais rápido que em épocas passadas

A comunicação e a informação não alteram apenas o espaço público, como também favorecem o fluxo de capital global, transformam a esfera pública e questionam o papel do Estado como mediador dos conflitos sociais por meio da manutenção de uma rede de proteção para os mais desfavorecidos. A diminuição do Estado, como pregado pelos neoliberais a partir da década de 1970 nos EUA e Inglaterra, pode ser observada na gestão dos espaços públicos, com algumas cidades concedendo-os para gestores privados.

Em São Paulo, onde o processo anárquico da ocupação da periferia desde a década de 1940 resultou em segregação socioespacial, esta diminuição do Estado não é tão visível, pois a sociedade brasileira já é desigual e marcada pelo privilégio às elites e favores aos mais pobres (QUEIROGA, 2012).

O segundo capítulo aborda o surgimento do parque linear como desenho urbano e ambiental, desde o *Sistema de Parques de Boston*, de Frederick Law Olmsted, até o *Programa 100 Parques*, da Prefeitura de São Paulo. São discutidas formas de projeto, planejamento, gestão, escala e tipologia desse tipo de área verde, que se diferencia dos parques tradicionais por ter a contemplação da natureza durante o percurso, o uso cotidiano mais intenso que o programático e por ser uma forma de interligar com parques maiores, criando um sistema de áreas verdes municipal.

Em São Paulo, o primeiro plano municipal de áreas verdes foi realizado no final da década de 1960 e, mesmo não oficializado, diversos parques e praças foram implantados. Outro plano de expansão só foi implantado quatro décadas depois. Nesse período, os parques abertos eram resultantes de parcelamento dos lotes, doação, utilização de bens municipais ou desapropriações. O DEPAVE – Departamento de Parques e Áreas Verdes, vinculado à Secretaria de Vias e Obras, era quem projetava e mantinha os parques municipais. Em 1993, a estrutura do DEPAVE seria incorporada à recém-criada SVMA.

O Programa de Parques Lineares, criado pela SVMA em 2006, foi o primeiro plano municipal para parques lineares. Com a consultoria da FUPAM, foram elaboradas diretrizes de viabilidade para os parques lineares sem depender do orçamento municipal, como a venda do potencial construtivo dos parques, utilização de fundos municipais e parcerias com órgãos públicos ou privados. Em 2008, o *Programa 100 Parques* incorporou o *Programa Parques Lineares*.

No terceiro capítulo é analisado o Parque Linear Itaim, localizado na Prefeitura Regional Itaim Paulista, Zona Leste da Capital. A SVMA e a então Subprefeitura Itaim Paulista tinham interesse em comum de transformar as margens do Córrego Itaim em parque linear. Entretanto, a ausência de recursos orçamentários, de melhor articulação intersecretarial e a pressa de implantar como forma de evitar novas ocupações, em vez de priorizar o desenvolvimento do

fundo de vale, limitaram a percepção do parque linear junto à população, que não reconhece que as intervenções trouxeram benefícios, como saneamento, mobilidade, área de lazer, drenagem e de ser, ali, um local de encontro.

Diversos dados, metodologia e relatos foram realizados de forma empírica, devido à vivência do autor entre 2011 e 2017 na SVMA, onde acompanhou o planejamento, projetos, obras e administração dos parques lineares. Oportunidade em que a teoria e a prática permitiram reflexões sobre como os espaços públicos, no caso os parques lineares, podem ser locais não apenas de recuperação ambiental, como também de construção da cidadania, do encontro e convivência entre estranhos, do debate e do convívio harmônico entre o homem e a natureza.

CAPÍTULO I

O ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Em 2007, o Worldwatch Institute publicou o relatório *State of the World*, com dados sobre o impacto da urbanização no Planeta Terra. Ocupando apenas 0,4% da superfície terrestre, as cidades são responsáveis por 75% da poluição, impulsionada pela crescente industrialização de países como Índia, Vietnã e China. Segundo o relatório, cerca de 60 milhões de pessoas migram anualmente para as cidades, devido ao aumento da mecanização na agricultura. Graças ao rápido processo de urbanização nas cidades africanas e asiáticas, em 2008 a população urbana superou a rural (WORLDWATCH INSTITUTE, 2007).

A Ásia e a África completam o ciclo de urbanização que começou há cerca de dois séculos, quando a Revolução Industrial alterou os modos de produção e aumentou a população nas cidades europeias e norte-americanas. As relações sociais também foram modificadas pela concentração de pessoas com diferentes pensamentos, origens, culturas e classes em um mesmo espaço urbano. Surgem conflitos, oportunidades, encontros, experimentações e diálogos, eventos característicos da modernidade, “um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor” (BERMAN, 2007, pg. 24).

Paris torna-se a cidade símbolo da modernidade, retratada nos poemas de Charles Baudelaire, que descrevem a vida cotidiana e os conflitos nos novos espaços públicos, como praças, parques, *boulevards* e cafés, surgidos após a reforma urbana do Barão de Haussmann. São lugares que pessoas estranhas poderiam se encontrar de forma anônima.

Marshall Berman (2007) define a modernidade como a experiência entre estranhos; para Teresa Caldeira (2011), significa acessibilidade e liberdade no espaço urbano, intensificadas a partir da abertura de vias por Haussmann. Zygmunt Bauman (2001) avança na conceituação da modernidade ao comparar as relações trabalhistas como forma de dependência entre as classes sociais, trazendo-a para as primeiras décadas do século XX ao dizer que a reciprocidade entre patrão e empregado era símbolo da estabilidade social, pois o empregador precisava da habilidade laboral de seus subordinados para ter lucro e o funcionário dependia do salário para sustentar sua família.

Nesse período – no início do século XX, a convivência entre pessoas de diferentes classes sociais em espaços públicos ocorria por meio de regras pactuadas entre os mais desfavorecidos e os estratos mais altos de renda e poder, pois estes dependiam dos primeiros para ter seus elevados padrões de vida e não poderiam excluí-los dos espaços públicos, portanto, estabeleceram normas de convivência entre eles. Apesar dos avanços proporcionados pela Revolução Industrial nos meios de transporte, produção e comunicação, a separação de classes ou de pessoas com ideias diferentes era pequena.

Quando o laço entre patrão e empregado era sucumbido, cabia ao Estado reestabelecer esse vínculo cada vez que era ameaçado (BAUMAN, 2001), pois a eventual revolta de operários e dos mais pobres e fracos poderia levar ao fim o *status quo* que a elite da sociedade gozava na época. A ascensão de movimentos operários ligados ao socialismo e ao anarquismo representava risco a essa estabilidade, cujo ápice foi a Revolução de 1917 na Rússia. É nessa época de reciprocidade de relações, com a evolução tecnológica ainda sob o controle da escala humana e de pouca maleabilidade em alterar o *status quo*, que Bauman (2001) denomina como sendo a fase sólida da modernidade.

Para Bauman, a fase sólida da modernidade coincidiu com o período em que historiadores, sociólogos, economistas, etc. denominaram *welfare state* a rede de proteção e bem-estar social criada pelo Estado para atender às pessoas menos favorecidas, tornando

universais os direitos à saúde, educação, moradia, etc. O *welfare state* ocorreu em países que começaram o processo de industrialização no século XIX, mesmo aqueles afetados pela destruição da Segunda Guerra Mundial. Esta ampla rede de benefícios sociais era financiada pelo Estado, graças ao elevado crescimento econômico do pós-guerra¹.

Nas cidades reconstruídas ou criadas após a Segunda Guerra Mundial, surgiram espaços públicos que seguiam as diretrizes do Modernismo e da Carta de Atenas, como ruas restritas para os automóveis e de caminhos exclusivos para pedestres. A diversidade de usos seria substituída pelo zoneamento de atividades, com locais para morar, trabalhar e para a prática do ócio. Era o oposto da rua cheia de usos, insalubre e congestionada da Revolução Industrial, base dos problemas urbanos.

A diminuição da importância da rua como lugar de encontro de pessoas e o planejamento tecnocrático na criação dos espaços públicos seriam criticados por diversos autores², especialmente por Jane Jacobs (1961) no livro *Morte e vida das grandes cidades*. Jacobs mostra que a rua continua sendo o principal espaço público das cidades americanas e que a diversidade, a aparente desorganização, os conflitos, a comunicação, a rede informal de contatos e a presença do estranho são elementos que qualificam e estruturam esses espaços³.

No início da década de 1960, Jacobs já mostrava que o espaço público tecnocrático do Modernismo estava esgotado, pois o Estado enfraqueceu sua atuação nos conflitos entre pessoas com pensamentos diferentes, pelas crescentes despesas sociais e por não conseguir acompanhar as mudanças comunicacionais proporcionadas pelo avanço tecnológico e pelas mudanças nos meios de produção.

É nesse período em que as inovações e o avanço tecnológico reduzem o tempo de giro do capital e a fricção da distância (HARVEY, 2014) que ocorre a fase líquida da modernidade (BAUMAN, 2001), resultando em novos meios de produção (robótica), deslocamento (avião) e de comunicação (telefone, fax, celular e internet). Os vínculos entre patrões e empregados foram alterados, com os primeiros não dependendo exclusivamente da mão de obra deles, podendo substituí-la por robôs ou por terceirizar a produção para locais distantes e com custo trabalhista mais barato. Os mais ricos não precisavam estar no mesmo local que os pobres, pois poderiam se movimentar com mais agilidade e se isolar das pessoas que não possuísem ideias, posição social e afinidades semelhantes às suas. Uma transnacional japonesa pode realizar teleconferência com as filiais estrangeiras, construir fábrica no México com o projeto elaborado nos Estados Unidos e até demitir funcionários no Brasil, tudo sem sair de sua sede no Japão.

Os mais ricos são os primeiros da fila (BAUMAN, 2009), antenados com as novidades globais proporcionadas pelo avanço das comunicações em tempo real. Vivem no plano espacial, sem contato com aqueles que não são iguais a eles. Sem depender dos pobres, não precisam mais que o Estado seja o conciliador de classes, pois o avanço neoliberal recuperou o poder das classes mais ricas (HARVEY, 2014), tornando-as autônomas dos sistemas estatais. A rede de vínculos sociais já não era mais necessária, uma vez que os avanços tecnológicos e o

¹ Esse período de crescimento econômico tem duração aproximada de 30 anos, desde a ajuda prestada pelo Plano Marshall aos países devastados pela II Guerra Mundial até a Crise do Petróleo, em 1973. Esse período é conhecido como *Wirtschaftswunder* (Milagre Econômico) na Alemanha e *Trente glorieuses* (trinta anos gloriosos) na França.

² Dentre os autores estavam Kevin Lynch (1960), Françoise Choay (1965) e Henri Lefebvre (1968).

³ A análise da vizinhança feita por Jacobs é similar ao que Carlos Nelson F. Santos (1985) fez no bairro do Catumbi, no Rio de Janeiro, na década de 1960. A aparente decadência do bairro, segundo técnicos de planejamento da prefeitura, na verdade escondia uma complexa rede de contatos e vigilância pelos moradores e usuários do local. Muitos compartilhavam as mesmas culturas, pelo passado de imigração, ou pelo tempo que moravam naquele lugar.

neoliberalismo significaram que “a propriedade individual e seus valores tornaram uma forma hegemônica de política, mesmo para a classe média baixa” (HARVEY, 2014, pg. 51). A questão do isolamento e do viver entre iguais não era apenas entre os ricos, como David Harvey aponta, mas recorrente na classe média, pois os avanços tecnológicos e informacionais permitem que cada vez mais a sociedade se reorganize em grupos com as mesmas ideias.

Para Bauman, o isolamento significou a supervalorização do indivíduo, libertando-o das restrições impostas pelos vínculos sociais, mas, ao mesmo tempo, há a vulnerabilidade e a fragilidade que esse indivíduo sofre quando ele sai da rede de proteção dos vínculos sociais, com o medo de ser inadequado (BAUMAN, 2009), pois a liberdade almejada é confrontada com a inacessibilidade para a maior parte dos indivíduos.

Harvey e Bauman fazem basicamente a análise da sociedade anglo-americana, as primeiras a desmontarem o *welfare state* com a ascensão dos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan. A alegação deles era a de que o Estado não tinha mais condições de manter toda a rede de proteção e de serviços públicos devido a queda na receita⁴ e por atrapalhar a liberdade individual das pessoas e instituições privadas. Esses argumentos sobre o papel da economia e do Estado são bases do neoliberalismo, defendidas por acadêmicos como Milton Friedman, da Escola de Chicago⁵.

A rede estatal de serviços públicos, que foi importante durante a fase sólida da modernidade, passou a ser desmontada na década de 1980 com a privatização, a desregulamentação das normas e a redução orçamentária, como forma de evitar que as crises fiscais que assolaram as cidades americanas na década de 1970 fossem repetidas.

Esses dois movimentos ocorreram simultaneamente e conectados: o isolamento das classes mais ricas, proporcionado pelos novos métodos de produção e comunicação, e a diminuição do Estado na rede de benefícios sociais. Os mais prejudicados foram os pobres e os mais frágeis, que ficaram sem papel dentro da sociedade, pois não eram mais necessários para as classes mais poderosas. Não podiam depender mais da rede de proteção estatal na provisão de suas necessidades, como saúde, educação, habitação, segurança e transporte. “À medida que a política neoliberal reduz o financiamento de bens públicos, também provoca a redução do comum disponível, obrigando grupos sociais a buscarem outros caminhos para manter o comum” (HARVEY, 2014, pg. 145).

A consequência é que os mais ricos convivem com a constante troca de mensagens, experiências e vivências globais, sem se prenderem ao local, que é interpretado como momento transitório para outra experiência. As classes menos favorecidas vivem no local, pois não têm acesso ao ciberespaço, local dos mais ricos (BAUMAN, 2009). Por não partilharem as mesmas experiências, expectativas e ideias das elites são marginalizados, vítimas das forças globais que agem sobre o local.

Com base em Caldeira (2011), pode-se concluir que a elite deseja viver entre os iguais, em locais feitos exatamente para eles, como bairros exclusivos, condomínios, *shoppings*, etc., todos eles com forte aparato de segurança. Isolados, os ricos evitam o espaço público, pois a

⁴ A crise fiscal da cidade de Nova Iorque em 1975 e o resgate do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao Reino Unido em 1976 foram marcos decisivos para a discussão do papel do Estado na economia e influenciaram a ascensão de governos neoliberais a partir de 1979, com a eleição de Margaret Thatcher para o Reino Unido.

⁵ A Escola de Chicago foi um grupo de acadêmicos da Universidade de Chicago que defendiam a não interferência estatal na economia e o Estado Mínimo como fatores para o desenvolvimento dos países. Para eles, as deficiências sociais seriam resolvidas e autorreguladas pelo mercado.

presença de pessoas estranhas às suas ideias é vista como ameaça. O espaço público também se torna lugar de encontro de pessoas iguais, das classes mais pobres, sem possibilidade de confronto, diálogo, troca de experiências e de viver com estranhos.

A perda do papel do Estado em mediar conflitos e garantir os direitos sociais não significam para Harvey (2015) que o Estado tenha diminuído, como é comum afirmarem os neoliberais, mas há a transformação de sua atuação, pois o neoliberalismo depende do Estado em diversos aspectos da vida político-econômica⁶. Da mesma forma, os espaços públicos podem afastar certos moradores do entorno em vez de agregar pessoas de diferentes grupos sociais. Parques concedidos, por exemplo, podem criar regras e estipular serviços para atrair determinados perfis de usuários, desfavorecendo aqueles que são vistos como ameaças.

Com a individualização e homogeneização de usuários no espaço público, não há confrontos, negociações ou troca de experiências e ideias, resultando em sociedade fragmentada, isolada e inapta a tolerar o diferente. Sem o contato e o convívio com o estranho, não ocorre a prática da cidadania e o homem vira indivíduo no sentido mais amplo da palavra, com liberdade e experimentos, mas traz consigo insegurança e incapacidade de controlar. É a principal contradição da *Modernidade Líquida*, pois há o abismo entre o direito à afirmação e a capacidade de se controlar (BAUMAN, 2001), que deve ser enfrentada por tentativa e erro, reflexão e crítica, de forma coletiva.

Portanto, novas formas de produção e comunicação alteram os espaços públicos, com a transformação da atuação do Estado na sociedade, deixando de atender o interesse comum e a mediação dos conflitos para atender propósitos neoliberais. A mudança da atuação do Estado, do espaço público e da sociedade é mais evidente em países do capitalismo central, pois a fase sólida da modernidade já foi superada. Mas não significa que em países subdesenvolvidos o Estado continue presente. Revela, sim, a incapacidade desse Estado de atender as demandas da sociedade, de tal modo que a diminuição dele é despercebida, uma vez que sua atuação era insignificante diante das camadas mais frágeis.

Os espaços públicos, que acolhiam diferentes tipos de pessoas desde a modernidade, foram sendo transformado nas últimas décadas do século XX em locais dos iguais, onde o diferente (seja por posição social, origens, ideias, etc.) torna-se mais raro. O aumento da vida privada entre iguais reflete na esfera pública, pois esta é esvaziada por não possuir a diversidade de pessoas e opiniões que havia antes.

Eugênio Queiroga (2012) afirma que é comum autores relacionarem o espaço público como correspondente da esfera pública, mas são poucos que interpretam o espaço como instância da sociedade, não sendo, portanto, apenas suporte dos processos sociais, “mas sim de uma dialética *com* o espaço” (QUEIROGA, 2012, Pg. 57, grifo do autor). O espaço não é apenas suporte para as instâncias sociais, mas também de interação com a esfera pública.

A expressão “esfera pública” foi elaborada por Hannah Arendt (2007) para descrever a área de atuação de uma das três condições da vida humana: labor, trabalho e ação, que, juntas, formam a *vita activa*⁷. O labor é processo biológico do corpo humano; a sua condição é a própria

⁶ Essa dependência do Estado pelo capital pôde ser observada na Crise de 2008, quando os bancos centrais dos países desenvolvidos socorreram diversas instituições financeiras, sendo os casos mais emblemáticos o da seguradora americana AIG e o programa estatal *Trouble Assets Relief Program*, que comprava ativos podres de bancos americanos.

⁷ Desde o fim da cidade-estado, o conceito de *vita activa* perdeu o seu significado político, passando a “denotar todo tipo de engajamento ativo nas coisas do mundo” (ARENDR, 2007, pg. 22).

vida humana. O trabalho é atividade relacionada ao artificialismo da existência humana, produzindo um mundo artificial de coisas, ou seja, sua condição é o mundo. A ação é a única condição que demanda outros homens para ser exercida e para estar entre eles. Ela só é realizada através da esfera pública, enquanto labor e trabalho são correspondentes da esfera privada.

Para Arendt, *público* tinha dois significados, correlatos, mas não semelhantes: o primeiro era tudo que poderia ser visto e ouvido por todos, com a maior divulgação possível. A aparência é formada pelo que é visto e ouvido por cada um, constituindo a realidade diante de cada pessoa conforme sua interação com o público.

Há muitas coisas que não podem suportar a luz implacável e crua da constante presença de outros no mundo público; neste, só é tolerado o que é tido como relevante, digno de ser visto e ouvido, de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado (ARENDT, 2007, pg. 61).

Não significa que questões privadas sejam irrelevantes, ao contrário, existem muitos assuntos que só podem sobreviver à esfera privada, como as relacionadas ao labor e trabalho. Eram necessárias que as atividades correspondentes à esfera privada fossem realizadas por escravos, liberando os cidadãos grego e romano a participarem dos assuntos da esfera pública. Esta liberdade não era o conceito moderno, de livre interferência, individual, mas de manifestação pública e de participação democrática (ABRAHÃO, 2008).

O segundo significado da palavra *público* para Arendt era relativo ao mundo, lugar comum de todos os homens. Não é idêntico à natureza ou à Terra como espaço limitado para as atividades humanas, mas é a construção de cada homem em um ambiente junto com outras pessoas que nele habitam. O mundo está ligado ao homem através de suas ações no espaço.

Queiroga (2012) afirma que as sociedades grega e romana estabeleceram uma coesa relação entre ideologia, economia, política e Estado, que possibilitou enormes avanços em diversas áreas do conhecimento e o fortalecimento da esfera pública. Roma passou a valorizar mais a esfera privada que a Grécia, porém foi apenas no Cristianismo que a esfera pública começou a perder importância em favor da esfera social.

Se de um lado Hannah Arendt e Richard Sennett (1988) falam da desvalorização da esfera pública, Habermas (1962) faz análise mais abrangente que Arendt e evita a generalização de Sennett, que analisa os subúrbios das cidades norte-americanas. Habermas afirma que a esfera pública tem variações, como a plebeia, a burguesa, literária, política, etc., reconhecendo que há variações da esfera pública na sociedade. Não é conceito puro como Arendt descreve, “mas constituído e caracterizado historicamente” (QUEIROGA, 2012, pg. 41).

No Brasil, a esfera pública é diferente da realidade americana ou europeia estudadas por Sennett, Habermas e Arendt, pois a formação da sociedade brasileira é mais recente que a desses países. A modernidade brasileira foi tardia, decorrente do processo de urbanização, e híbrida, pois foi incorporada junto com as formas culturais tradicionais da época (QUEIROGA, 2012). A sociedade brasileira sempre foi marcada pela divisão de classes e privilégios a certos grupos, enquanto esses mesmos privilégios eram negados ao restante da população, que dependia dos favores das classes mais altas, além da arbitrariedade (MARICATO, 1996) em diversos assuntos da vida pública. A urbanização brasileira no século XX alterou lentamente essa situação, porém preservando os privilégios da elite e os favores concedidos às classes mais pobres.

Queiroga (2012) reconhece a presença de duas esferas públicas no Brasil: a oficial, reconhecida pelo Estado e pela grande mídia em geral, têm caráter ideológico, ligado à burguesia e com grande poder de influência e de opinião na sociedade brasileira. É constituída por organizações patronais como a OAB, IAB, CNI, CNA, ANFAVEA, FEBRABAN⁸, associações de moradores de bairros de elite, associações de amigos do parque, etc.; e a esfera pública popular, formada a partir de movimentos sociais como MST, MPL, UNE⁹, sindicatos, associação de moradores de bairros pobres, etc. A atuação deles é mais local – com exceção dos grandes grupos, sendo que suas ações geralmente não são divulgadas pela mídia em massa, apesar de serem bastante atuantes no cotidiano popular.

As relações entre essas duas esferas públicas são esporádicas, “sua maior interface se realiza no âmbito mais geral da vida em público, na esfera pública geral, ainda que haja crescente separação dos espaços frequentados pelos estratos de renda mais alta e pelas camadas populares, sobretudo nas metrópoles” (QUEIROGA, 2012, pg. 55). É necessário, segundo ele, que a esfera pública oficial esteja mais aberta para discutir temas de interesse da esfera pública popular e que se reconheçam e respeitem mutuamente, trazendo para a discussão temas de interesse da sociedade em geral e elevando a esfera pública em sua forma mais ampla.

A esfera pública vai se transformando no curso da história humana, acompanhando novas formas de comunicação, as mudanças sociais e as alterações do capitalismo. Novas formas de esfera pública significam novos tipos de espaços públicos. Na sociedade contemporânea, cada vez mais pluralizada, os choques entre grupos heterogêneos serão mais comuns e, na ausência de diálogo (ou palavra e ação de Arendt), podem gerar atritos ou, então, como estratégia de defesa e de conservar suas posições, esses grupos se retraem mais na esfera privada (CARR et al., 1992), desvalorizando a esfera pública e abandonando o espaço público.

O espaço público na cidade contemporânea vai além de questões simplistas de propriedade fundiária (CARR et al., 1992; QUEIROGA, 2012). Se anteriormente praças, parques, lagos e ruas eram os espaços públicos na cidade, hoje há variedade maior, como campos de futebol na periferia, praças corporativas, pátios, orlas marítimas, calçadas, *shoppings*, etc. Para Stephen Carr et al. (1992), o espaço público pode ser formado de duas maneiras: espontaneamente, através de usos repetitivos, ou pela concentração de pessoas, seja na esquina, no mercado ou frente à igreja; ou também planejado por técnicos, sob encomenda do Estado ou do particular, como praças, parques e mirantes. Há espaços públicos que surgiram espontaneamente e foram, posteriormente, requalificados por técnicos.

Na Grécia e no Império Romano, a ágora e o fórum eram os principais espaços públicos, pois eram os locais dos homens livres – as elites dessas sociedades. Os espaços públicos na Idade Média eram localizados em frente às igrejas, principal instituição da época; no Renascimento, surgem espaços públicos com as edificações delimitando o espaço livre, como a *Piazza del Campo*, em Siena. Na América Hispânica, prevaleciam as *plazas*, de geometria retangular e com a presença de dois edifícios: a sede do governo e a igreja, representando os símbolos do poder da época (CARR et al., 1992). No Brasil colonial, os espaços públicos eram geralmente

⁸ OAB – Ordem dos Advogados do Brasil; IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil; CNI – Confederação Nacional da Indústria; CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária; ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores; FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos.

⁹ MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; MPL – Movimento Passe Livre; UNE – União Nacional dos Estudantes.

espontâneos, surgidos a partir de necessidades dos viajantes, localizados perto de igrejas, câmaras municipais ou encontro de estradas.

Figura 1 - Os principais espaços públicos em três períodos: as edificações do entorno da *Piazza del Campo* (e), em Siena, Itália, delimitam o espaço público e o desenho radial do piso converge para o *Palazzo Pubblico*, sede da antiga República de Siena. O formalismo geométrico é a característica da *Plaza Mayor* (c), em Lima, Peru, com a presença do Palácio do Governo e a igreja, como representantes da Espanha no Novo Mundo. O Largo das Forras (d), em Tiradentes, Brasil, é caracterizado pelo encontro de estradas. Desenhos: Wellington Nagano.

Na cidade contemporânea, há o surgimento de espaços públicos especializados para cada perfil de usuário. São calçadas, plazas, átrios, jardins e hortas comunitárias, campos de futebol, pistas de skate, etc., podendo receber investimento público, privado ou de ambos.

A especialização e a fragmentação dos espaços públicos podem contribuir para o aumento da segregação de grupos, que podem preferir viver entre iguais e sem abertura para o diferente e o estranho. É mais nítida em sociedades heterogêneas, pois cada cidadão pode reivindicar sua presença no local. Se o espaço público não consegue inibir ações individuais em favor do benefício coletivo, tornar-se-á lugar restrito a certos grupos. A presença de cafeterias ou restaurantes em praças pode inibir a presença de pessoas mais pobres, ou as pistas de skate podem atrair mais jovens em detrimento das pessoas mais idosas.

Os conflitos de usos no espaço público podem decorrer da falta de atenção para as necessidades dos usuários, falhas na concepção do projeto ou de problemas sociais externos ao local, como consumo de drogas ou presença de moradores de rua (FRANCIS, 2003). É comum e salutar a discussão de liberdade e controle sobre o espaço público, no que, para Carr e Lynch (1981), a precisão entre esses dois fatores em determinado momento é dependente de inúmeros fatores, incluindo normas e atitudes de indivíduos e grupos que usam o espaço, o desenho e a gestão do espaço público. O espaço público deve ser neutro e agregador de diversos interesses da sociedade, balanceando os tipos e atividades, de forma a evitar que determinado grupo domine o lugar.

Carr et al. (1992) elaboram três premissas que julgam serem necessárias para se ter apropriação no espaço público: responsabilidade, democracia e relevância. Responsabilidade significa que o espaço público deve servir às necessidades dos usuários através do conforto, relaxamento contra o estresse urbano, ter engajamento ativo e passivo e proporcionar descobertas, ou seja, ter contatos com diferentes tipos de pessoas, podendo interagir com elas, seja conversando ou apenas “observar o movimento”.

Figura 2 – Programa Centro Aberto, no Largo São Bento, em São Paulo. As cadeiras de praia proporcionam liberdade para os usuários movê-las, dando a eles o poder de moldar o espaço público conforme às suas necessidades, estratégia semelhante ao do Bryant Park, em Nova Iorque. O próprio piso pode ser utilizado como local para sentar e “ver o movimento”. Foto: Fábio Gonçalves.

O espaço público deve ser democrático através da proteção dos direitos dos usuários, acessível a todos, bem como deve prever liberdade de ações. Esse último item é complexo, pois o espaço público possibilita a liberdade de ações desde que sejam compactuadas e aceitas entre diferentes grupos. Deve ser construído junto com a sociedade, pode levar anos, avançando ou retrocedendo conforme os conceitos da sociedade vigente¹⁰. Por último, o espaço público deve ser relevante, permitindo que as pessoas façam conexões com o local, com suas vidas privadas e com o mundo exterior (CARR et al., 1992). Relacionam o espaço público com o conteúdo físico e social, com a memória e o cotidiano, sendo o elo entre o usuário e o local.

A gestão do espaço público nem sempre tem relevância no orçamento municipal, geralmente subordinado ao departamento de parques, obras públicas, habitação, esportes, transporte, etc., sem órgão específico para a função. A proliferação de outros tipos de espaços públicos resulta em diferentes formas de mantê-los, aumentando os custos e diminuindo as possibilidades de ganho de escala. Por outro lado, se foi priorizada a monofuncionalidade dos espaços públicos, a manutenção fica mais ágil, mas restringe o acesso do local a determinados grupos. A manutenção deve envolver gestores, projetistas e usuários para que se possa conhecer melhor os potenciais e as limitações do sistema de gestão. São relativamente raras as trocas de experiências entre as equipes de planejamento, projeto e gestão, entre a teoria e a prática desses lugares. O resultado é a falta de manutenção e de ajustes constantes dos espaços públicos, pois “geralmente quem projeta não faz a manutenção” (ALEX, 2008, pg. 28).

É desafio para os gestores governamentais encontrarem fundos municipais para a manutenção dos espaços públicos, pois o orçamento geralmente não tem condições de manter de forma continua a gestão desses lugares. No final da década de 1970, diversas cidades americanas começaram a conceder a gestão dos espaços públicos para grupos privados, indo desde associações locais até grupos empresariais globais, como forma de diminuir as despesas

¹⁰ Durante anos foi proibido pisar na grama do *Central Park*; o *Mall*, parque icônico de Washington, estabeleceu recentemente regras para o público utilizar seu gramado central, proibindo práticas esportivas como *softball* e *frisbee*, além de realização de eventos e concertos.

e garantir que haja investimentos sem orçamento público. As formas de participação do setor privado vão desde parcerias com o Poder Público até a concessão plena para a gestão desses espaços. A concessão do espaço público à iniciativa privada abriga vantagens, como ter manutenção mais ágil, contratação de serviços sem depender da burocracia estatal¹¹, melhor gestão de recursos e, por ter responsável institucional privado, há o interesse de manter o local conservado, como forma de imagem institucional para o concessionário. Por outro lado, a gestão privada pode significar a restrição de atividades de certos grupos, em favorecimento de outros, perdendo as características do espaço público: acessibilidade, liberdade e igualdade¹².

1.1 - SÃO PAULO – MODERNIDADE TARDIA

No Brasil, a transição da sociedade colonial para a moderna se deu de forma diferente que a europeia e americana descritos por Bauman e Harvey. A sociedade brasileira no século XIX ainda era composta por pessoas ligadas à antiga metrópole portuguesa, como fazendeiros e governantes, e o restante por índios e negros escravos. A elite tinha costumes e pensamentos ligados à vanguarda europeia e aos mais pobres e fracos eram negados direitos básicos, ficando, assim, dependentes dos fazendeiros. A polícia tinha poder de punir fisicamente os escravos e os pobres, pois eram vistos como perigosos e potencialmente capazes de ameaçar o *establishment* das classes mais altas. O uso da violência pela polícia é recorrente na história brasileira como forma de repreensão e de dominação de classes. A polícia sempre foi uma instituição de repressão violenta, ao contrário de visar a garantia dos direitos civis da população (CALDEIRA, 2011).

A formação da sociedade brasileira foi atrasada e diferente dos países do Hemisfério Norte, que levaram séculos para se formarem e terem uniformidade social. A modernidade brasileira foi marcada pela adaptação dos padrões europeus com a cultura local, com a esfera pública burguesa se desenvolvendo apenas a partir do Século XIX, mas alinhado com os interesses de outra classe dominante: a agrária, da qual boa parte da burguesia brasileira era originária (QUEIROGA, 2012). Para Maricato (1996), a modernização brasileira é marcada pela exclusão de classes, diferentemente do processo que ocorreu em países do capitalismo central, resultando em abismal diferença entre classes sociais na década de 1980.

A abolição da escravidão, em 1888, e a Proclamação da República, no ano seguinte, alterariam gradativamente os padrões da sociedade brasileira, com o Estado aspirando a modernidade para se projetar ao mundo à semelhança dos europeus, adaptando o país ao novo padrão econômico mundial e, assim, deixar no passado a imagem de país escravista (MARICATO, 1996). As reformas urbanísticas do Rio de Janeiro executadas por Pereira Passos são exemplos da tentativa brasileira de espelhar na cidade europeia, sobretudo Paris, a modernidade que as elites almejavam, com boulevards, praças para a prática de *jogging*, parques e equipamentos culturais, como teatros. As reformulações eram destinadas à elite e os pobres eram expulsos do centro por meio dos planos sanitários, sendo atribuídos a eles os problemas de saúde nas áreas centrais.

¹¹ No Brasil, por exemplo, a Lei 8.666/1993 obriga a licitação para a contratação de serviços públicos. O processo licitatório para a contratação de equipe de manutenção pode levar meses, não conseguindo agilidade para resolver assuntos emergenciais.

¹² A experiência norte-americana na gestão de espaços públicos – notoriamente parques – será discutida no Capítulo II, assim como a proposta de concessão de parques em São Paulo.

A industrialização brasileira foi tardia e menos tecnológica que a do Hemisfério Norte, pois a capacidade de financiamento, produção, infraestrutura e mercado consumidor era inferior, surgindo indústrias de baixa complexidade, como a alimentícia e a têxtil. Apesar das iniciativas anteriores, o surgimento da indústria pesada no Brasil só ocorreu na década de 1940, cerca de um século depois que nos países europeus, demonstrando o quanto o país estava atrasado em questões básicas e, ao mesmo tempo, tentando se aproximar dos países desenvolvidos.

A cidade de São Paulo era a imagem desse Brasil preso às questões históricas e, ao mesmo tempo, almejando a modernidade. O crescimento vertiginoso decorrente da industrialização era motivo de exaltações ufanistas, como a cidade que mais crescia no mundo. Em menos de 50 anos (1890-1940), a morfologia urbana da cidade foi alterada diversas vezes para acomodar o crescente número de imigrantes estrangeiros e nacionais.

Enquanto a cidade era pequena, os ricos e pobres ocupavam os mesmos espaços, devido à interdependência de cada grupo e à impossibilidade de se isolarem, uma vez que a velocidade dos meios de mobilidade – que eram basicamente veículos de tração animal ou bondes – impedia o cruzamento de grandes distâncias, e devido também aos métodos de produção que exigiam mão de obra intensiva junto às máquinas. O surgimento de bairros elitistas na cidade de São Paulo, como Campos Elíseos, Higienópolis e Jardins, foram as primeiras intenções de criar áreas exclusivas para a elite, mantendo a proximidade com a área central. Aos pobres restava morar perto de rios e das ferrovias (CALDEIRA, 2011).

O rigor das leis de ordenamento do solo nas áreas urbanizadas não era seguido na periferia e áreas rurais, pois não eram locais de interesse das classes mais ricas e sem atratividade comercial. Espaços públicos nas áreas centrais eram criados como forma de trazer a cultura europeia para a elite, como o *belvedere* do Trianon, a remodelação do Vale do Anhangabaú e a Praça Buenos Aires.

A falta de fiscalização do uso do solo fora do Centro e a expansão das linhas de ônibus e trens de subúrbio foram estímulos para o crescimento da periferia a partir da década de 1940 (MARICATO, 1996; CALDEIRA, 2011). Outro impulso foi a Lei 4.598, conhecida como Lei do Inquilinato, que congelou os reajustes dos aluguéis e estagnou o mercado de locação no Brasil. Sem imóveis para alugar e com salários baixos, restou aos pobres comprar terrenos em áreas distantes do Centro, embora acessíveis por meio de ônibus e trens, a despeito da precariedade desses modais.

Especuladores imobiliários aproveitaram essa situação para vender terrenos com diversas irregularidades (grilagem, lote abaixo do exigido, ausência de serviços de infraestrutura, etc.). A posse do imóvel, mesmo irregular, significava segurança patrimonial aos mais pobres, mesmo que direitos básicos de moradia, como acesso à rede de saneamento, energia, transporte, saúde, educação e cultura não fossem atendidos. Sem condições de arcar com as despesas de aprovação e a exigências de financiamento junto aos órgãos públicos, as pessoas de baixa renda passaram a construir suas próprias moradias, em processos de autoconstrução (CALDEIRA, 2011). Na cidade central, os investimentos públicos eram intensos, com a construção de avenidas, viadutos e a criação ou remodelação dos espaços públicos através dos projetos de melhoramentos, destinados a criar ambiente adequados aos padrões da elite e que não fossem frequentados por pessoas de outras classes.

Se a modernidade europeia significou igualdade, acessibilidade e o convívio entre estranhos e diferentes de forma anônima nos espaços públicos, a modernidade paulistana foi

marcada pela utilização dos espaços públicos para a segregação de classes sociais, importando da Europa apenas a estética. Através da expansão da rede de ônibus, os pobres foram alocados na periferia, pois eles eram relacionados aos problemas de promiscuidade, violência, crime e sujeiras. A modernidade paulista, assim como a brasileira, não foi incompleta, como diversos autores afirmam; ambas se adaptaram à cultura da sociedade local, portanto, há tipos de modernidades diferentes daquelas que são consideradas exemplares: a norte-americana e europeia (CALDEIRA, 2011).

A década de 1970 consolida o sonho da elite da República Velha de separação de classes (CALDEIRA, 2011): os pobres morando na periferia sem serviços públicos, longe das classes média e alta, que habitavam áreas com infraestrutura e serviços. A mobilidade refletia a desigualdade e segregação espacial: os pobres dependiam dos serviços precários de ônibus e trens de subúrbio, enquanto os moradores das áreas centrais utilizavam os automóveis em vias reformuladas especialmente para a circulação deles. A harmonização das classes nesta época foi ocasionada pela segregação espacial, pelo clima de otimismo e progresso do Milagre Econômico e pela repressão política da ditadura militar aos manifestantes contrários ao governo.

Figuras 3 e 4 – Duas imagens da mesma cidade ou seriam imagens de duas cidades? A recém-inaugurada Avenida 23 de Maio, no início da década de 1970 (e), próximo do bairro do Paraíso: ordenação territorial, pistas expressas para veículos e melhor manutenção pelo poder público. Jardim Carmélia em 1980 (d), periferia leste da São Paulo: autoconstrução, sem regulamentação, ausência de políticas públicas. Fotos: Autor desconhecido e Teresa Caldeira (2011).

O processo de segregação de classes em São Paulo aumentava conforme aumentava a expansão rumo à periferia da rede de transportes sobre pneus. Duas realidades convivem no mesmo município: a cidade oficial (centro), regulamentada, com planos urbanísticos, moradia das classes média e alta e objeto frequente de atenção pelo poder público; e a periferia, com processo anárquico do uso solo (MARICATO, 1996), acesso ineficiente à rede de serviços públicos e composto majoritariamente de imóveis irregulares (dimensões inferiores ao estabelecido pela prefeitura, em áreas ambientais frágeis, grilagens, etc.) ou com alguma pendência legal¹³. Os problemas existiam, mas quem estava na cidade formal não tinha conhecimento da cidade periférica, pois a distância – tanto física, quanto temporal – separava as classes sociais. E quando existiam movimentos (associações e sindicatos) para exigir melhores condições de vida, eram reprimidos pela força policial.

¹³ Cfe. Caldeira (2003), Guaianases – no extremo leste da cidade tinha relação de uma residência regular para quatro irregulares.

A partir do início da década de 1980, o padrão de segregação centro-periferia paulistana começou a ser alterado, com os mais ricos deixando de morar no centro e indo morar em áreas afastadas. Esse processo de suburbanização não é apenas fenômeno paulistano; ele vem ocorrendo no mundo todo, principalmente nos países ocidentais. Para Bauman (2009), é devido às novas formas de comunicação que alteram as relações temporais da sociedade: os mais ricos não precisam estar mais no centro da cidade ou próximos, e podem controlar e movimentar seus interesses à distância.

No caso paulistano, Caldeira (2011) atribui à crise econômica o aumento da criminalidade e a ascensão e o fortalecimento de movimentos sociais como sindicatos, associações e do Partido do Trabalhadores – PT, que passaram a exigir melhores condições de vida para a população mais carente. Com a recessão da década de 1980 e o desemprego, o sonho de possuir moradia própria, mesmo em loteamentos ilegais, foi ficando cada vez mais impossível, restando aos pobres procurar moradias em favelas da periferia¹⁴ ou cortiços das áreas centrais. O Poder Público informalmente consentia ou até mesmo incentivava¹⁵ a ocupação ilegal, mas, ao mesmo tempo, negava o direito formal de acesso à terra e à cidade (MARICATO, 1996).

A evolução urbana no Brasil contrariou a expectativa de muitos, da superação, do atraso, do arcaico e da marginalidade, pelo moderno capitalista. O processo de urbanização, acelerado e concentrado, marcado pelo “desenvolvimento moderno do atraso”, cobrou, a partir dos anos 80, após poucas décadas de intenso crescimento econômico do país, um alto preço, mediante a predação do meio ambiente, baixa qualidade de vida, gigantesca miséria social e seu corolário, a violência (MARICATO, 1996, pg. 31).

Apesar de Bauman (2001; 2009) analisar a realidade europeia, a conceituação do esvaziamento das áreas centrais e dos espaços públicos através das novas formas de deslocamento no espaço (comunicação e mobilidade) e de dispositivos de segurança é aplicável à realidade brasileira, especialmente a paulistana estudada por Caldeira (2011). Entretanto, é necessário compreender que o fenômeno na Europa ocorreu em um ambiente marcado pela igualdade social, pela garantia dos direitos individuais e pela política de rede de bem-estar social – mesmo sob o risco de ser desmontada por políticas neoliberais. É diferente da realidade brasileira, na qual a desigualdade é presente na sociedade, o Estado é utilizado para interesses de determinados grupos e os direitos individuais não estão consolidados no país.

Em São Paulo, os movimentos sociais da periferia conseguiram, gradativamente, conquistar melhorias, como acesso à rede de saneamento básico, transporte de qualidade, regularização fundiária das residências, etc. O apoio do Estado às reivindicações populares era a forma de se evitar que esses grupos fizessem oposição ao seu governo. Enquanto os mais pobres reivindicavam e conseguiam, mesmo que parcialmente, melhorias para os seus bairros, o grupo dos mais ricos, do *establishment*, sentia que seu espaço na cidade formal diminuía pelas novas forças contrárias às suas. Ao mesmo tempo, o aumento da criminalidade proporcionada pela recessão econômica fazia com que eles culpassem os mais pobres por alterar os padrões

¹⁴ Cfe. Maricato (1996), no início da década de 1970, menos de 1% dos habitantes da cidade de São Paulo morava em favelas. Em 1987, esse índice alcançou 8% e, em 1993, 19,4%. Segundo a autora, há evidente relação na diminuição da oferta de lotes ilegais depois da Lei 6.766/1979 (Lei do parcelamento do solo) e do aumento das favelas em São Paulo.

¹⁵ É relativamente comum os políticos incentivarem a ocupação de certas áreas, com a promessa de que “lutarão” pela regularização do assentamento ilegal ou de levar rede de infraestrutura para esses locais. Utilizam as promessas como forma de conseguir apoio para eleições.

de vida que até então tinham, atribuindo a esses mais pobres o aumento da violência (CALDEIRA, 2011).

Os mais ricos passaram a querer viver entre os iguais, por terem a sensação de segurança por estarem próximos a pessoas iguais a eles. Com as novas formas de comunicação e de melhorias nas redes de deslocamento, passaram a morar em regiões periféricas, em alguns casos próximos de moradias de baixa renda, favelas, etc. A separação era reforçada por forte aparato de segurança, como muros altos, cercas elétricas, seguranças particulares, entradas segregadas para funcionários, câmeras de segurança, proibição de atividades não-residenciais, de circulação de transporte público ou até mesmo na inexistência de calçadas como forma de desestimular o trânsito de pedestres. As ruas se tornaram lugares para os pobres e quem circula por ela é visto com desconfiança.

Figura 5 – Condomínio na Zona Oeste de São Paulo. O funcionamento do empreendimento é autônomo em relação ao tecido urbano do entorno, possuindo áreas de lazer restrita aos seus moradores, ao contrário da favela, onde cada metro quadrado é ocupado. A favela ao redor dos edifícios está assentada em barrancos ou sobre córregos. Cidade formal e informal estão no mesmo espaço, mas separadas por muros e aparatos de segurança. Foto: Wellington Nagano.

O isolamento e o viver entre iguais não significam estabilidade, segurança ou respeito entre seus moradores. Caldeira (2011), por exemplo, relata diversos crimes cometidos por adolescentes em condomínios horizontais de classe média e alta de São Paulo. As infrações vão desde o pequeno vandalismo de se quebrar equipamento da área comum até atropelamento e consumo de drogas. Eles fazem isso por estarem no espaço privado, onde as leis não são consideradas, pois os moradores resolvem tratar os delitos como “assuntos internos”, sem a participação da polícia. São recorrentes casos em que os funcionários de segurança não têm autonomia para advertir, pois são empregados dos condomínios e a tentativa de cumprir as leis condominiais é nula, pois há ameaça de demissão deles pelos pais dos adolescentes como forma

de intimidação. A sensação de impunidade ocorre geralmente quando os moradores dos condomínios não têm noções de interesse público, de responsabilidade pública e respeito pelos outros (CALDEIRA, 2011).

Os atritos entre iguais não ocorrem apenas com os mais ricos ou aqueles que moram em condomínios, mas também em locais periféricos, conforme os estudos de Norbert Elias e John Scotson (2000) ao observarem o comportamento dos moradores de Winston Parva¹⁶, concebido como loteamento para os operários das fábricas da região. Segundo os autores, os moradores dos setores A e B, que estavam estabelecidos há mais tempo na vizinhança, criaram uma rede de relações sociais entre eles. O setor C era estigmatizado como “beco dos ratos” e possuía moradores que mudaram posteriormente para lá, com o mesmo nível de renda e escolaridade. Mas, por estarem há menos tempo naquele local, eram percebidos como estranhos, pois não participavam da rede de relações sociais e não tinham histórias que os conectavam com o lugar, como já acontecia com os setores A e B. Os dois setores tinham coesão entre eles, pois estavam isolados do centro da cidade, que mantiveram unidos quando a mobilidade entre Winston Parva e o centro foi melhorada, trazendo novos moradores para o setor C. Pela senioridade, os moradores dos setores A e B se portavam como defensores do local, das tradições e dos hábitos e tinham preconceito, de forma implícita, com os habitantes do setor C, mesmo que os delitos ficassem restrito a uma minoria.

O pressuposto tácito de boa parte da literatura sociológica de que os maiores estão ligados a uma importância maior, nem sempre é confirmado pelos fatos. Os grupos minoritários podem ter uma significação sociológica que ultrapassa em muito sua importância quantitativa (ELIAS e SCOTSON, 2000, pg. 93).

Essa forma de comportamento observada por Elias e Scotson pode ser observada também nas periferias paulistanas, onde os moradores mais antigos têm maior coesão entre si, pois lutaram para ter condições mais dignas de serviços públicos e criaram redes invisíveis de proteção e assistência entre eles, devido à inércia do Estado de atendê-los. É comum observar a reação dos moradores mais antigos quando os novos chegam e ocupam áreas ilegais, atribuindo aos mais novos uma série de adjetivos depreciativos, da mesma forma que moradores de conjuntos habitacionais, tanto de iniciativa privada, quanto pública, são vistos como *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000) em relação à estrutural social da vizinhança.

Portanto, a temporalidade e o isolamento ocasionam a coesão entre moradores, criando rede invisível de relações sociais e públicas que os unem, fazendo com que vejam a presença do novo (ou estranho) com desconfiança, uma vez que esse estranho não faz parte do cotidiano deles. Para Santos (1985), a incorporação do estranho junto à comunidade deve ocorrer por meio de mediação, como o bar, mercado ou a igreja do bairro. Não são espaços públicos no *stricto sensu*, mas locais onde ocorrem a esfera pública. Para o estranho, essa mediação significa “sua passagem social de fora para dentro do bairro” (SANTOS, 1985, pg. 91).

¹⁶ Winston Parva foi nome fictício que Elias e Scotson deram para a comunidade que estavam estudando nos arredores de Leicester, Inglaterra.

CAPÍTULO II

DO EMERALD NECKLACE ATÉ O PROGRAMA 100 PARQUES DE SÃO PAULO

2.1 - INTRODUÇÃO SOBRE PARQUES LINEARES

O parque como espaço público para apreciação da natureza e para a prática do ócio aparece pela primeira vez na Europa no final do Século XVIII. A Revolução Industrial e a mecanização dos processos de produção no campo obrigaram os camponeses a procurarem empregos nas cidades. Gradativamente, a cidade industrial moderna foi privando o homem do contato com a natureza, devido ao ritmo de trabalho, à urbanização e à concentração de pessoas.

O parque, entendido como espaço público, surge sob o contexto de resgatar a natureza perdida com a industrialização e a urbanização, de proporcionar descanso – tanto físico quanto mental – para o homem moderno. Esse objetivo de trazer a natureza para o cotidiano da cidade não era novidade, conforme informa Franco Panzini (2013) sobre a iniciativa da aristocracia europeia de abrir seus jardins particulares e reservas florestais para a população, como o *Hyde Park* – Londres (1637), *Jardin des Tulleries* – Paris (1667) e *Tiergarten* – Berlim (1742).

Outro movimento foi a doação de áreas verdes para o Estado, como a realizada pelo industrial inglês John Claudus Loudon ao doar o bosque de uma de suas propriedades para a cidade de Derby. Loudon tinha o propósito de que o parque fosse de finalidade didática para educar os visitantes sobre a natureza, abordagem posteriormente aplicada em outros parques ingleses (PANZINI, 2013).

A estabilidade política na Europa e o crescimento das cidades além das fortificações tornavam esses sistemas de defesas inúteis e passaram a ser áreas de uso público, como Munique (1789), ao aproveitar propriedades militares desativadas para criar parques para recreação pública (MAGNOLI, 2006). Os novos parques não eram apenas de acesso público, mas também de propriedade pública, fossem eles provenientes de antigas fortificações militares, doações de industriais ou de aristocratas, como o *Regent's Park* (1828) e o *St. James Park* (1828), em Londres.

O provimento de parques para a população nos Estados Unidos não veio através de aproveitamento de estruturas militares ou de doações de aristocratas, mas como uma ação do Estado de criar áreas verdes para as emergentes cidades americanas, principalmente aquelas situadas no nordeste americano. O parque americano celebrava a crescente riqueza da nação, criava espaços de lazer para as classes superiores e um ambiente agradável e saudável para as classes operárias (CARR et. al., 1992). O *Central Park* (1857), em Nova Iorque, é exemplo dessa filosofia americana e, como os europeus, a natureza era para ser apreciada de forma passiva pelos usuários, ideia reforçada pelas regras do local, que proibiam desde piquenique até andar sobre a grama (ALEX, 2008) ou qualquer atividade que promovesse uma grande concentração de pessoas (BERMAN, 2003).

O primeiro parque linear do mundo surgiu em 1878, com o Sistema de Parques de Boston, conhecido como *Emerald Necklace*, de autoria do arquiteto paisagista Frederick Law Olmsted, o mesmo autor que projetou, junto com Calvert Vaux, o *Central Park*. O projeto interligava os parques Franklin, Common e Jardim Público através de vias-parques (*parkways*), criando sistema integrado de áreas verdes. A interligação entre os parques foi desenvolvida, aproveitando-se a rede de vias existentes e o Rio Muddy, afluente do Rio Charles e local de diversas inundações.

Figura 6 – Emerald Necklace, Boston. Olmsted usou o sistema viário e a hidrografia como formas de criar corredores verdes interligando os grandes parques. Incompleto, o Emerald Necklace previa a ligação do Franklin Park com o Boston Common. Fonte: Emerald Necklace Conservancy.

Olmsted aproveitou o potencial paisagístico do Rio Muddy e reformulou seus brejos para acomodar as águas pluviais, alterou o traçado do Rio para melhorar a drenagem e implantou rede de saneamento de forma a evitar que o curso d'água fosse contaminado. E para evitar que a maré proveniente do Rio Charles entrasse na cidade através do Rio Muddy, foram construídas eclusas para o controle das águas (HELLMUND e SMITH, 1993).

Figura 7 – Vista aérea do Emerald Necklace, com destaque para o Riverway (1), Bay Back Fens (2), Public Garden e Boston Common (3). O sistema de parques possui áreas de alagamentos, espaços de lazer, recreação e corredor ecológico ao longo do Rio Muddy, desde o Franklin Park até a jusante com o Rio Charles (4). Foto: Alex Maclean.

Olmsted preferia não chamar essas ligações entre áreas verdes de parques, pois poderiam surgir expectativas de que tais lugares talvez não pudessem representar o ideário de parque (SCHENK, 2008). Em vez disso, preferiu chamar de *parkways*, pois entendia que esses espaços faziam a conexão entre os espaços verdes de maior porte da cidade. O termo *parkway*

já havia sido utilizado por Olmsted quando projetou o sistema de parques para Buffalo (1868), para o *South Park* em Chicago (1871) e a ligação entre o *Prospect Park*, o *Central Park*, Coney Island e Queens, em Nova Iorque. Esses dois últimos, denominados *Ocean Parkway* e *Eastern Parkway*, não foram implantados (HELLMUND e SMITH, 2006).

Emerald Necklace representou o amadurecimento das ideias de Olmsted para os sistemas de interligação entre parques, aplicados ou planejados para outras cidades. É considerado o primeiro parque linear por aproximar a natureza do cotidiano da cidade, evitando que o parque fosse apenas ação programática de descanso e de subtração da vida urbana, e também pela valorização do rio. Incorporado à cidade, o rio é sistema de infraestrutura hídrica, lazer, refúgio e mobilidade. *Emerald Necklace* faz parte do cotidiano dos moradores de Boston, ao mesmo tempo que os sistemas de drenagem, de controle de inundações e corredor ecológico estão integrados através do Rio Muddy, mantendo sua feição natural. Quase um século e meio depois, o conceito de parque linear do *Emerald Necklace* persiste até os dias atuais, sendo referência ao unir as engenharias sanitária e civil com o desenho urbano e a paisagem (ALEX, 2008).

2.2 - PROJETO E METODOLOGIA DE PARQUES LINEARES

As *parkways* concebidas por Olmsted influenciaram outros paisagistas, tais como as intervenções de Horace Cleveland, Charles Eliot e Jens Jensen em Minneapolis, Boston e Chicago, respectivamente (HELLMUND e SMITH, 2006). Na Europa, a ideia de parque como interação com a natureza em movimento era implantada em *boulevards* ou *promenades*, com desenhos mais formalistas e menos naturalistas que os americanos.

A partir da década de 1920, as *parkways* mudaram sua concepção, fruto da ascensão do automóvel como meio de transporte para a população americana, mudando a percepção da natureza durante o trajeto devido à velocidade dos veículos (HELLMUND e SMITH, 1993). O resultado foi a pavimentação das *parkways* para se adequarem ao novo modo de locomoção.

O retorno dos parques lineares como estruturas de lazer, recreação, infraestrutura, espaços de sociabilidade e com qualidades paisagísticas ocorreu a partir da segunda metade do século XX, quando a expansão do subúrbio americano colocava em risco áreas naturais até então preservadas. Simultaneamente surgiam pesquisadores preconizando nova abordagem ecológica, retomando parte do processo de Olmsted de incluir a natureza no planejamento urbano, como Phillip Lewis Jr. e Ian McHarg.

McHarg é autor do livro *Design with Nature* (1969), que propõe que as intervenções sobre o território devem ser a somatória de diversas camadas – *layers* – sociais, econômicas e naturais adaptadas pelo homem (McHARG, 1969). Os *layers* sobrepostos podem mostrar não apenas proibições ou permissões de atividades, como também a compatibilidade de usos. “É necessário entender a natureza como processo interativo que representa um relativo sistema de valores, e isso pode ser interpretado como oportunidade oferecida para uso humano. Mas pode também revelar restrições e até proibições de certos usos” (McHARG, 1969, pg. 127).

As margens do rio podem ser utilizadas para atividades agrícolas, como forma de manter o solo permeável ou de serem meios de recreação. Portanto, parques ao longo de rios têm caráter de multifuncionalidade, agregando aspectos sociais, naturais, econômicos e culturais.

Nessa mesma época, o termo *greenway* substituiu *parkway* no desenho urbano americano, pois sua abrangência ambiental é maior que a *parkway* por não estar ligado apenas ao sistema viário. É espaço livre linear junto a algum recurso natural (rios, cumeeiras, etc.) convertido tanto para usos humanos, como recreação, mobilidade, descanso e infraestrutura, quanto para preservação ecológica, gerenciamento de águas pluviais e proteção paisagística (HELLMUND e SMITH, 2006).

FUNÇÃO ECOLÓGICA E SOCIAL DOS PARQUES LINEARES (<i>GREENWAYS</i>)	
FUNÇÃO ECOLÓGICA	FUNÇÃO SOCIAL
Preservar fauna e flora	Recreação
Preservar a água (rios, aquíferos e wetland)	Paisagem como forma de preservar a história
Baixar temperatura no entorno	Aproximar bairros
Absorver poluentes	Controlar expansão urbana (<i>greenbelts</i>)
Fazer ligação com outras áreas naturais, estimulando o fluxo de animais, organismos, etc.	Aproximar da natureza, amenizando o impacto da vida urbana. Existir um parque linear na proximidade pode estimular, no longo prazo, a compreensão pelas pessoas do papel crucial da natureza na vida humana

Tabela 1 – Fonte: HELLMUND e SMITH (1993), tradução do autor.

Nos Estados Unidos, *greenway* é termo genérico que abrange parque linear, corredor ecológico, corredor verde, eixo verde e *parkway*. Uma *greenway* bem-sucedida é quando as diversas variáveis – recreação, cenografia, engenharia hídrica, urbana e preservação – são consideradas, reconhecidas e coordenadas entre si. Diversos autores, como Charles Flink e Robert Searns (1993) e Daniel Smith e Paul Hellmund (1993 e 2006), abordam mais o conceito genérico de *greenway* em escala regional, as metodologias de análise territorial, dos recursos naturais, da urbanização, de planejamento, processo e gestão aplicáveis aos parques lineares.

São reconhecidos e difundidos os benefícios de se ter áreas verdes junto à cidade como redução da poluição atmosférica, criação de corredores ecológicos, redução da temperatura e criação de uma imagem agradável, capaz de que estimular a população a utilizar o parque para exercícios físicos, reduzindo os riscos de doenças, incorrendo, assim, em menos gastos com tratamentos de saúde. Nos parques lineares, a topografia plana é propícia para construção de ciclovias, estimulando a mobilidade urbana de baixo custo e saudável. Com exceção da rua, os parques lineares e as praças são os principais espaços livres de acesso irrestrito em diversas periferias paulistanas, muitas delas carentes de espaços públicos, sendo utilizados para feiras-livres, grupos de ginástica ou caminhada, encontros religiosos, festas populares, eventos públicos ou até mesmo pequenos encontros entre seus usuários.

Figuras 8-11 – Em sentido horário, a partir do superior esquerdo: grupo musical no Parque Linear Cocaia, Zona Sul; evento esportivo no Parque Linear Mongaguá, Zona Leste; playground no Parque Linear Guaratiba, Zona Leste; Feira da Saúde no Parque Linear Canivete, Zona Norte. O espaço público apropriado por diversos tipos de atividades, sejam programáticas ou cotidianas. Fotos: Facebook Praça Opção Brasil, SVMA – DGD, Wellington Nagano e Ana Beatriz Silva Lima.

Kevin Lynch (1981) faz abordagem mais urbana que os autores supracitados, ao afirmar que parques lineares são espaços apreendidos em movimento, com o espaço público sendo utilizado para o deslocamento de um lugar para outro, tornando a experiência mais urbana que natural. A experiência do parque linear é diferente do parque tradicional, no qual prevalecem a ação programática das atividades, a fruição da paisagem e o espaço de descanso dentro da cidade como principais características. Entretanto, Lynch afirma que a dificuldade dos parques lineares é criar sequência de eventos ao longo do trajeto, como forma de ter dinamismo durante o movimento. É importante notar que Lynch não mencionou sobre qual tipo de parque linear ele se referia, pois o entendimento dele era de que a configuração desse parque é axial, seja o rio, *promenade*, canteiro central ou adutora como eixo.

Flink e Searns (1993) elaboraram uma interessante metodologia para a implantação de parques lineares: análise dos recursos naturais e fundiários da área de intervenção; plano de intervenções proposto para o parque, com objetivos, metas e ações – de acordo com as legislações que incidem sobre o local, com modelo de viabilização do parque; e elaboração de documento final, com localização, medidas de proteção, estimativa de custos, plano de manejo e estratégias de implantação. Hellmund e Smith (2006) estabelecem diretrizes no projeto de parques lineares, como: conservar e melhorar a conectividade das características ecológicas; integrar natureza com urbanização; projetar com a mesma importância da rede de infraestrutura (esgoto, ruas, etc.) e, de preferência, implantadas concomitantemente; utilizar estruturas antigas, tais como ferrovias, canais, linhas de alta tensão, etc.; incorporar outras áreas verdes – jardins, fazendas e florestas – ao parque linear.

Conrado Souza (2015) complementa que a apropriação dos espaços livres próximos aos rios depende de sua inserção urbana, pois, ao contrário da localização de outros espaços livres,

o projeto deve considerar a presença dos cursos d'água como elemento fixo e não passível de alterações.

Pela proximidade e interação com as comunidades vizinhas, o parque linear pode incentivar os moradores a serem mais ativos em defesa da natureza e da vizinhança (HELLMUND; SMITH, 1993). Em comparação com os parques de geometria retangular, o parque linear proporciona acesso mais fácil por possuir maior extensão de bordas, por estar nos caminhos diários das pessoas, por ter fácil transposição, atender de modo mais democrático e igualitário à população de vários bairros e criar rede invisível de vigilância no parque, aumentando, assim, a percepção de segurança do lugar.

Todavia, se o parque linear for estreito, localizado nos fundos de lotes e projetado apenas como canal de passagem, não funcionará como corredor ecológico, portanto, não estimulará a consciência da preservação ecológica pela população, sendo apenas uma via arborizada. Por outro lado, se a largura for grande, diminuirá a integração dos moradores e usuários vizinhos ao parque, com a impossibilidade de transpor visualmente o outro lado do parque linear.

Figura 12 – Desenho não recomendado para parque linear e tratamento dos cursos d'água. A canalização aumenta a velocidade das águas pluviais, transferindo inundações para outros lugares. Não são consideradas estratégias para a permeabilização do solo, para o retardamento das águas pluviais ou para a criação de espaços públicos junto às margens. O conceito do parque linear pode ficar retido apenas na arborização viária e não ser reconhecido pela população do entorno. Desenho: Wellington Nagano.

A rua tem relação direta com o parque linear, não sendo apenas limite físico, mas a extensão do espaço público, refletindo as dinâmicas e usos que ocorrem na via. Jane Jacobs (2002) cita os principais fatores urbanísticos que qualificam o logradouro e o parque como lugares públicos: multifuncionalidade, número de acessos diretos entre a rua e os edifícios lindeiros e as relações morfológicas capazes de criar sensação de aproximação e envolvimento entre o espaço público e os espaços edificados. Lynch (2009) também ressalta a importância da rua como fator de apropriação do parque linear, com atividades especiais, diversificação de fachadas, sistema particular de iluminação, cheiros e sons característicos e a arborização sendo utilizada como articulação entre rua, parque e espaços de interesses. Para Paula Shinzato (2007), a arborização axial do parque linear ou da rua é uma das formas mais eficientes para baixar a

temperatura de um microclima urbano, pela extensão e maior contato entre a arborização e as edificações do entorno, criando clima agradável para a realização de atividades.

Figura 13 – Moradores praticam caminhada no Parque Linear Canivete, Zona Norte de São Paulo. Observa-se a presença de equipamentos (playground e pergolado) junto à calçada e residências voltadas para o parque. Foto: Ana Beatriz Silva Lima.

Daniela Friedrich (2007) afirma que não existe a conceituação de parque linear na legislação ambiental ou critérios de planejamento, projeto e gestão. A legislação atual refere-se mais usualmente aos parques naturais e às unidades de conservação.

Figura 14 – Parque linear implantado entre vias, com poucas possibilidades de uso junto às calçadas, devido à largura estreita entre a calçada e o curso d'água. Desenho: Wellington Nagano.

Figura 15 – Situação não recomendada para parque linear: implantação em apenas uma margem. As características principais do parque linear, como preservação ambiental, drenagem urbana, local de lazer e ócio, mobilidade, transposição e desenvolvimento urbano são afetadas por atender parcialmente apenas a um dos lados, enquanto persistem os problemas do outro lado. Desenho: Wellington Nagano.

2.3 - TIPOLOGIA DOS PARQUES LINEARES

Se o parque tradicional é local de ócio e de ações programáticas, o parque linear tem a fruição através do movimento ao longo de um eixo. Os principais tipos de parque linear são:

1 – Ao longo dos cursos d'água: é o de maior ocorrência, tanto no Brasil quanto no exterior. Geralmente o conceito de parque linear é associado – de forma equivocada – com o rio. É o modelo mais próximo da conceituação de Olmsted, Flink e Searns (1993) e Hellmund e Smith (1993 e 2006), pela interação com os elementos naturais, valorização do curso d'água, permeabilidade, preservação e recuperação da vegetação ripária e melhoria da qualidade da água.

Em São Paulo, onde há diversas ocupações junto às margens dos rios, o parque linear é estratégia de estruturação urbana, conforme os artigos 272 e 273 do Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014, por envolver a remoção de ocupações, a criação de equipamentos (playground, área de estar, equipamento esportivo ou academia ao ar livre), infraestrutura (ruas, rede de esgoto, coletor de águas pluviais), mobilidade e tratamento paisagístico do córrego, por meio da renaturalização, criação de áreas alagáveis ou por canalização de gabiões, por exemplo, integrando-os ao parque linear.

As principais legislações que incidem nos parques lineares fluviais são o Código Florestal de 2012 (Lei 12.651), a Resolução 369 do CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente, além das leis estaduais e municipais.

Figura 16 – O Parque Linear Canivete, próximo à Serra da Cantareira, Zona Norte, foi um dos primeiros parques lineares oficiais de São Paulo. A presença de equipamentos públicos (quadras, playgrounds, praças e gramados) atende à falta de espaços públicos da região. O Córrego Canivete foi remodelado, canalizado com gabiões e com guarda-corpos em trechos próximos dos caminhos. Foto: Wellington Nagano.

Figura 17 – Situação ideal do parque linear junto ao córrego: implantação nas duas margens, equipamentos próximos à calçada, sendo as áreas próximas do córrego destinadas à vegetação ripária. Desenho: Wellington Nagano.

2 – Sobre adutoras: o parque linear é implantado sobre a faixa de serviço das adutoras de água ou oleodutos. As restrições de ocupação são, basicamente, a proibição de árvores e de edificações sobre os dutos. Em São Paulo, o Parque Linear da Integração Zilda Arns está sobre as adutoras da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP). Em Aguascalientes, no subúrbio da Cidade do México, o *Línea Verde* foi implantado sobre os oleodutos da Petróleos Mexicanos (PEMEX). Pela topografia relativamente plana, ausência de interrupções e extensão dos dutos, esse tipo de parque linear é mais propício para a implantação de ciclovias.

Figura 18 – Parque Linear Zilda Arns; ao fundo a Adutora Rio Claro, da SABESP. Foto: Wellington Nagano.

Figura 19 – Situação ideal de parque linear sobre adutoras: os equipamentos são instalados nas bordas do parque ou devem ter baixa interferência com o solo para facilitar a manutenção e evitar acidentes. Desenho: Wellington Nagano.

3 – Sobre elevados: é implantado, utilizando-se infraestruturas obsoletas, como passarelas, viadutos e elevados, com acessos apenas em alguns trechos. A integração com o entorno é mínima, pois o parque está suspenso do nível da rua e há restrições de vegetação e equipamentos. O uso é programático e com similaridade com o conceito de parque tradicional. O *Couleé Verte/Promenade Planteé* (1993), em Paris, foi o primeiro parque linear elevado e o nova-iorquino *High Line* (2009 – primeira fase) é o exemplo mais citado de parque linear suspenso, ambos situados em antigos viadutos férreos. As iniciativas de Paris e Nova Iorque influenciaram outras cidades a converterem elevados em parques lineares suspensos, como o *Bloomingdale Trail* (2015), em Chicago, *Rambla de Sants* (2016), no subúrbio de Barcelona, e o *Skygarden* (2017), em Seul.

Figura 20 – High Line Park, Nova Iorque. Por ser elevado, há poucos acessos entre as ruas e o parque. As atividades são mais programáticas em relação aos parques lineares tradicionais pela ausência de contato direto com a rua. Foto: Iwan Baan.

Em São Paulo, o Concurso de Ideias para o Elevado, realizado pela Empresa Municipal de Urbanização (EMURB)¹⁷, em 2006, revelou propostas para transformar o Elevado João Goulart¹⁸ – conhecido como “Minhocão”, em parque linear suspenso. A proposta vencedora, do escritório Frentes Arquitetura, previa a construção de uma cobertura sobre o elevado e, acima dela, a implantação do parque linear. Seriam construídos edifícios de apoio junto ao parque linear, em áreas a serem desapropriadas. Pelo vultoso investimento a ser realizado, o projeto foi arquivado.

Figura 21 – Proposta vencedora para o Elevado João Goulart, do escritório Frentes Arquitetura. Implantação de passeios e galerias nas laterais do elevado e parque linear suspenso sobre a cobertura. Fonte: Frentes Arquitetura.

¹⁷ Atual São Paulo Urbanismo, autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL.

¹⁸ Antigo Elevado Costa e Silva, alterado pela Lei 16.525, de 25 de julho de 2016.

Figura 22 – Representação do parque linear elevado. O problema deste modelo é definir qual será o uso sob ele. No *High Line*, em Nova Iorque, esse problema não é evidente, pois é transversal às ruas do bairro e passa sobre lotes privados. O projeto do *Promenade Planteé*, em Paris, inclui a criação de lojas e galerias de arte no térreo, de forma a atrair usuários e evitar o abandono sob o elevado. Desenho: Wellington Nagano.

4 – Sob elevados: assim como os parques lineares sobre elevados e adutoras, esse tipo de parque linear aproveita a infraestrutura existente sob os viadutos. O objetivo principal é amenizar a presença de tais estruturas aéreas na paisagem e, assim, evitar a ocupação irregular sob elas. São parques mais estreitos, desempenhando mais a função de corredor verde do que parque linear propriamente dito.

Oficialmente, não há nenhum parque linear dessa categoria em São Paulo. Entretanto, a Companhia do Metropolitano de São Paulo (METRÔ) considera as intervenções sob o viaduto da Linha 2 - Verde, próximas da Estação Tamanduateí, como Parque Linear da Vila Carioca¹⁹ (2013). No exterior, o proposto *Underline Park* pretende transformar a área sob o Metrorail, o serviço de metrô da cidade de Miami, em um parque linear com 16 km de extensão.

Figura 23 - Parque Linear da Vila Carioca, próximo à Estação Tamanduateí. As árvores, recém-plantadas, visam a esconder os pilares do elevado e atenuar o impacto da estrutura na paisagem. Foto: Wellington Nagano.

¹⁹ Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/area-da-expansao-da-linha-2-verde-do-metro-tera-parque-linear/>. Acessado dia 23 de julho de 2016.

Figura 24 - Representação do Parque Linear sob elevado: a altura e a largura do elevado influenciam no uso do parque. Se o elevado for largo e próximo do chão haverá a percepção de confinamento e escuridão pelos usuários. Se for alto e estreito, a presença do elevado é mais discreta ao nível da calçada, além de favorecer o crescimento de árvores, devido ao contato maior com o sol. Desenho: Wellington Nagano.

5 – Entre eixos viários: oficialmente não há parques lineares nessa categoria em São Paulo, entretanto diversos municípios aproveitam o canteiro central de avenidas para a implantação de ciclovias, arborização e equipamentos. A largura é decorrente das intervenções viárias e, dependendo do fluxo da avenida, há dificuldades de acesso. Esse tipo de parque linear é próximo do conceito de *parkway* de Olmsted, no Século XIX.

É o parque linear mais suscetível às mudanças de projeto, em decorrência de eventuais intervenções viárias. Isso porque uma das estratégias mais comuns para o aumento da fluidez de veículos é o alargamento das vias. E, por ser área de uso comum da população, não haveria custos de desapropriação para esse tipo de parque linear.

Figura 25 – Rose Fitzgerald Kennedy Greenway (2008), implantado sobre o Big Dig, sistema de vias subterrâneas de Boston, é exemplo de parque linear implantado entre duas vias. Foto: <http://inphantry.com/>, acessado dia 05 de junho de 2017.

Figura 26 – Parque Linear entre vias: mais suscetível a ser suprimido pelo alargamento de vias, pois não há rios ou infraestrutura (elevados ou adutoras) que impedem o alargamento da via. Desenho: Wellington Nagano.

2.4 - ESCALA DOS PARQUES LINEARES

Entre os parques lineares localizados próximos aos rios, há escalas de tamanho e função, podendo ser de vizinhança, distrital ou regional.

Os parques lineares de vizinhança possuem abrangência local, dentro de um bairro, com equipamentos voltados ao uso cotidiano, como playgrounds, quadras esportivas e equipamentos de ginástica. Em São Paulo, estão localizados principalmente na periferia e a maioria deles representa os principais espaços públicos de lazer e encontro dos bairros. As atividades são mais cotidianas, sendo lugares de encontro, passagem, recreação, atividades esportivas ou descanso. A maioria dos parques lineares em São Paulo enquadram-se nessa categoria.

Figura 27 – Parque Linear Cocaia - Núcleo Opção Brasil, Zona Sul de São Paulo. A área impermeabilizada no centro da imagem é utilizada para eventos comunitários, pequenas apresentações musicais, encontros de grupos de ginástica, etc. Os caminhos internos são opções para reduzir trajetos. O Ribeirão Cocaia é canalizado com gabiões e possui patamares para acomodar a água pluvial. É prevista a incorporação do sítio na margem oposta ao parque. Foto: Wellington Nagano.

O parque linear distrital se estende além dos limites de bairro. Mais do que atividades do parque linear local, possui administração e equipamentos de maior complexidade, como quadras e centros de convivência. Em São Paulo, o Parque Linear Tiquatira – Eng. Werner Zulauf,

localizado na Zona Leste (2008), é o principal representante dessa categoria. Situado entre as pistas da Avenida Governador Carvalho Pinto, o parque tornou-se a principal área verde da Prefeitura Regional da Penha. Outros exemplos são o Parque Barigüi (1972), em Curitiba, e o Parque da Maternidade (2002), em Rio Branco.

Figura 28 – Parque Linear Barigüi, Curitiba, um dos primeiros parques lineares do país. Foto: Wellington Nagano.

Por último está o parque linear regional ou metropolitano, com finalidade mais voltada à preservação ambiental do que para atividades urbanas, apesar de possuir alguns núcleos com equipamentos para uso dos moradores do entorno. As atividades são similares ao dos outros tipos de parques lineares e há equipamentos que estimulam a conservação ambiental (viveiro, centro de educação ambiental, trilhas monitoradas, etc.), que ocupam fração marginal do parque. A relação com o entorno se assemelha mais aos parques de preservação, com acessos controlados. O Parque Ecológico do Tietê - PET (1982) é exemplo dessa categoria, com a função de preservar as várzeas do Rio Tietê do avanço da urbanização e de também recuperá-las. Outros exemplos de parques lineares regionais são o *Landschaftspark Duisburg-Nord* (1991), na Alemanha, e *Parklands of Floyds Fork* (2016), em Louisville, Estados Unidos.

Figura 29 – Imagem aérea do Parque Ecológico do Tietê, localizado entre os municípios de São Paulo e Guarulhos. Na imagem, comparativo com o Parque Linear Tiquatira, mais voltado para atividades urbanas (tracejado branco) e o Parque Linear Mongaguá, com atividades mais cotidianas (tracejado amarelo). Foto: Google Earth.

2.5 - CÓDIGO FLORESTAL E RESOLUÇÃO CONAMA 369

Em nível federal, o Código Florestal de 2012 e a Resolução CONAMA 369/2002 são as legislações correspondentes aos cursos d'água e parâmetros para a implantação de parques lineares, estabelecendo critérios para o uso e ocupação ao longo dos rios e córregos.

O primeiro Código Florestal Brasileiro foi o Decreto 23.793, de 1934, período em que a população brasileira era predominantemente rural. O decreto fazia poucas menções aos corpos hídricos, geralmente referentes às atividades de exploração florestal, como comércio de lenha e carvão para combustível de máquinas, trens e navios a vapor. Os Artigos 22 e 25 impediam o proprietário de florestas próximas de rios e lagos de as desmatarem para o comércio de lenha e carvão e, quando o rio fosse navegável, a atividade era permitida somente com a autorização dos órgãos competentes (BRASIL, 1934).

O Código Florestal de 1934 regulamentava as atividades em áreas rurais, sem mencionar formas de ocupação junto às áreas urbanas. Apesar do aumento da urbanização brasileira nas primeiras décadas do século XX, os conflitos entre a cidade e o rio eram mínimos, abrigando atividades domésticas, esportivas, recreativas e até o consumo de água potável. Somente nas grandes cidades da época, como Rio de Janeiro, Recife, Santos e São Paulo, os corpos hídricos mais próximos da urbanização eram locais de intervenções, por intermédio da criação de canais ou parques.

Figura 30 – Parque Dom Pedro II, região central de São Paulo, década de 1930. O francês Joseph-Antoine Bouvard projetou o parque como a transição da cidade com o Rio Tamanduateí. Com trechos sinuosos, o parque atenuava as frequentes inundações daquela região. Diversas intervenções no local, como a construção da Avenida do Estado, do Palácio das Indústrias, viadutos e do Terminal de Dom Pedro II desfiguraram o parque. Foto: autor desconhecido.

Em 1965, o Decreto 23.793 foi revogado pela Lei 4.711, mais abrangente que a legislação anterior, e instituía a Área de Preservação Permanente (APP), com o objetivo de proteger as vegetações nativas, os recursos hídricos, a paisagem, a geologia, a biodiversidade e o bem-estar das populações urbanas (BRASIL, 1965). A preservação ambiental não ficou restrita apenas aos cursos hídricos, mas também a morros, dunas, mangues, chapadas, serras e restingas.

O Código Florestal de 1965 estabelecia faixas *non aedificandi* junto às margens, que variavam conforme a largura dos rios. O Código Florestal não distinguia corpos hídricos de áreas rurais e urbanas, mesmo no período em que a população passou a ser majoritariamente urbana.

FAIXA DE PRESERVAÇÃO JUNTO AOS RIOS – LEI 4.711/1965	
LARGURA DO RIO	FAIXA <i>NON-AEDIFICANDI</i>
Até 10 metros	5 metros
Entre 10 e 200 metros	50% da largura do rio
Superior a 200 metros	100 metros

Tabela 2 – Fonte: Lei 4.711/1965, com alterações realizadas pelo autor.

Em São Paulo, com poucos rios com largura superior a dez metros e centenas com largura inferior, os cinco metros de preservação traziam poucos benefícios ambientais, pois a lei restringia a ocupação junto aos corpos hídricos, mas não estabelecia a preservação da qualidade da água, através de proibição de despejo de esgoto e lixo nos rios, por exemplo.

Diante dessa realidade das cidades brasileiras, em 1986 a Lei 7.511 alterou as larguras mínimas do Código Florestal de 1965. Posteriormente, a Lei 7.803/1989 revogou a de 1986 e alterou a largura mínima:

FAIXA DE PRESERVAÇÃO JUNTO AOS RIOS – LEI 7.803/1989	
LARGURA DO RIO	FAIXA <i>NON-AEDIFICANDI</i>
Até 10 metros	30 metros
Entre 10 e 50 metros	50 metros
Entre 50 a 200 metros	100 metros
Entre 200 a 600 metros	200 metros
Superior a 600 metros	500 metros

Tabela 3 – Fonte: Lei 7.803/1989, com alterações realizadas pelo autor.

A realidade das cidades brasileiras não era condizente com as intenções do Código Florestal e das leis posteriores. As áreas verdes e institucionais – exigidas pela Lei 6.766/1979, sobre o Parcelamento do Solo – estavam localizadas junto às APPs, como rios e morros, pois as restrições ambientais tornavam esses terrenos baratos e inadequados para imóveis. Para cumprir a Lei 6.766, o loteador doava as áreas junto às APPs para Área Verde e Área Institucional.

A falta de fiscalização pelo Poder Público sobre as APPs, bem como sobre as áreas doadas, fizeram com que as APPs se tornassem propícias para ocupações de moradias, visto que o Estado não tinha condições ou política para a provisão habitacional de baixa renda. Portanto, o Código Florestal de 1965 não era eficaz em controlar a ocupação junto aos rios em áreas urbanizadas, pois a lei não observou a realidade das cidades brasileiras e não foi detalhada como fazer a gestão das APPs, situações que persistem no atual Código Florestal.

Figura 31 – Realidade típica dos corpos d’água em diversas cidades brasileiras: em áreas periféricas, terrenos junto aos rios são de baixa rentabilidade, sendo propícios para ocupações ilegais, desde edificações junto às margens (e), parcialmente sobre o córrego através de palafitas (d) ou totalmente sobre eles, sem nenhum vestígio visual, apenas sensitivo (odor) e durante épocas de inundações. Desenhos: Wellington Nagano.

Por outro lado, o argumento de preservação ambiental pode ser utilizado como forma de reservar áreas livres para fins imobiliários ou de revitalização urbana, como parques lineares ou *waterfronts*, estimulando a valorização imobiliária e beneficiando pequenos grupos. O rio pode ser estrutura de lazer restrito a grupos com maior poder aquisitivo (SOUZA, 2015) e, aos mais pobres, resta conviver com os rios poluídos e não requalificados.

Figura 32 – Residências de médio e alto padrões nas margens do Rio Paraíba do Sul, em Guararema, Região Metropolitana de São Paulo. Apropriação restrita aos moradores, que utilizam a região como área de lazer, descanso ou fruição junto ao rio. Foto: Wellington Nagano.

Quando o Código Florestal de 2012 é analisado em obras de recuperação ambiental dos rios urbanos, ele esbarra em questões como o fato de a APP estar sob urbanização consolidada e de o cumprimento da lei significar a desapropriação, demolição, renovação do solo e implantação da recuperação ambiental, com grande gasto de recursos públicos, o que não é viável para a maioria das cidades brasileiras.

Souza (2015) afirma que o Código Florestal de 2012 não considera essas situações dos rios urbanos, sendo uma lei de caráter preservacionista, com a intenção de proteger os corpos

hídricos para abastecimento de água – infrutífera na maioria dos casos, além de ignorar a realidade dos rios nas cidades brasileiras.

Figura 33 – Trecho do Parque Linear Mongaguá (2011), Zona Leste de São Paulo. Foi implantado por possuir poucas edificações a serem desapropriadas e com áreas livres em uma das margens. Com base no Código Florestal de 1965, a faixa *non-aedificandi* é respeitada no trecho oeste, mas, no trecho leste, se a implantação do parque seguisse a lei, acarretaria a remoção de diversas moradias já consolidadas. Desenho: Wellington Nagano.

Para corrigir esse paradoxo entre a restrição das margens e a realidade das cidades brasileiras, foi promulgada, em 2006, a Resolução 369 do CONAMA, que disciplina os procedimentos de intervenção e regularização em APPs urbanas.

As intervenções nas APPs sob esta Resolução destinam-se à implantação de obras, atividades, planos e ações que sejam de utilidade pública ou de baixo impacto ambiental, como parques lineares, equipamentos públicos de interesse social (habitação, escolas e unidades de saúde), regularização de moradias ou de baixo impacto ambiental, como atividades ecoturísticas de trilhas, expedições, dentre outros. A contrapartida de se utilizar a APP é que o interessado – geralmente o próprio Poder Público – deve fazer benfeitorias na mesma sub-bacia hidrográfica onde se localiza o corpo hídrico (BRASIL, 2006).

Na Seção III da Resolução há diretrizes para a implantação de área verde em APPs, visando restaurá-la do ponto de vista ambiental, por meio de controle da erosão, plantio de vegetação nativa e preservação dos corpos d'água. As intervenções de ajardinamento e impermeabilização ficam restritas a 15% e 5% da área total, respectivamente.

A Resolução pode ser utilizada para regularização fundiária nas APPs. Como a maior parte da urbanização da periferia brasileira está em áreas ambientalmente frágeis, do ponto de vista da preservação a Resolução é utilizada como forma do Poder Público regularizar as áreas ocupadas ilegalmente. Da mesma forma possibilita que o Estado construa moradias populares em APPs, economizando recursos públicos em aquisições de terrenos e evitando a burocracia dos procedimentos de desapropriação com proprietários particulares.

Para que haja programa habitacional junto à APP, a área deve ser classificada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e atender a, no mínimo, três itens de infraestrutura implantada: captação de águas pluviais, malha viária, rede de esgoto, coleta de resíduos sólidos,

abastecimento de água e energia e, ainda, apresentar densidade mínima de 50 habitantes por hectare (BRASIL, 2006).

Os parâmetros de regularização fundiária ou de construção em APPs pela Resolução 369 do CONAMA são subjetivos, pois quais são os critérios de captação de águas pluviais? O que é malha viária? Brechas legais como essas permitem que a legislação seja interpretada da forma que for mais conveniente ao interessado. As únicas restrições para a regularização fundiária são os imóveis em áreas de risco geológico ou de inundação.

Portanto, a Resolução 369 do CONAMA é um instrumento jurídico de liberação e regularização das intervenções do Poder Público e de particulares sobre APPs. As interpretações da Resolução podem ser ambíguas: uma rua de fundo de vale pode ser implantada, desde que seja considerada de utilidade pública, bem como utilizar deste instrumento previsto na resolução para construir uma escola ou posto de saúde quase na margem do córrego.

Figura 34 – Córrego Piqueri, Zona Norte de São Paulo. O Centro Educacional Unificado (CEU) Jaçanã (d) mostra como o Poder Público pode utilizar de instrumentos jurídicos ao seu favor para efetuar obras junto às APPs. Foto: Wellington Nagano.

Se determinado loteamento irregular ao lado de um córrego tiver as condições mínimas para a sua regularização (abastecimento, energia e coleta de lixo), ele passará a ser regularizado sob o ponto de vista oficial, mas inadequado sob a ótica urbanística e ambiental, pois o despejo de esgoto no córrego continua e o assentamento está bem próximo do córrego, o que impede o surgimento de vegetação ripária. Da mesma forma que a Resolução 369 permite critérios e disciplinamento das ocupações junto às APPs, ela torna legal práticas não recomendadas junto às áreas de proteção ambiental.

Figura 35 – Situação ideal de parque linear, seguindo a faixa *non-aedificandi* de 30m em cada margem do Código Florestal (BRASIL, 2012). Com áreas livres junto ao córrego é possível implantar equipamentos de baixo impacto ambiental – playgrounds, área de estar, campos de futebol e gramados, ciclovias, sistemas de drenagem ou conservação da vegetação ripária ao longo do corpo d’água. Desenho: Wellington Nagano.

2.6 - GESTÃO DOS PARQUES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Na cidade de São Paulo há diversos órgãos municipais e estaduais que participam da gestão dos parques, cada um deles com históricos e formas de gestão distintos. Na esfera municipal, as secretarias de Habitação (SEHAB), Esportes (SEME), Meio Ambiente (SVMA) e Prefeituras Regionais (PR)²⁰ são as principais protagonistas no projeto, na implantação e na manutenção dos parques

A participação da SEHAB é decorrente dos processos de urbanização de favelas ou construção de conjuntos habitacionais. Sua participação ocorre quando o projeto de urbanização está sobreposto à proposta de criação de parque, trabalhando em parceria com a SVMA na elaboração do projeto urbanístico, contemplando não apenas os aspectos sociais e urbanos, como também os aspectos ambientais da área a ser qualificada. Os parques lineares do Canivete, na Brasilândia, Cocaia – Núcleos Opção Brasil e Chácara do Conde, Caulim – Núcleo São Rafael, e o Parque Cantinho do Céu, todos na Zona Sul²¹ de São Paulo, foram alguns dos parques onde ocorreram essa parceria intersecretarial.

²⁰ A partir de janeiro de 2017, as Subprefeituras passaram a ser denominadas Prefeituras Regionais. O termo subprefeitura será utilizado para eventos realizados anteriores a essa data.

²¹ Os parques da Zona Sul citados foram implantados através do Programa Mananciais, ação da SEHAB com apoio financeiro do Banco Mundial para a recuperação ambiental das represas Billings e Guarapiranga, a fim de preservar o abastecimento de água potável no município.

Figura 36 – Parque Cantinho do Céu - Fase I, implantado nas margens da Represa Billings. Foto: Wellington Nagano.

Apesar da participação da SVMA nos Conselhos Gestores de reurbanização de favelas da SEHAB, as ações em conjunto entre as duas secretarias ainda são tímidas, pois a SEHAB poderia aproveitar as obras de reurbanização de favelas para pedir diretrizes para intervenções juntos aos rios. O Córrego do Sapé, no Butantã, na Zona Sul de São Paulo, demonstra a contradição das políticas públicas para o mesmo curso hídrico. Segundo o Plano Regional Estratégico (PRE) da Subprefeitura Butantã de 2004, no trecho à jusante do córrego era para ser implantado um caminho verde, compreendendo apenas a arborização viária. No mesmo córrego, à montante, foi previsto pelo PDE 2002 a construção de parque linear.

O caminho verde foi construído pela SEHAB – sem a participação da SVMA, como parte do Conjunto Habitacional do Sapé, e o Parque Linear do Sapé foi executado entre a Subprefeitura Butantã e a SVMA. A situação ideal seria que a SEHAB e SVMA elaborassem juntas o projeto de intervenção no Córrego do Sapé, mesmo que seus núcleos estivessem distantes. Mas, institucionalmente, cada uma ficou apenas com a parte que estava sob sua atribuição, deixando de criar projeto único que promovesse o desenvolvimento urbano, social e ambiental do Córrego do Sapé.

Figura 37 – Caminho verde do Córrego Sapé, com quantidade significativa de área impermeabilizada, largura do leito carroçável maior que o fluxo de veículos e calçada estreita. Ao fundo, Conjunto Habitacional do Sapé. Foto: Pedro Vanucchi.

Figura 38 – A 400 metros à montante encontra-se o Parque Linear Sapé, com área permeabilizada e largura maior que o trecho à jusante. Foto: Wellington Nagano.

A SEME possui alguns centros esportivos com características de parques urbanos, com vegetação arbórea significativa, caminhos, equipamentos de lazer, quadras, campos de futebol, como os Parques da Mooca, Municipal do Tatuapé e Centro Esportivo e Recreativo do Trabalhador (CERET), sendo esse último a sede do Departamento de Gestão Descentralizada (DGD) Leste 3 da SVMA. Outros parques são temáticos ou provenientes de espólios, como os Parques de Esportes Radicais e o Clube de Regatas Tietê. Nota-se que esses parques têm o aspecto de incentivar com mais ênfase a recreação do que a conscientização ambiental.

Figura 39 - Parque Municipal do Tatuapé, junto a estação Carrão do Metrô, Zona Leste de São Paulo. Mesmo desconsiderando os campos, a cobertura arbórea e os equipamentos são superiores a muitos parques administrados pela SVMA. Foto: SMDU.

A SEME tem parcerias com associações locais de bairros para a manutenção de campos de futebol e vestiários, na qual fazem a manutenção do espaço sob supervisão da Secretaria. São conhecidos como CDC – Clubes da Comunidade, e alguns deles estão localizados nos Parques Lineares Invernada (bairro do Campo Belo), Caulim – Núcleo São Rafael, Cocaia – Chácara do Conde (Zona Sul) e Água Vermelha (Zona Leste).

Figura 40 - Parque Linear Caulim - Núcleo São Rafael. O campo de futebol é de responsabilidade da SEME, por meio dos Clubes da Comunidade. À direita, área de preservação do parque linear. Foto: Wellington Nagano.

Diversas Prefeituras Regionais projetam e realizam a manutenção dos parques, geralmente por meio das coordenadorias de obras e serviços, unidades responsáveis pela zeladoria dos bens municipais. Não há tipologia definida para esses parques, podendo ser lineares, urbanos ou parques de vizinhança. Não há administrador exclusivo para o local. Os recursos para manutenção são provenientes do orçamento da Prefeitura Regional à qual está vinculada. O Parque das Árvores e Linear América (Zona Sul), Linear Córrego das Corujas (Zona Oeste), Linear Gamelinha (Zona Leste) são alguns dos parques administrados pelas prefeituras regionais.

Figura 41 - Parque Linear América, construído pela SEHAB e gerido pela Prefeitura Regional da Capela do Socorro. Foto: Sun Alex.

As Prefeituras Regionais são responsáveis pela limpeza dos córregos municipais, incluindo os que estão dentro dos parques lineares administrados pela SVMA. Eventualmente, também realizam o manejo nos parques lineares, mas são ações pontuais, articuladas geralmente entre os administradores e os técnicos das Prefeituras Regionais. São também as Prefeituras Regionais as responsáveis pelo projeto e pela manutenção das praças municipais, sendo três delas repassadas à SVMA na gestão 2013-2016 para se transformarem em parques, por motivos que vão desde a pressão dos moradores – como forma de ter contrato de manejo e vigilância exclusivos para o local²², até pelo peso no orçamento da prefeitura regional. As praças Victor Civita (Zona Oeste), Lions Penha (Zona Leste) e Pôr do Sol (Zona Oeste)²³ foram transferidas à SVMA durante a gestão municipal 2013-2016.

Há outros órgãos municipais que também atuam de forma pontual no planejamento e no projeto de parques lineares, como a São Paulo Urbanismo e a Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SMSO)²⁴. A São Paulo Urbanismo é responsável pelo projeto do Parque Linear

²² Diversos técnicos e gestores municipais acreditam que apenas o parque pode ter contratos de manejo e vigilância exclusivos para o lugar, sendo que a prefeitura regional também tem autonomia para a contratação de equipes.

²³ O Decreto 57.888/2017 anulou o Decreto 56.333/2015, que criou o Parque Pôr-do-Sol. Voltou para a Prefeitura Regional de Pinheiros, como forma de participar do programa de adoção de praças.

²⁴ Até 2016 era conhecida como Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e de Obras (SIURB).

Água Espraiada, na Zona Sul, parte da Operação Urbana Consorciada homônima, com a SVMA participando da elaboração de diretrizes para o parque, as quais administrará posteriormente.

A SMSO realiza estudos, projetos e obras de saneamento e drenagem urbana na capital paulista, na maioria das vezes canalizando ou criando piscinões junto aos córregos. Em ambos os casos, as soluções apresentadas não são condizentes com os conceitos de infraestrutura verde, que é a utilização de vegetação, solo e de outros elementos da natureza para mitigação das águas pluviais, evitando sistemas tradicionais de canalização, armazenamento e tratamento (EPA, 2015). Cabe à SVMA a responsabilidade de analisar o projeto, como parte do licenciamento ambiental da obra²⁵ ou por que a canalização está em área planejada para futuro parque linear.

Em nível estadual, os parques são administrados principalmente pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA), pelo Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) e pela SABESP. A maioria dos parques estaduais dentro da Capital é de grande porte, com estrutura suficiente para receber usuários de outras cidades. Com exceção dos parques urbanos, a maioria é voltada para a preservação de grandes reservas verdes, com acesso controlado de usuários.

A SMA é a principal gestora estadual de parques na cidade de São Paulo, através da Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU) e da Fundação Florestal. A CPU é a responsável pelos parques urbanos com atividades esportivas, recreativas, culturais e de contemplação. Os parques administrados pela SMA possuem equipamentos mais complexos que seus pares municipais, como bibliotecas, orquidários, viveiros, museus, aquários, estacionamentos, etc. Os parques paulistanos Villa-Lobos (Zona Oeste), Jequitibá (Zona Oeste), Juventude (Zona Norte), Água Branca (zona oeste), Belém (Zona Leste), Alberto Löfgren/Horto Florestal (Zona Norte), Fontes do Ipiranga/Estado (Zona Sul), Pomar Urbano (zonas oeste e sul), Cândido Portinari (Zona Oeste) e Guarapiranga (Zona Sul) estão sob responsabilidade da CPU.

A Fundação Florestal é responsável pelas Unidades de Conservação no estado de São Paulo, a fim de preservar o patrimônio biológico e promover o uso racional dos recursos naturais, conforme determinação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Dentro da cidade de São Paulo, os parques da Cantareira, Jaraguá e Serra do Mar – Núcleo Curucutu são administrados pela Fundação Florestal.

A SABESP converteu os terrenos ociosos de quatro reservatórios de água no município de São Paulo para os denominados “Parques SABESP”, que, juntos, somam 57 mil m² de área - quase metade do Parque da Luz. Possui os mesmos equipamentos dos parques das SVMA ou da SMA. Estão localizados na Mooca, Cangaíba, Butantã e Sumaré.

O Parque Linear Zilda Arns foi construído pela SABESP sobre a Adutora Rio Claro, na Zona Leste da cidade. Apesar de não possuir corpo hídrico como os parques lineares, sua extensão ao longo de um eixo possui diversas semelhanças com eles, como a visualização do outro lado do parque, travessias, relação com o entorno, mobilidade, etc. Atualmente, o Parque Linear está sob gestão da SVMA, através da Concessão de Uso sobre a área, com a SABESP mantendo a titularidade do terreno²⁶.

Outra atuação da SABESP se dá por meio do Programa Córrego Limpo, com objetivo de reduzir os índices de poluição dos cursos hídricos. Alguns córregos do programa coincidiram com

²⁵ Muitos órgãos de financiamento, como a Caixa Econômica Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, exigem o Licenciamento Ambiental para a liberação de recursos.

²⁶ Levantamento realizado pelo autor junto à SVMA.

o planejamento de parques lineares, com as ações realizadas em conjunto com a Prefeitura de São Paulo, que realizava a remoção e o reassentamento de famílias em áreas de risco e a implantação do parque linear. Os Parques Lineares Invernada, Corujas (Zona Oeste), Itaim (Zona Leste) e Mongaguá foram feitos através dessa parceria²⁷. Parques municipais que possuem lagos ou córregos passando em seu interior também foram contemplados pelo programa, como os parques Cidade de Toronto (Zona Norte), Ibirapuera, Aclimação, Castelo, Severo Gomes, Cordeiro (todos na Zona Sul) e Consciência Negra (Zona Leste)²⁸.

O DAEE é responsável pelos núcleos Engenheiro Goulart e Vila Jacuí, integrantes do Parque Ecológico do Tietê (Zona Leste). O parque foi inaugurado em 1982 para preservar a fauna, a flora e as margens do Rio Tietê, amenizando as inundações no trecho que atravessa a capital paulista. Os núcleos possuem equipamentos de lazer, esportivos, administração e unidade de manutenção. Eles são cercados e oferecem atividades de educação ambiental, como trilhas, palestras, exposições no Museu do Tietê, biblioteca, etc. O governo do estado, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), estenderá o parque linear até a nascente em Salesópolis, na região metropolitana da capital paulista, denominando todo esse trecho como Parque Várzeas do Tietê. O governo estadual investirá 52,3% dos US\$ 242 milhões previstos para a implantação do programa, sendo que o restante será financiado pelo BID (DAEE, 2016).

Figura 42 - Delimitação do Parque Várzeas do Tietê. Atualmente, apenas os núcleos Engenheiro Goulart (círculo maior) e Vila Jacuí (círculo menor) foram implantados. Em sua extensão, o parque atravessará diversos contextos, indo desde moradias em áreas de risco (A), zonas rurais (B), Represa de Ponte Grande (C) até a nascente em Salesópolis (D). Fonte: DAEE.

O METRÔ implantou a área verde sob o elevado da Linha 2, próxima da Estação Tamanduateí (Zona Sul), conhecido informalmente como Parque Linear da Vila Carioca, com o objetivo de evitar a ocupação sob o elevado. Por meio do Termo de Acordo e Protocolo de Intenções o METRÔ pretende transferir a área para a Prefeitura Regional do Ipiranga²⁹.

Comparando-se as gestões dos parques municipais e estaduais, há diferenças de recursos e de operacionalização entre eles, notoriamente entre a SVMA e a SMA, respectivamente. Enquanto o órgão municipal tem apenas quatro unidades de manutenção para atender 106 parques, a maioria dos estaduais possui estrutura própria para fazer reparos e pequenas obras. Por serem de grandes dimensões, com equipamentos como orquidários, museus, bibliotecas e pavilhões, os estaduais possuem estrutura capaz de receber visitantes não

²⁷ Apesar de não estar implantado, o córrego do Parque Linear do Água Podre, na Prefeitura Regional do Butantã, foi beneficiado pelo Programa Córrego Limpo.

²⁸ Fonte: Programa Córrego Limpo. Disponível em:

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/escola_de_formacao/arquivos/cursos/presenciais/corrego_limpo.pdf, acessado dia 1 de junho de 2017.

²⁹ Informação obtida pelo autor junto ao METRÔ.

só da cidade, como também da região metropolitana, enquanto os parques municipais são mais modestos em sua atratividade, atraindo mais a população do local implantado.

A diferença na forma de gestão dos parques municipais e estaduais é evidente quando comparados os orçamentos. Considerando apenas os dez parques urbanos estaduais, o orçamento da SMA foi de R\$ 57 milhões em 2016, aproximadamente 1/3 dos recursos da SVMA e do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), que detém dez vezes mais parques.

Não é rara a atuação desses agentes no mesmo espaço público, notoriamente nos parques lineares, por sua relação com o entorno. Evidencia a desarticulação de diversos órgãos sobre o que se produz no território, com duplicidade de trabalhos e falta de sinergia, principalmente quanto referente à contratação de projetos e obras.

Isso ocorre pela ausência da centralização de informações e de dados sobre as áreas verdes no município. Não é necessário ter órgão centralizador da provisão e gestão das áreas verdes no município, mas possuir sistema único de informações articuladas com os órgãos públicos, podendo ser acessado entre eles. Não significa que não há articulação intersecretarial hoje, pois houve diversas experiências entre eles, realizadas mais por iniciativa isolada de técnicos, diretriz dos órgãos envolvidos, continuidade administrativa e de recursos do que pela política setorial de órgão.

O Parque Linear Canivete é um dos exemplos de como a articulação intersecretarial pode viabilizar projetos urbanísticos integrados. A SVMA era responsável pelo projeto, pelo repasse de valores e pela gestão do parque. A SEHAB realizou a provisão de moradias para as famílias removidas, a contratação do projeto executivo, obras e fiscalização do parque, enquanto a Subprefeitura Freguesia do Ó-Brasilândia foi responsável pelo desfazimento das moradias ilegais. Além do Canivete, outros parques lineares tiveram experiências de ações articuladas semelhantes, como o Mongaguá (SABESP e SVMA), Itaim (SABESP, SVMA e Subprefeitura Itaim Paulista) e o futuro Água Podre (SVMA, SABESP e SIURB).

2.7 - SVMA – O ÓRGÃO “OFICIAL” DOS PARQUES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

A principal gestora das áreas verdes em São Paulo é a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), criada pelo decreto 11.426/1993, a partir da cisão do Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE) e da Secretaria de Vias e Obras. Sob sua responsabilidade estão 106 parques municipais divididos em lineares, naturais e urbanos, conforme estabelecido pelo PDE 2014.

As atribuições da SVMA são: licenciamento ambiental, preservação da fauna silvestre, planejamento, projeto e manutenção de parques e promoção de políticas ambientais no município de São Paulo, através do planejamento, da implantação de projetos e da elaboração de indicadores e fiscalização ambiental.

Para a SVMA, os parques urbanos (ou tradicionais) são aqueles que possuem cercamento, administração própria, equipamentos de lazer e esportivos. Pela configuração e uso, esses espaços estão próximos dos conceitos dos parques de meados do século XX elaborados por Galen Cranz (1982). Exemplos de parques urbanos são o Aclimação (Vila Mariana), Santa Amélia (Itaim Paulista) e Piqueri (Tatuapé).

Os parques naturais têm a função da preservação ecológica, com alguns núcleos abertos para a população e os planos de manejo dos parques naturais seguem as recomendações do SNUC. São áreas extensas, com a intenção de preservar determinado bioma, como o Parque Natural Fazenda do Carmo (Zona Leste) e os parques da borda do Rodoanel Sul: Bororé, Jaceguava e Itaim.

Os parques lineares não possuem cercamento³⁰; eles estão juntos aos rios e têm equipamentos de parques urbanos. A finalidade principal é preservar o curso d'água, promover a conscientização ambiental e aumentar as áreas verdes de uso público.

A SVMA administra 41.782.676 m² de parques, dos quais pouco menos da metade é de parques naturais e o restante dividido em parques urbanos e lineares:

PARQUES ADMINISTRADOS PELA SVMA		
TIPO DE PARQUE	QUANTIDADE	ÁREA
Linear	28	2.452.618,26 m ²
Natural	06	19.999.897,49 m ²
Urbano	72	19.330.160,97 m ²
TOTAL	106	41.782.676,72 m²

Tabela 4 – Fonte: levantamento realizado pelo autor junto à SVMA (ver Anexo 3).

Entretanto, os números de parques e suas respectivas áreas podem variar conforme a fonte consultada, data da coleta e interpretação dos dados. Deve-se considerar parque apenas a área implantada do Decreto de Criação do Parque, do Decreto de Utilidade Pública ou do levantamento realizado para a contratação de empresas de manejo?

A classificação dos parques municipais no PDE 2014 é simplista, pois há parques que têm configurações, usos e funções mais complexos que a simples categorização em um dos três tipos. O Parque Zilda Natel, no Sumaré, Zona Oeste de São Paulo, tem predominância de equipamentos de skate e de área impermeabilizada típicas de parques esportivos (estando, portanto, sob administração da SEME), em detrimento de um parque com finalidade ambiental. Outro exemplo é agregar os parques lineares àqueles localizados junto às orlas das represas Billings e Guarapiranga. O parque linear é voltado para a fruição da paisagem em movimento, articulação entre os dois lados das margens e transposição do córrego. Já o parque de orla está próximo do conceito de *waterfronts* e de atividades programáticas de parques tradicionais.

Dentre os tradicionais, há os que anteriormente eram praças e foram transformados em parques, no caso Victor Civita³¹ e Lions Penha. Juntos, possuem 32 mil m², o equivalente ao tamanho do Parque Nabuco, na Zona Sul.

Há parques urbanos que são fechados por serem áreas de preservação da vegetação nativa ou que estão em processo de regeneração ambiental. Possuem características próximas dos parques naturais em termos de vegetação, mas estão dentro de áreas urbanas. O uso é restrito a pesquisadores ou à realização de trilhas de educação ambiental. Em São Paulo, há cinco parques que são classificados como reservas naturais: Alto da Baronesa, Ecológico do Campo Cerrado – Alfred Usteri, Reserva do Morumbi, Savoy City e Quississana.

Com adição de categorias, a divisão de parques e suas áreas ficam assim:

³⁰ Os Parques Lineares Invernada, Guaratiba, Cocaia – Núcleo Chácara Tanay, Rio Verde e parte do Feitiço da Vila possuem cercamento.

³¹ A Praça Victor Civita foi acordo entre o Grupo Abril, SABESP e a SVMA para a implantação e gestão da área verde. Após o rompimento do contrato, a área passou para a Subprefeitura de Pinheiros e, posteriormente, para a SVMA.

TIPO DE PARQUE	QUANTIDADE	ÁREA
Área de preservação	05	97.731,33 m ²
Linear	20	1.238.937,11 m ²
Natural	06	19.999.897,49 m ²
Orla	08	1.213.681,15 m ²
Praça que virou parque	02	32.776,12 m ²
Urbano	65	19.199.653,52 m ²
TOTAL	106	41.782.676,72 m²

Tabela 5 – Fonte: SVMA, com alterações realizadas pelo autor.

Todos os parques da SVMA são administrados pelo DEPAVE, departamento com oito divisões, indo desde a arborização até a gestão das unidades de conservação, demonstrando a diversidade das áreas verdes em São Paulo:

DIVISÕES DO DEPARTAMENTO DE PARQUES E ÁREAS VERDES – DEPAVE	
DIVISÃO	NOME OFICIAL
DEPAVE 1	Divisão Técnica de Projetos e Obras
DEPAVE 2	Divisão Técnica de Produção e Arborização
DEPAVE 3	Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre
DEPAVE 4	Divisão Técnica de Proteção e Avaliação Ambiental
DEPAVE 5	Divisão Técnica de Gestão de Parques
DEPAVE 6	Divisão Técnica de Administração do Parque Ibirapuera
DEPAVE 7	Divisão Técnica de Administração do Parque do Carmo
DEPAVE 8	Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário

Tabela 6 – Fonte: SVMA, com alterações realizadas pelo autor.

Vladimir Bartalini (1999) afirma que os parques da SVMA implantados até a década de 1990 não seguiram uma política municipal de ampliação de áreas verdes para fruição e descanso. As ações eram pontuais e surgiam pela oportunidade de implantação, sem estudos prévios indicando diretrizes para as áreas verdes. Foram utilizadas diversas estratégias ao longo do século passado para a implantação dos parques: desapropriação, utilização de terrenos municipais, de áreas verdes provenientes do parcelamento de loteamentos ou resultante de melhorias viárias.

Entre 1967 e 1969, uma equipe sob responsabilidade das arquitetas Miranda Magnoli e Rosa Kliass foi contratada pela Secretaria de Serviços Municipais para elaborar um plano de áreas verdes de recreação municipal, contendo a localização dos futuros parques, elaboração de projetos de paisagismo, comunicação visual e de mobiliário urbano que pudesse ser pré-fabricado, como bancos e lixeiras.

Seria a primeira vez que São Paulo possuiria política para ampliação das áreas verdes. A equipe contratada realizou levantamento das áreas verdes de propriedade municipal e de projetos que estavam sendo elaborados pela Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios³² para serem integrantes do plano municipal. Com os levantamentos realizados, a equipe de Magnoli e Kliass apresentou em 1969 o Plano de Áreas Verdes e de Recreação, em que classificavam os parques propostos em quatro categorias: vizinhança, bairro, setoriais e metropolitanos, conforme a escala, o uso e a área do parque (BARTALINI, 1999).

O parque de vizinhança estaria situado no interior de bairros e seria destinado à recreação ativa infantil e recreação de passiva de adulto. O raio de abrangência da área verde seria de 500 metros; parque de bairro estaria localizado junto a algum equipamento público, como escola ou posto de saúde, com área de abrangência de 1 km e tamanho mínimo de 5.000

³² A lei 7.108/1968 transformou a Divisão em Departamento de Parques e Jardins, mudando sua nomenclatura em 1976 com a lei 8.491 para Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE (BARTALINI, 1999).

m²; o parque setorial atenderia equipamentos esportivos (ginásio, piscina, etc.) ou culturais (biblioteca, teatro, etc.) de grande porte e com área superior a 100.000 m². Por último, o parque metropolitano teria em sua essência a preservação ambiental, o reencontro com a natureza e a realização de atividades recreativas ocasionais, principalmente nos fins de semana.

Segundo Bartalini (1999), a maioria dos projetos contratados pela equipe de Magnoli e Kliass eram denominadas praças, apesar de possuírem equipamentos e vegetação arbórea mais próximos dos parques de vizinhança ou de bairro. É comum a ambiguidade das palavras *parque* e *praça* em São Paulo, sendo frequentemente o termo *praça* usado para áreas com feições de parque ou o oposto também. Nos países anglo-saxões, essa divisão é mais explícita, denominando como *parque* as áreas predominantemente arborizadas, sendo *praça* voltada mais ao uso cotidiano e com a prevalência de área impermeabilizada.

Apesar de ser o primeiro plano de áreas verdes de São Paulo, não se tornou política oficial por ser reprovado pela Câmara Municipal, em 1969. Apesar disso, diversas áreas recomendadas pelo plano foram implantadas, como as praças Benedito Calixto e Coronel Custódio Fernandes Pinheiro³³, na Zona Oeste, Juan Gris, na Zona Sul, e Barão do Itaqui, na Zona Leste (BARTALINI, 1999).

A reestruturação orçamentária realizada pela União, com a partilha da arrecadação com estados e municípios em meados dos anos de 1960 (BARTALINI, 1999), e o período de expansão econômica conhecido como “Milagre Econômico Brasileiro” proporcionaram a Prefeitura de São Paulo criar nove parques durante a década de 1970, mais que em todo o período entre 1825 até 1968 (WHATELY et al., 2008).

³³ Conhecida como Praça do Pôr do Sol.

PARQUES IMPLANTADOS ENTRE 1825-1993			
	PARQUE	IMPLANTAÇÃO	PREFEITURA REGIONAL
01	Luz	1825	Sé
02	Tenente Siqueira Campos – Trianon	1892	Pinheiros
03	Buenos Aires	1913	Sé
04	Aclimação	1939	Vila Mariana
05	Ibirapuera	1954	Vila Mariana
06	Alfredo Volpi	1966	Morumbi
07	Cemucam*	1968	Município de Cotia
08	Guarapiranga	1971	Campo Limpo
09	Carmo	1976	Itaquera
10	Piqueri	1978	Mooca
11	Nabuco	1979	Jabaquara
12	São Domingos	1979	Pirituba
13	Previdência	1979	Butantã
14	Anhanguera	1979	Perus
15	Vila dos Remédios	1980	Lapa
16	Rodrigo de Gásperi	1981	Pirituba
17	Raposo Tavares	1987	Butantã
18	Lions Club Tucuruvi	1988	Santana
19	Vila Guilherme	1989	Vila Guilherme
20	Chico Mendes	1989	Itaim Paulista
21	Raul Seixas	1989	Itaquera
22	Severo Gomes	1989	Santo Amaro
23	Independência	1989	Ipiranga
24	Jardim Felicidade	1990	Pirituba
25	Luís Carlos Prestes	1990	Butantã
26	Santo Dias	1991	Campo Limpo
27	Cidade de Toronto	1992	Pirituba
28	Santa Amélia	1992	Itaim Paulista

Tabela 7 – * CEMUCAM: Centro Municipal de Camping. Fonte: WHATELY et al., 2008.

Na década de 1980, época marcada pela estagnação econômica e hiperinflação, o número de parques implantados foi o mesmo da década anterior. Em termos de área foi ligeiramente maior, mesmo desconsiderando dois grandes parques implantados na década de 1970: Parque do Carmo (1.500.000 m²) e Parque Anhanguera (9.500.000 m²). Os parques dessa década são menores, decorrentes da ausência de grandes áreas verdes em regiões urbanizadas de São Paulo e também da recessão econômica do período. O número de parques e de área implantada caiu na década de 1990, com apenas seis implantados, sendo um deles realizado por iniciativa privada: Parque Burle Marx, na Zona Sul.

Gráfico 1 – Fonte: WHATELY et al., 2008. * Não inclui o CEMUCAM por estar em outro município (Cotia). ** Inclusive os Parques do Carmo e Anhanguera.

Até início da década de 2000, a experiência da SVMA foi na gestão dos parques tradicionais, com cercamento, equipamentos esportivos, recreativos ou de contemplação, com média de implantação de um parque a cada dois anos no período 1968-2002. A titularidade dos terrenos dos parques municipais era de responsabilidade da Secretaria de Vias Públicas (a partir de 1993 ficou sob o controle da SVMA), de tal forma que ela tinha o controle sobre os terrenos em relação aos acessos, manutenção, limpeza, realização de atividades e com propriedade patrimonial. Ao DEPAVE cabia a responsabilidade pelo plano geral, pelo projeto paisagístico e também pelos complementares (estrutura, elétrica, hidráulica e comunicação visual), contratando profissionais externos para a elaboração do projeto executivo dos novos parques.

2.8 - EXPANSÃO DA ÁREA VERDE: PROGRAMA PARQUES LINEARES E 100 PARQUES

Os parques municipais implantados na cidade de São Paulo até o século XX não faziam parte de uma política pública de implantação municipal de áreas verdes. A maioria surgiu por oportunidade de área, parcelamento de loteamento, utilização de bens municipais ou por meio de desapropriação. A semelhança entre eles era o cercamento, sem integração com o tecido urbano do entorno.

O conceito de parque linear aberto e junto ao curso d'água era inexistente no planejamento urbano de São Paulo até 2002, apesar de existirem áreas verdes ao lado de córregos e rios que foram requalificados para lazer ou fruição da paisagem, como ocorreu no Córrego Tiquatira, na Penha, na Zona Leste da cidade, que recebeu melhoramentos após a implantação da Avenida Tiquatira (atual Governador Carvalho Pinto).

No Plano Diretor Estratégico de 2002, o parque linear foi incluído no planejamento urbano municipal por meio do Artigo 106, que instituiu o Programa de Recuperação Ambiental

dos Cursos d'Água e Fundos de Vale, que previa ações coordenadas pelo Executivo visando “promover transformações urbanísticas e a progressiva valorização e melhoria da qualidade ambiental da cidade” (SÃO PAULO, 2002, Art. 106). O primeiro parágrafo do mesmo artigo define *parque linear* como intervenção urbanística que pretendia recuperar, para os cidadãos, a importância do sítio natural onde moram.

O PDE 2002 reconheceu os rios como elementos estruturadores do planejamento municipal e definiu que a recuperação ambiental do fundo de vale compreendia a requalificação urbanística e articulação de políticas públicas. O parque linear seria um dos instrumentos que organizariam todas essas ações públicas.

A inclusão dos parques lineares no PDE 2002 mostrava a defasagem de São Paulo em estabelecer políticas públicas para provisão de áreas verdes juntos aos cursos d'água. Curitiba, por exemplo, na década de 1970 começava a implantar rede de parques lineares com equipamentos de lazer, mobilidade e drenagem urbana.

Os objetivos do programa, contidos no Artigo 107, eram articular o fundo de vale com o entorno através da remoção de moradias junto ao curso d'água; criar sistema viário a fim de melhorar a mobilidade do local; integrá-lo com equipamentos públicos, esportivos e áreas verdes do entorno; implementar programas de saneamento e recuperação ambiental dos rios; aprimorar o desenho urbano e os programas de educação ambiental. Na etapa do planejamento era prevista a participação da população para a elaboração do projeto e de mecanismos em que moradores e investidores contribuíssem para amenizar o custo de implantação e manutenção dos parques lineares. O PDE 2002 colocava como preferência a implantação do parque linear à montante dos cursos d'água (SÃO PAULO, 2002).

PARQUES LINEARES PROPOSTOS PELO PLANO DIRETOR DE 2002 – LEI 13.430		
SUBPREFEITURA	PARQUE LINEARES 2006	SITUAÇÃO EM 2017
Freguesia do Ó - Brasilândia	Córrego Bananal-Itaguaçu	Implantado parcialmente
Santana-Tucuruvi	Córrego Guaraú	Não implantado
Perus	Córrego Pirituba	Não implantado
Perus	Córrego Areião	Não implantado
M'boi Mirim	Córrego Capão Redondo	Não implantado
Pirituba	Córrego Ribeirão Perus	Não implantado
Butantã	Afluentes do Rio Jaguaré	Não implantado
Penha	Córrego Franquinho	Não implantado
Ipiranga	Córrego dos Meninos	Não implantado
Penha	Córrego Tiquatira	Implantado
Itaim Paulista-Guaianases	Ribeirão Lageado	Não implantado
Itaquera	Rio Verde	Implantado parcialmente
Itaquera	Rio Jacu	Não implantado
Itaquera	Rio Aricanduva	Não implantado
São Mateus	Córrego Mombaça	Não implantado

	PARQUE LINEARES 2012	SITUAÇÃO EM 2017
Jaçanã-Tremembé	Córrego Cabuçu	Não implantado
Jaçanã-Tremembé	Ribeirão Engordador	Não implantado
Jaçanã-Tremembé	Rio Piqueri	Não implantado
Jaçanã-Tremembé	Córrego Cantareira	Não implantado
Jaçanã-Tremembé	Córrego Tremembé	Não implantado
Santana-Tucuruvi	Rio Piqueri (Av. Sezefredo Fagundes)	Não implantado
Perus	Córrego Santa Fé	Não implantado
Perus	Córrego Antônio I. de Souza	Não implantado
Santana-Jaçanã	Córrego Tremembé (Av. A. M. Laet)	Não implantado
Cidade Ademar	Córrego Pedreiras	Não implantado
Pirituba	Córrego Vargem Grande	Não implantado
Butantã	Córrego Itaim	Não implantado
Butantã	Rio Jaguaré	Não implantado
Pirituba	Córrego Parque Cidade de Toronto	Não implantado
Guaianases	Ribeirão Guaratiba	Implantado parcialmente
São Mateus-Guaianases	Rio Aricanduva	Não implantado
São Mateus	Córrego do Limoeiro	Não implantado
São Mateus	Córrego Caguaçu	Não implantado
São Mateus-Sapopemba	Ribeirão do Oratório	Implantado parcialmente
Guaianases	Rio Itaquera-mirim	Não implantado
Ipiranga	Córrego Ourives	Não implantado
Itaim Paulista	Ribeirão Três Pontes	Não implantado

Tabela 8 – Fonte: SÃO PAULO, 2002

Para que a construção de parques lineares pudesse ser financiada, eles seriam inseridos como Áreas de Intervenção Urbana (AIUs). Para que os recursos com esse fim pudessem ser arrecadados, era previsto a transferência do direito de construir dos lotes desapropriados para empreendimentos imobiliários dentro da faixa de 200 metros distante do perímetro do parque linear. A AIU estabelecia 15 metros de faixa *non aedificandi* em cada margem e planície aluvial com prazos de recorrência das chuvas de pelo menos 20 anos.

Entretanto, as disposições dos artigos 106 e 107 do PDE 2002 não ocorrem como planejados, pois foram poucos parques lineares que tiveram ações articuladas e estruturadas entre órgãos públicos. Em outros, a colaboração foi restrita apenas entre a SVMA e as subprefeituras; houve intervenções que ficaram restritas apenas nas margens, sem requalificação urbanística do entorno; muitos córregos não foram despoluídos, pois as intervenções não contemplavam os córregos tributários, que continuaram a poluir o córrego principal.

Figuras 43 e 44 – Parque Linear Canivete antes e depois da requalificação. A implantação da área verde envolveu coordenação entre SVMA, SEHAB e Subprefeitura Freguesia do Ó - Brasilândia. Fotos: SVMA.

Dos 37 parques lineares planejados pelo PDE 2002, apenas cinco foram inaugurados, sendo o Parque Linear Tiquatira o único implantado em sua totalidade, pois a área verde já existia desde a abertura da Avenida Governador Carvalho Pinto e a SVMA apenas a requalificou o local.

A maioria não foi implantada, pois não houve a aprovação da legislação específica das AIUs para parques lineares. Sem as AIUs, a prefeitura utilizou os recursos orçamentários da SVMA, FEMA, Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), Termo de Compensação Ambiental (TCA), Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e parcerias com outros órgãos públicos, como a SABESP, Subprefeituras e a SEHAB. Por depender de orçamento de secretarias ou de fundos, a implantação de parques lineares concorria com outros programas públicos.

Os Planos Regionais Estratégicos (PRE) das subprefeituras também previam parques lineares. Promulgada pela Lei 13.885/2004, os PREs tinham alguns parques lineares que também foram propostos no PDE 2002, como os casos dos Parques Lineares Capão Redondo e Tiquatira.

PARQUES LINEARES PROPOSTOS PELOS PLANOS REGIONAIS ESTRATÉGICOS – PRE 2004			
SUBPREFEITURA	CENÁRIO		TOTAL
	2006	2012	
Aricanduva	04	-	04
Butantã	37	15	52
Campo Limpo	01	-	01
Capela do Socorro	02	05	07
Casa Verde – Cachoeirinha	-	01	01
Cidade Ademar	01	02	03
Ermelino Matarazzo	02	-	02
Freguesia do Ó – Brasilândia	02	-	02
Guaianases	-	01	01
Ipiranga	01	03	04
Itaim Paulista	01	09	10
Itaquera	01	-	01
Jabaquara	01	-	01
Jaçanã – Tremembé	02	05	07
Lapa	-	-	-
M'boi Mirim	-	-	-
Mooca	01	02	03
Parelheiros	05	02	07
Penha	03	-	03
Perus	06	01	07
Pinheiros	-	-	-
Pirituba – Jaraguá	04	01	05
Santana – Tucuruvi	04	01	05
Santo Amaro	01	02	03
Sapopemba – Vila Prudente (1)	07	01	08
São Mateus	02	06	08
São Miguel Paulista	-	01	01
Sé	-	-	-
Vila Maria – Vila Guilherme	-	-	-
Vila Mariana	-	-	-
TOTAL	88	58	146

Tabela 9 – Fonte: Planos Regionais das Subprefeituras, Lei 13.885/2004.

(1) Os distritos de Vila Prudente e São Lucas foram desmembrados da Subprefeitura Sapopemba em 2013, formando a Subprefeitura Vila Prudente. (1) Os distritos de Vila Prudente e São Lucas foram desmembrados da Subprefeitura Sapopemba em 2013, formando a Subprefeitura Vila Prudente.

Os objetivos do Programa de Recuperação Ambiental dos Cursos d'Água e Fundos de Vale foram mantidos no PDE 2014, que passou a chamar as intervenções como Programa de Recuperação de Fundo de Vale, através do Artigo 272, com a finalidade de recuperar ambientalmente os fundos de vale por meio de programas de drenagem, saneamento, remoção de favelas e implantação de parques lineares. O PDE 2014 estipulou esses quatro eixos para a recuperação dos fundos de vale, sendo menos genérico que o PDE 2002 que, por meio do Artigo 106, definia os instrumentos de recuperação dos fundos de vale como “transformações urbanísticas estruturais”, sem fazer detalhamento de quais eram.

O Artigo 273 define *parque linear* como intervenção associada ao curso d'água, proteção da APP, ligação entre áreas verdes, responsável pelo controle de enchentes, por evitar a ocupação nos fundos de vale, ampliar a percepção dos cidadãos sobre o meio físico e promover área verde para lazer, fruição, atividades culturais e conservação ambiental (SÃO PAULO, 2014).

Os parques lineares são parte integrante do Programa de Recuperação Ambiental de Fundo de Vale e sua plena implantação pressupõe a articulação de ações de

saneamento, drenagem, sistema de mobilidade, urbanização de interesse social, conservação ambiental e paisagismo. (SÃO PAULO, 2014, Art. 273, § 1).

O Artigo 273 determina que a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) ou lei específica, “após a definição precisa do perímetro do parque linear, deverá enquadrá-lo como ZEPAM³⁴” (SÃO PAULO, 2014, Art. 273, § 1).

Não é possível analisar o impacto das diretrizes do PDE 2014 sobre os parques lineares, pois todos eles foram inaugurados ou tiveram suas obras iniciadas antes da promulgação da lei.

2.9 - PROGRAMA PARQUES LINEARES

Em 2006, foram realizados os primeiros estudos para a implantação dos parques lineares pela SVMA, através da Portaria 75/2006, composta por técnicos dos departamentos de planejamento, projeto, educação ambiental e dos núcleos de gestão descentralizada. O grupo de trabalho deveria propor diretrizes, critérios, procedimentos e análise das informações dos parques lineares propostos pelo PDE 2002, como propriedade fundiária, presença de moradias irregulares, degradação ambiental e incidência de outros planos setoriais sobre o local (SILVA-SÁNCHEZ, 2013).

A Fundação para Pesquisa Ambiental (FUPAM), vinculada à Universidade de São Paulo (USP), foi contratada para assessorar e subsidiar o processo dos estudos dos parques lineares junto com o Grupo de Trabalho da Portaria 75/2006. A consultoria elaborou uma classificação para os parques lineares, considerando “*sua finalidade primordial no contexto do sistema de áreas verdes municipal, ou seja, aquela que originou e justifica a existência de uma determinada área verde*” (SILVA-SÁNCHEZ, 2013, pg. 16).

A FUPAM (2006) utilizou como base para os estudos o PDE 2002 e considerou a rede hídrica para a conceituação do parque linear, dividindo-o em três áreas:

- 1 – Área *Core*, coincidente com a APP.
- 2 – Área de Amortecimento, como transição da Área *Core* com a Zona Equipada.
- 3 – Zona Equipada, com provimento de equipamentos de lazer.

A tipologia de parque linear apresentada pela FUPAM foi:

- Tipo 1 – Alta Integridade: área com maior integridade do ecossistema ripário, tanto do ponto qualitativo quanto quantitativo. É composta pela Área *Core* e Zona de Amortecimento, podendo ter Zona Equipada, desde que sua largura não seja o dobro da Zona de Amortecimento.

- Tipo 2 – Média Integridade: área com ecossistema comprometido pelas intervenções antrópicas, sem possibilidade de recuperação do sistema ambiental original. Entretanto, é passível de receber intervenções paisagísticas que atenuem os impactos das intervenções e proporcionem fins paisagísticos e de lazer.

³⁴ ZEPAM: Zona Especial de Proteção Ambiental.

- Tipo 3 – Integridade Nula: quando não há possibilidade de tratamento paisagístico convencional devido ao alto grau de degradação das margens. Entretanto, “*não se deve perder de vista o objetivo da conectividade da estrutura hídrica*” (SILVA-SÁNCHEZ, 2013, pg. 16).

No mesmo ano, a FUPAM apresentou os relatórios para o planejamento e a viabilidade dos parques lineares, com a aplicação em alguns projetos-pilotos. A Fundação reuniu toda a legislação municipal (zoneamento, PDE e PRE) e federal (Código Florestal) que incidia na implantação dos parques lineares e estabeleceu diretrizes de planejamento. A FUPAM salientou o risco da municipalidade de perder diversos terrenos junto às APPs para o setor privado, inviabilizando a criação de parques lineares. Para tal, sugeria utilizar instrumentos legais previstos no PDE, como direito à preempção e classificação do terreno como ZEPAM para evitar a perda dos terrenos e, através do TCA, TAC e AIU, a obtenção de investimentos para a implantação dos parques lineares. Para que essas estratégias fossem efetivas, seriam necessárias a regulamentação dos instrumentos urbanísticos do PDE 2002 (FUPAM, 2006) e elaboração do Projeto Urbanístico Específico (PUE) para cada parque linear.

Um ano depois, o Grupo de Trabalho da Portaria SVMA 75/2006 apresentou os estudos para a implantação dos parques lineares por meio das propostas contidas no PDE 2002, nos PREs e nos estudos da FUPAM. Os critérios para a implantação de parque linear foram: perfil ambiental por subprefeitura, com índices de temperatura, área verde pública, distribuição da cobertura vegetal e temperatura aparente da superfície; prioridade em áreas ambientalmente sensíveis à degradação humana, como a borda da Serra da Cantareira, os mananciais do sistema Billings-Guarapiranga e as nascentes do Rio Aricanduva; e inserção no programa de saneamento do Projeto Tietê – Fase 2. Sob esses critérios, foram considerados os seguintes parques lineares prioritários para a implantação:

PARQUES LINEARES PROPOSTOS PELO GRUPO DE TRABALHO DA PORTARIA 75/2006/SVMA		
PARQUE LINEAR	SUBPREFEITURA	SITUAÇÃO EM 2017
Itaim	Itaim Paulista	Implantado
Itaquera	Itaquera	Não implantado
Guaratiba	Guaianases	Implantado parcialmente
Nascentes do Aricanduva	São Mateus	Não implantado
Mongaguá	Ermelino Matarazzo	Implantado
Rio Verde	Itaquera	Implantado parcialmente
Bananal - Canivete	Freguesia do ó	Implantado parcialmente
Bispo	Casa Verde	Não implantado
Santa Fé	Perus	Não implantado
Ribeirão Perus	Perus	Não implantado
Canal do Rio Jurubatuba	Capela do Socorro	Não implantado
Cocaia	Capela do Socorro	Implantado parcialmente
Ribeirão Colônia	Parelheiros	Não implantado
Ribeirão dos Monos	Parelheiros	Não implantado
Orla do Guarapiranga	Capela do Socorro	Implantado *
Sapé	Butantã	Implantado
Água Vermelha	Itaim Paulista	Implantado parcialmente
Feitiço da Vila	M'boi Mirim	Implantado
Cabuçu de Cima	Jaçanã	Não implantado
Jaboticabal	Ipiranga	Não implantado
Água Podre	Butantã	Não implantado

Tabela 10 – * Parque de Orla. Fonte: SILVA-SÁNCHEZ, 2013.

Os desafios apontados pelo Grupo de Trabalho para a implantação dos parques lineares eram a grande extensão das áreas propostas – condicionando muitos a serem executados por

etapas, ocupações irregulares, custo alto para a desapropriação de áreas particulares e interferência com outros projetos setoriais. Em 2006, o valor para aquisição dos terrenos destinados aos parques Caulim, Cocaia e Nascentes do Aricanduva era de R\$ 120 milhões (SILVA-SÁNCHEZ, 2013), valor superior ao orçamento de R\$ 102 milhões da SVMA no mesmo período³⁵. Hoje (2017), com a atualização monetária, esse valor seria de aproximadamente R\$ 199 milhões³⁶.

O Grupo de Trabalho salientou um dos principais entraves para a ampliação de áreas verdes públicas no município: o custo de aquisição de terrenos, com valores superiores à capacidade orçamentária da SVMA. A alternativa seria a aplicação de instrumentos urbanísticos previstos no PDE 2002, tais como o consórcio imobiliário, transferência do direito de construir, criar AIU ou utilizar os TCAs para aquisição de áreas, sendo esse último o único a ser utilizado. Mostra como a desarticulação entre os órgãos públicos, cada um com sua política setorial, pode inviabilizar a implantação de parques lineares.

A partir dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho da Portaria 75/2006, foi lançado o Programa de Parques Lineares. O principal objetivo do programa era recuperação da permeabilidade das áreas contíguas aos cursos d'água na cidade de São Paulo, através do enfrentamento de questões ambientais, sanitárias, sociais e urbanas. Além disso, o programa previa "construir um banco de terras públicas prestadoras de serviços ambientais e definir base territorial para a implementação de um plano de adaptação ao novo cenário de mudanças climáticas" (DEVECCHI; IKEDA; ALEX, 2009, pg. 2).

Aproveitando diversas recomendações do Grupo de Trabalho, foram definidas as 33 áreas para a implantação de parques lineares (Anexo 1). Eram áreas com dimensões entre 5.000 m² (Recanto dos Humildes) e 3.000.000 m² (Caulim). O perfil de cada parque variava entre estar em área densamente urbanizada (Sapé e Itaim), com ocupação irregular (Bispo), ou com pressões de urbanização (Caulim e Cocaia).

As áreas prioritárias para os primeiros parques lineares foram as nascentes do Ribeirão Perus, Aricanduva, Pirajussara, Cabuçu de Baixo, Cabuçu de Cima e Morro do S, com o propósito de amenizar as enchentes; borda da Serra da Cantareira, para conter a expansão urbana; e o sistema Billings-Guarapiranga, para a preservação da água para consumo e disciplinar a expansão urbana sobre os mananciais.

³⁵ Fonte: Site da Secretaria Municipal de Finanças.

³⁶ Correção de valores pelo Índice de Preços do Consumidor Amplo – IPCA, consulta realizada no Banco Central do Brasil, disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acessado dia 05 de maio de 2017.

PROGRAMA PARQUES LINEARES – PROPOSTA (2006)		
PARQUE LINEAR	SUBPREFEITURA	SITUAÇÃO EM 2017
01 Itaim	Itaim Paulista	Implantado
02 Recanto dos Humildes	Perus	Não implantado
03 Guaratiba	Guaianases	Implantado parcialmente
04 Nascentes do Aricanduva	São Mateus	Não implantado
05 Mongaguá	Ermelino Matarazzo	Implantado
06 Verde	Itaquera	Implantado parcialmente
07 Bananal - Canivete	Freguesia do ó	Implantado parcialmente
08 Bispo	Casa Verde	Não implantado
09 Ipiranguinha	Aricanduva	Implantado
10 Ribeirão Perus	Perus	Não implantado
11 Parelheiros	Parelheiros	Implantado
12 Cocaia	Capela do Socorro	Implantado parcialmente
13 Aricanduva (Foz)	Aricanduva	Implantado
14 Rapadura	Aricanduva	Implantado
15 Fogo	Pirituba	Implantado
16 Sapé	Butantã	Implantado
17 Água Vermelha	Itaim Paulista	Implantado parcialmente
18 Feitiço da Vila	M'boi Mirim	Implantado
19 Cabuçu de Cima	Jaçanã	Não implantado
20 São José	Capela do Socorro	Implantado
21 Água Podre	Butantã	Não implantado
22 Invernada	Santo Amaro	Implantado
23 Caulim	Parelheiros	Implantado parcialmente
24 Perus	Perus	Não implantado
25 Taboão	Aricanduva	Não implantado
26 Itararé	Butantã	Não implantado
27 Oratório	Vila Prudente	Implantado parcialmente
28 Itapaiúna	Campo Limpo	Não implantado
29 Caxingui	Butantã	Não implantado
30 Pires	Butantã	Não implantado
31 Castelo Dutra	Capela do Socorro	Implantado
32 Vila do Rodeio	Cidade Tiradentes	Implantado
33 Nascentes do Aricanduva	Cidade Tiradentes	Não implantado

Tabela 11 – Fonte: DEVECCHI; IKEDA; ALEX (2008).

Os parques lineares seriam implantados com recursos orçamentários da SVMA, doação dos créditos da venda de carbono depositados no FEMA, dos TCAs, de recursos do FUNDURB, parcerias com a SEHAB, Subprefeituras e a SABESP, através do Programa Córrego Limpo, com algumas das 44 intervenções coincidentes com o Programa Parques Lineares (DEVECCHI, IKEDA e ALEX, 2009).

As fontes de financiamento do Programa Parques Lineares abrangiam recursos de terceiros, parcerias e instrumentos urbanísticos, como forma de não depender somente dos recursos orçamentários da SVMA. Como apontado anteriormente, diversos parques lineares planejados não foram implantados ou então apenas um trecho foi realizado, com as outras fases a serem implantadas de acordo com os recursos a serem disponibilizados ou de cooperação com outros órgãos públicos.

Implantar parques lineares por etapas é interessante como forma de planejar a aquisição de terras, contratação de projetos e execução de obras sem afetar o orçamento municipal. Entretanto, a demora para aquisição pode significar a perda de terrenos ambientalmente importantes para a construção de loteamentos ou outra atividade privada. Ao

mesmo tempo, ao saber que seu terreno irá ser desapropriado, o proprietário pode investir em melhoramentos no imóvel como forma de obter maior lucro com a desapropriação.

Diante da incapacidade de adquirir todos os terrenos previstos para os parques lineares, a SVMA criou Decretos de Utilidade Pública nesses locais como forma de preservá-los de empreendimentos imobiliários. Essa estratégia foi utilizada em parques lineares de grandes extensões, como Caulim, Cocaia, Guaratiba, Perus, Bananal-Canivete, Verde e Bispo.

O Decreto de Utilidade Pública (DUP) prevê que o Estado adquira determinado imóvel para uso público em cinco anos, conforme estipulado pelo Decreto Federal 3.365/1941. Não impede que haja melhorias no local, mas qualquer alteração após a promulgação do decreto não poderá ter acréscimo no valor pago para desapropriar. A venda é permitida, mas há dificuldades de encontrar compradores para um imóvel que será do Estado em alguns anos.

O DUP é uma forma do Estado garantir que essas áreas estejam disponíveis para a implantação de outras fases dos parques lineares sem precisar gastar com desapropriações. Se em cinco anos não ocorrer a desapropriação ou a renovação do decreto a propriedade deixa de ser utilidade pública, sem impedimentos para reformas ou venda. O Estado só poderá decretar o mesmo imóvel como utilidade pública depois de um ano (BRASIL, 1941).

A SVMA utilizou outras formas de implantar parques lineares que não dependesse apenas das desapropriações, como uso de área pública resultante de doação de loteamento, incorporação de praças e terrenos municipais e remoção de ocupações em áreas de propriedade pública. As vantagens de se utilizar terrenos são a ausência de gastos com desapropriação e diminuição dos processos burocráticos, agilizando a construção do parque linear.

Entretanto, os terrenos públicos geralmente são remanescentes de áreas urbanizadas, sem interesse comercial, com baixo retorno financeiro ou que não seguiram o que é estabelecido pelo Código Florestal. São doados ao Poder Público por meio da Lei 6.766/1979, que exige percentuais para Área Verde e Área Institucional em processos de loteamento. Os Parques Lineares do Itaim, Água Vermelha e Mongaguá são exemplos de utilização de bens públicos ou remanescentes de loteamentos para a implantação das áreas verdes. O resultado dessa estratégia são parques lineares configurados por áreas residuais fragmentadas, com baixa apropriação por moradores e usuários.

Figura 45 – Parque Linear Feição da Vila, Zona Sul. Implantado em remanescentes de terrenos, o parque está implantado entre conjuntos habitacionais e o CEU Feição da Vila. O único trecho aberto é na Rua Feição da Vila. Desenho: SVMA.

Nos parques lineares de São Paulo, a SVMA é responsável pela área verde e de estruturas como quadras, caminhos e playground. A limpeza do córrego é feita pela Prefeitura Regional; a iluminação está sob responsabilidade do Departamento de Iluminação Pública (ILUME)³⁷; a limpeza do meio-fio é feita pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB)³⁸; a vigilância patrimonial é responsabilidade da SVMA, sendo que sempre há dúvidas de quem é a responsável por alguma tarefa, como, por exemplo: cabem à Prefeitura Regional os serviços de poda e de retirada de árvores das calçadas. Já a arborização da calçada de um parque linear é atribuição da Prefeitura Regional ou da SVMA? Nesse mesmo espaço, com diversos agentes públicos municipais atuando, ainda incidem as leis estaduais (as de proteção de bacias, por exemplo) e federais, como o Código Florestal e Resolução 369 do CONAMA.

Figura 46 – Atribuições de cada órgão público no parque linear. Desenho: Wellington Nagano.

³⁷ Subordinada à SMSO.

³⁸ Subordinada à Secretaria de Prefeituras Regionais.

2.10 - PROGRAMA 100 PARQUES

No final de 2007, foi lançado o Programa 100 Parques pela SVMA, com o objetivo de alcançar o número de 100 parques municipais até 2012, ampliando e preservando as áreas verdes como espaço público de lazer, fruição e conscientização ambiental. O total de áreas verdes sob gestão da SVMA passaria de 15.000.000 m², em 2005, para 50.000.000, em 2012, e o número de parques municipais passaria de 33 para 100 no mesmo período (Anexo 2). Em 2009, o Programa 100 Parques foi incluído na Meta 51 da Agenda 2012 da gestão do prefeito Gilberto Kassab (2009-2012), com a construção de 50 novos parques até o fim de seu governo (SEMPA, 2009). O Programa de Parques Lineares foi incorporado ao Programa 100 Parques.

Os objetivos do programa eram: preservação do patrimônio ambiental da cidade a partir de aquisição de áreas verdes estratégicas; recuperação de terrenos degradados, mas de importância ambiental, como encostas, rios e nascentes; preservação da biodiversidade da fauna e flora; ampliação da conscientização ecológica através dos parques; provimento de áreas de lazer, esportes e cultura em harmonia com a parte ambiental; abrandamento do impacto das mudanças climáticas dentro da cidade (SVMA, 2011). Como parte do programa, era prevista a participação popular na implantação e na gestão do parque, através dos Conselho Gestores.

Além dos recursos municipais provenientes do orçamento municipal, alguns parques foram implantados através de parcerias com o setor privado, como o Parque do Povo – Mário Pimenta Camargo, construído e mantido pela W Torre³⁹ como compensação pela construção de um centro empresarial ao lado do parque (SOUZA, 2013); Parque Prefeito Mário Covas, construído e gerido por um ano pelo Banco Itaú (BANCO ITAÚ, 2011); e os parques naturais ao longo do Rodoanel Sul, implantados com recursos do Departamento de Estrada e Rodagens S/A (DERSA), como exigência do Licenciamento Ambiental para a construção da rodovia sobre os mananciais da Zona Sul.

Apesar de não atingir os 100 parques previstos para o final de 2012, a SVMA tinha até aquele ano 97⁴⁰ parques e mais seis em construção, que seriam inaugurados a partir de 2013, na gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016). Foram reservadas 70 áreas com Decreto de Utilidade Pública ou de posse da SVMA para a implantação ou extensão dos parques (SVMA, 2012).

Após dez anos da implantação do Programa 100 Parques, o resultado dessa política de implantação de áreas verdes mostra-se contraditório. O aumento de parques para a população significou áreas para lazer, esportes, contemplação, conscientização e ampliação da esfera pública. Todavia, muitos foram criados em locais que já eram anteriormente áreas públicas ou espaços residuais de loteamento, sem ganho significativo de áreas verdes e permeabilidade, como os Parques Lineares Itaim, Água Vermelha, Ipiranguinha, Aricanduva, Rapadura e Benemérito Brás, de tal forma que a SVMA apenas requalificou espaços pré-existent e assumiu a gestão. Dos parques lineares implantados, poucos tiveram a remoção de moradias irregulares⁴¹ e trouxeram requalificação urbanística e ambiental para a região, como previsto pelo PDE 2002.

³⁹ A W Torre assumiu voluntariamente a implantação e gestão do parque (SCIARRETA, 2016). Ao lado do principal empreendimento da construtora, a W Torre Plaza, com três torres de escritórios, centro comercial e teatro, o parque é parte da imagem do complexo empresarial.

⁴⁰ Levantamento realizado pelo autor junto à SVMA.

⁴¹ As remoções de moradias ocorreram nos Parques Lineares do Canivete, Fogo, Itaim e Mongaguá.

Figuras 47 e 48 – Comparação entre o Parque Linear Ipiranguinha em 2006, antes de ser implantado (e) e 2017 (d). A ação da municipalidade foi apenas requalificar de forma paisagística para virar parque. Fotos: Google Earth.

A expansão da área verde através do Programa 100 Parques e a inclusão no Plano de Metas do governo municipal podem ser notadas através da análise do orçamento liquidado⁴² da SVMA entre 2008 e 2012, aumentando de R\$ 117 milhões para R\$ 180 milhões, enquanto o FEMA passou de R\$ 12 milhões para R\$ 51 milhões no mesmo período. Contribuiu também a continuação administrativa do governo municipal e do secretário da SVMA.

RELAÇÃO DE SECRETÁRIOS DA SVMA (1993-2017)			
GESTÃO	SECRETÁRIO	PERÍODO	PARQUES IMPLANTADOS
Paulo Maluf (1993-1996)	Werner Zulauf	10/1993 – 11/1998	02
Celso Pitta (1997-2000)	Ricardo Ohtake	11/1998 – 12/2000	01
Marta Suplicy (2001-2004)	Stela Goldestein	01/2001 – 11/2002	-
	Adriano Diogo	12/2002 – 12/2004	02
José Serra (2005-2006)	Eduardo Jorge	01/2005 – 08/2012	03
Gilberto Kassab (2007-2012)	Carlos Fortner	08/2012 – 12/2012	63
	Ricardo Teixeira	01/2013 – 02/2014	02
	Wanderley Nascimento	02/2014 – 06/2015	02
Fernando Haddad (2013-2016)	José Candelária	06/2015 – 12/2015	01
	Rodrigo Ravena	12/2015 – 12/2016	02
	Gilberto Natalini	01/2017 – 08/2017	01
João Dória (2017 – ATUAL)	Fernando von Zuben *	08/2017 – 10/2017	-
	Eduardo de Castro	11-2017 – ATUAL	-

Tabela 12 – Fonte: levantamento realizado pelo autor. * Interino.

⁴² Foi utilizado aqui o termo *Orçamento Liquidado*, pois é o indicativo mais próximo dos gastos efetivados durante determinado período pelo Poder Público. É diferente do Orçamento Previsto que, como o próprio nome sugere, é a estimativa de gastos durante o período, com a previsão de arrecadação de impostos, taxas, vendas, etc.

Gráfico 2 – Entre 2008 e 2012, o orçamento da SVMA cresceu aproximadamente 60% e o FEMA cresceu quatro vezes mais no mesmo período. É notável a queda orçamentária em 2014 e 2015, devido ao contingenciamento de recursos na SVMA. Fonte: Site da Secretaria Municipal de Finanças, valores não ajustados pela inflação.

Os recursos do FEMA são provenientes de multas, doações, TCAs, repasses da prefeitura, venda de créditos de carbono, etc.. Portanto, o fluxo de receita é variável, condicionada em grande parte pela situação econômica municipal. O FUNDURB investiu R\$ 149 milhões na implantação de parques lineares, sendo que R\$ 100 milhões foram destinados à compra de imóveis, mesmo que não houvesse verbas para a implantação.

Nesse período, a participação da SVMA e do FEMA no orçamento municipal passou de 0,57%, em 2008, para 0,67%, em 2012. Mesmo com a política de expansão de áreas verdes e com o acréscimo de verbas, o peso da SVMA e FEMA no orçamento municipal era irrisório.

Gráfico 3 – A participação da SVMA permaneceu praticamente estável entre 2008 e 2013, declinando nos anos seguintes, recuperando apenas em 2016, mesmo assim inferior ao período 2008-2013. Fonte: levantamento realizado pelo autor a partir das informações do site da Secretaria Municipal de Finanças.

O acréscimo de áreas verdes resultou no aumento da despesa de manutenção dos parques, indo de R\$ 32 milhões, em 2008, para R\$ 65,1 milhões, em 2012. Em 2016, o valor foi de R\$ 132 milhões, quadruplicando a despesa em oito anos. A partir de 2013, os recursos do FEMA começaram a ser utilizados na manutenção dos parques, ultrapassando os valores da própria SVMA durante o biênio 2014-2015, mostrando a dependência de recursos extraordinários e instáveis para manter o funcionamento dos parques. Ao mesmo tempo, o peso da manutenção dos parques no orçamento conjunto da SVMA/FEMA aumentou exponencialmente entre 2008-2016 (Gráfico 5).

Gráfico 4 – Despesas relativas à manutenção dos parques. Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

Gráfico 5 – O peso maior dos parques no orçamento da SVMA/FEMA entre 2014 e 2016 se deve, em parte, à queda de recursos. Fonte: levantamento realizado pelo autor a partir de informações Secretaria Municipal de Finanças.

Com a mudança da gestão municipal e o fim do Programa 100 Parques, o orçamento liquidado da SVMA foi reduzido de R\$ 180 milhões, em 2012, para R\$ 101 milhões, em 2015. Mesmo com o orçamento liquidado de 2016 de R\$ 172 milhões, o valor é menor que os R\$ 117 milhões de 2008 corrigidos para os valores atuais (R\$ 213 milhões)⁴³.

Considerando a SVMA e FEMA como única fonte de receitas, o orçamento liquidado para remuneração do corpo técnico, investimentos, programas ambientais e manutenção de parques em 2016 foi de R\$ 242 milhões, apenas 14% maior que o valor corrigido dos R\$ 129 milhões (SVMA/FEMA) em 2008, atualmente R\$ 214 milhões. A diferença é que nesse mesmo período o número de parques triplicou, enquanto a área sob gestão da SVMA aumentou de 15.000.000 m² para 41.800.000 m².

ORÇAMENTO SVMA-FEMA (2008 E 2016)					
ANO	ORÇAMENTO SVMA+FEMA	ÁREA DOS PARQUES	ORÇAMENTO M ²	ORÇAMENTO SVMA+FEMA (CORRIGIDO PELA INFLAÇÃO ATÉ 2016)	ORÇAMENTO M ²
2008	R\$ 129.000.000	15.000.000 m ²	R\$ 8,60	R\$ 214.000.000	R\$ 14,26
2016	R\$ 242.000.000	41.800.000 m ²	R\$ 5,78	R\$ 242.000.000	R\$ 5,78
VAR. 2008-2016	87,59%	278,66%	- 32,8%	13,08%	- 59,47%

Tabela 13 – Fonte: levantamento realizado pelo autor a partir das informações da Secretaria Municipal de Finanças.

Descontada a inflação, o valor do orçamento da SVMA e do FEMA por metro quadrado de parques municipais diminui 32,8% no período 2008-2016, de R\$ 8,60 m² para R\$ 5,78 m². Essa diferença aumenta para 59,47% quando é considerada a correção da inflação entre 2008 e 2016. Se considerar o valor de R\$ 14,26/m² como referência para a SVMA e o FEMA, o orçamento adequado para os dois órgãos seria de R\$ 596 milhões em 2016, ou equivalente a 1,23% do orçamento público municipal para o mesmo período.

⁴³ Correção de valores pelo IPCA. Consulta realizada no Banco Central do Brasil, disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acessado dia 05 de maio de 2017.

O Programa 100 Parques, seja através de ações de implantação de áreas verdes, criação de banco de terras públicas para futuros parques, políticas de educação ambiental, fiscalização, etc., foi acompanhado de recursos financeiros, continuidade administrativa e do reconhecimento da prefeitura como primeiro programa oficial para expansão de parques. Entretanto, a partir de 2013 o orçamento da SVMA começou a cair devido à diminuição das receitas municipais, às mudanças de governo e à constante troca de secretários, impedindo que programas fossem continuados.

Mesmo no período de expansão de parques e de receitas, não houve investimentos na estrutura de suporte à gestão dos parques. Há apenas quatro bases de manutenção (Carmo, Vila Leopoldina, CEMUCAM e Anhanguera) para atender todos os 106 parques. Essas unidades de manutenção não possuem recursos materiais e de mão de obra para atender às solicitações dos administradores.

A defasagem da SVMA em relação a outros órgãos gestores de áreas verdes é mais nítida quando é comparada à verba destinada para manutenção dos parques. Comparando-se apenas a SVMA e a SMA, o valor investido por metro quadrado pelo órgão municipal é aproximadamente 40% inferior à sua contraparte estadual.

VALORES DE MANUTENÇÃO DOS PARQUES EM SÃO PAULO				
	PARQUES Nº.	ORÇAMENTO R\$ MIL	ÁREA MIL M ²	DESPESA / M ² R\$
SVMA	105	131.000	41.658.000	3,14
SMA	12 (1)	57.000	12.874.000	4,42
Fundação Aron Birman (2)	1	750	138.000	5,34
Fundação Itaú Social (3)	1	614	15.000	40,93

Tabela 14 – (1) Inclusos os parques Gabriel Chucre (Carapicuíba) e Chácara da Baronesa (Santo André). (2) Instituição responsável pelo Parque Burle Marx. (3) Instituição responsável pelo Parque Lina e Paulo Raia.

O investimento em áreas verdes públicas como política ambiental pode ser comparada ao analisar o peso das secretarias do Meio Ambiente em relação aos orçamentos municipais. Para serem comparadas com São Paulo, foram escolhidas quatro capitais da região Centro-Sul do Brasil e as secretarias e órgãos municipais que atuam sobre a gestão ambiental desses municípios. Para homogeneização dos dados, foi considerada a Lei Orçamentária Anual, que é a previsão de despesas durante um ano. A escolha desse parâmetro do orçamento planejado e não liquidado é devido à ausência de dados públicos de algumas cidades.

ORÇAMENTO MUNICIPAL E DAS SECRETARIAS DO MEIO AMBIENTE					
	MUNICIPAL R\$ BILHÃO	MEIO AMBIENTE R\$ MILHÃO	%	POPULAÇÃO IBGE 2016 EST.	PER CAPITA R\$
Belo Horizonte	12.277	88.327 (1)	0,71 %	2.513.000	35,14
Curitiba	7.730	382.348 (2)	4,94 %	1.893.000	201,97
Porto Alegre	6.604	68.000	1,03 %	1.481.000	45,91
Rio de Janeiro	30.865	120.975	0,39 %	6.498.000	18,61
São Paulo	54.407	278.400 (3)	0,51 %	12.038.000	23,12

Tabela 15 – (1) – Inclui a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Fundo de Parques Municipais e Fundo Municipal de Defesa Ambiental. (2) – Inclui a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e o Fundo Municipal do Meio Ambiente. (3) – Inclui a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Fontes: Belo Horizonte: Lei 10.895, de 30/12/2015; Curitiba: Lei 14.781, de 30/12/2015. Porto Alegre: Lei 11.983, de 23/12/2015; Rio de Janeiro: Lei 6.045, de 14/01/2016. São Paulo: Lei 16.334, de 30/12/2015.

Cidades com populações menores que São Paulo, como Porto Alegre e Belo Horizonte, têm investido *per capita* cerca de 50% e 95%, respectivamente a mais que a capital paulista. Em Curitiba, que possui o equivalente a 15% da cidade de São Paulo, o orçamento da Secretaria

Municipal do Meio Ambiente é 18 % superior em termos absolutos e quase cinco vezes *per capita*.

A diferença de valores é mais evidente quando comparado com o orçamento liquidado. A cidade de São Paulo, por exemplo, gastou R\$ 242 milhões dos R\$ 278 milhões previstos para 2016, ou 15% a menos, enquanto Porto Alegre investiu R\$ 53 milhões contra os R\$ 68 milhões planejados para o mesmo período, ou seja, 30% a menos. Se a SVMA e o FEMA mantivessem o mesmo valor investido por metro quadrado em 2008 atualizado monetariamente, o valor destinado aos órgãos seria de R\$ 593 milhões, ou 1,08% do orçamento previsto e R\$ 49,26 *per capita*, índices superiores ao de Porto Alegre.

2.11 - 100 PARQUES – AVALIAÇÃO PÓS-IMPLANTAÇÃO

A maioria dos parques municipais existentes em São Paulo não possuía Conselhos Gestores como forma de se estabelecer um canal de comunicação entre a sociedade civil e a SVMA para avaliar, sugerir e acompanhar a rotina dos parques, aproximando a vizinhança dos gestores públicos e ter processo de decisões mais participativa. A obrigatoriedade de cada parque possuir Conselho Gestor foi promulgada com a Lei 15.910/2013.

Há problemas de delimitação fundiária dos parques entre os departamentos de planejamento, projeto e manutenção da SVMA, pois o entendimento de área varia conforme a interpretação de cada setor. A duplicidade ou até mesmo triplicidade de dados afeta a gestão, pois quem está no dia a dia das atividades do parque (administradores e funcionários) não conhece os limites de fato do parque. As diferenças de valores fundiários são comuns nos parques lineares, por serem abertos e implantados em áreas remanescentes dos loteamentos, onde os limites geralmente não são precisos, pois um imóvel adjacente pode ter avançado sobre o terreno público. Além disso, a maioria dos parques lineares não possui documentos legais que oficializam a área verde, como os Decretos de Criação de Parques.

SITUAÇÃO LEGAL DOS PARQUES LINEARES		
PARQUE LINEAR	PREFEITURA REGIONAL	POSSUI DECRETO DE CRIAÇÃO
1 Água Vermelha	Itaim Paulista	Não possui
2 Aricanduva	Aricanduva	53.510/2012
3 Canivete / Bananal	Freguesia do Ó	49.607/2008
4 Caulim	Capela do Socorro	49.528/2008
5 Cocaia	Capela do Socorro	49.659/2008
6 Feitiço da Vila	Campo Limpo	52.049/2010
7 Fogo	Pirituba	Não possui
8 Guaratiba	Guaianases	Não possui
9 Invernada	Santo Amaro	Não possui
10 Ipiranguinha	Aricanduva	Não possui
11 Itaim Paulista	Itaim Paulista	Não possui
12 Jardim Sapopemba	São Mateus	Não possui
13 Mongaguá	Ermelino Matarazzo	Lei 15.175/2010
14 Oratório	Sapopemba	52.108/2011
15 Parelheiros	Parelheiros	50.866/2009
16 Rapadura	Aricanduva	51.487/2010
17 Rio Verde	Itaquera	53.387/2012
18 Sapé	Butantã	Não possui
19 Tiquatira	Penha	49.905/2008
20 Zilda Arns	Sapopemba	Não possui *

Tabela 16 – * O Parque Linear Zilda Arns não possui Decreto de Criação, entretanto o Decreto 55.354/2008, do governo do Estado de São Paulo, altera a denominação do então Parque da Integração para o nome atual. Fonte: Levantamento realizado pelo autor.

O Decreto de Criação do Parque é importante para reconhecer legalmente que a área verde é parque e cria segurança jurídica contra decisões políticas. Dos parques lineares existentes, nove não possuem decreto de criação pela SVMA. É recomendável que o Decreto de Criação do Parque seja a primeira ação efetiva do gestor público ao criar o parque⁴⁴. As bases do decreto serão as informações fundiárias realizadas através do Levantamento Planialtimétrico e Cadastral (LEPAC), com informações do lote como topografia, massa arbórea, identificação de proprietários, edificações e a verificação dos dados fundiários com as informações do cadastro municipal. O LEPAC é, teoricamente, subsídio para a realização do projeto básico e base para a elaboração do Decreto de Utilidade Pública.

O Decreto-Lei 26.643/1934 estipulou que as margens dos rios são de propriedade do Estados, exceto aqueles que já eram propriedade federal, municipal ou particular. Em 1946, o Decreto-Lei 9.760 estabeleceu que os terrenos marginais localizados em territórios federais e junto às fronteiras são de propriedade da União. E a Constituição de 1967 acrescentou que é da União os rios que percorrem diversos estados. Todas as leis enfatizam que a propriedade dos Terrenos Marginais é sempre do Estados, desde que não haja proprietário legal – municipal, estadual ou privado – sobre a área.

A Constituição de 1988 expropriou os terrenos de marinha à União, mas não houve menção sobre os terrenos marginais. Nesse caso, prevalece a legislação anterior em que o estado-membro é o titular dos terrenos marginais, exceto quando há proprietários privados, quando estão localizados nas fronteiras por causa da importância da segurança nacional ou são de propriedade da União (CAVALCANTE, 2014).

⁴⁴ É recomendável que essa etapa esteja ratificada no planejamento municipal, tanto no Plano Diretor quanto nos Planos Setoriais.

As praças e os parques, sejam urbanos, lineares ou naturais, são bens de uso comum do povo, segundo o Código Civil. Eles não podem ser alienados enquanto conservarem suas atribuições. Existem pressões do Poder Público de utilizar esses espaços livres para a construção de escolas, creches ou unidades de saúde, como forma de economizar com desapropriações e ganhar agilidade para construir o equipamento.

Quando há intenção de construir algum equipamento dentro do parque que não seja relativo à função ambiental recomenda-se, através de lei ou decreto, a alteração da titularidade do parque de bem de uso comum do povo para bem de uso dominial ou especial. A alteração do uso da área e a construção de equipamentos dentro do parque ou da praça mostram como as áreas verdes urbanas em São Paulo são vistas como reservas para empreendimentos públicos.

O Parque Linear do Fogo, na Zona Norte, é exemplo dessa fragilidade das áreas verdes em manter suas funções de preservação ambiental e locais de lazer. O parque foi construído em um terreno de Uso Institucional, que seria destinado a escola, hospital, etc. O projeto não considerou a requalificação urbanística da ocupação irregular do outro lado do Córrego do Fogo, nem a recuperação ambiental do curso hídrico. A gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016) propôs a construção do CEU Pinheirinho d'Água no terreno atual do parque⁴⁵, por ser de Uso Institucional, que pode ser bem de uso dominial ou especial.

Figura 49 – Fotomontagem do CEU Pinheirinho d'Água sobre o Parque Linear do Fogo. Fonte: SMDU

A expansão dos parques foi acompanhada pelo aumento de administradores para cada um deles. Pelo ritmo de implantação, a SVMA preferiu criar o cargo comissionado de Administrador de Parque, que posteriormente seria transformado em cargo efetivo através da realização de concurso público, o qual nunca ocorreu. Por serem comissionados, os administradores de parques podem vir de fora dos quadros funcionais da prefeitura, tornando esses cargos voláteis às mudanças de gestão municipal ou da própria secretaria.

A interferência política e a descontinuidade administrativa fazem com que muitos administradores não consigam criar programas dentro dos parques – como educação ambiental, recebimento de determinados tipos de lixo, etc. – pois não sabem se tais programas terão continuidade sob outro administrador ou obter o apoio da administração municipal.

A concepção inicial do administrador era representar a SVMA nos parques, promovendo atividades de conscientização ambiental, realização de eventos, aproximação com a vizinhança do entorno, etc. Entretanto, não é essa a realidade observada, pois as funções deles foram

⁴⁵ Outro exemplo é o CEU Carrão, que será construído dentro do Parque Municipal do Tatuapé.

reduzidas a acompanhar os serviços de manejo e vigilância dos parques. É uma oportunidade que vem sendo perdida pela SVMA, pois eles têm melhor visão sobre o cotidiano dos parques, podendo subsidiar os técnicos a aperfeiçoarem os métodos de planejamento, projeto e gestão dos parques, ao mesmo tempo em que a SVMA pode usar o administrador como representante local para seus programas ambientais.

Além disso, não há sinergias ou comunicação entre os departamentos sobre assuntos relacionados aos parques, como obras sendo elaboradas sem o conhecimento das equipes de planejamento ou gestão ou, então, as equipes fazendo pequenas reformas sem comunicá-las aos projetistas. A SVMA tem departamentos, principalmente o DGD e a Universidade Livre do Meio Ambiente (UMAPAZ), que podem realizar atividades de educação ambiental, de eventos culturais, de cursos nos parques ou de capacitação dos funcionários.

Esses são os dois problemas da gestão dos parques municipais em São Paulo: a primeira é estrutural, pela escassez de recursos materiais, financeiros e mão de obra. A segunda é operacional, pela ausência de comunicação, integração e sinergia entre departamentos, secretarias e a comunidade em geral, agravados pela falta de política pública em promover tais ações⁴⁶.

A diminuição dos recursos destinados reflete na gestão dos parques administrados pela SVMA. Com recursos escassos, os contratos de vigilância e manejo são adaptados à nova realidade orçamentária, com equipes menores e não adequadas para as demandas dos parques. Serviços essenciais, como roçagem e limpeza dos passeios dos parques, ficam comprometidos e o número menor de vigilantes pode comprometer a segurança.

2.12 - GESTÃO DOS PARQUES LINEARES EM SÃO PAULO

Pela inserção urbana e apropriação, os parques lineares estão mais próximos de praças que os parques urbanos. Isso não significa, no entanto, que em parques tradicionais, como o Ibirapuera, Piqueri, Aclimação ou Previdência, não ocorram apropriações. Mas elas ocorrem de forma diferente que nos parques lineares, pois há controle de acesso, cercamento e horário de funcionamento. O parque linear tem horário irrestrito, acesso livre e não possui cercamento. É mais exposto a fatores externos que o parque tradicional, aumentando os custos dos serviços de vigilância e manejo das áreas verdes.

⁴⁶ Alguns parques possuem programas de incentivo para que a população passe a frequentá-los. No entanto, são iniciativas isoladas de administradores e não uma diretriz da SVMA.

Figura 50 – Diferenças de acesso, transposição e inserção urbana do parque tradicional (e) e linear (d). Desenho: Wellington Nagano.

A tipologia de parque linear necessita que haja outras formas de planejamento, projeto e gestão, diferentes do parque tradicional. Para isso, é necessário compreender a morfologia e as necessidades do entorno do lugar.

A inclusão de agentes públicos e privados que atuam sobre o local é necessária não apenas nas etapas de planejamento e projeto. Tão importante quanto é o envolvimento desses agentes na gestão do parque, seja por meio de Conselhos Gestores ou de pesquisas com usuários e moradores, análise de usos do local, programas de educação ambiental para mostrar a importância ecológica e ações que aumentem a consciência da importância do parque linear como espaço público do bairro.

Figura 51 – Estudos pós-implantação realizado pelo escritório OLIN no Canal Park, em Washington. Os gráficos mostram o número de pessoas que frequentam o parque em diferentes estações do ano, enquanto a planta do parque identifica onde elas se concentram durante o ano. Fonte: SALAZAR, 2015.

Pelo contato direto com o público, é necessário estabelecer estratégias de baixa manutenção dos equipamentos do parque linear, como robustez dos materiais, facilidade de troca de peças, padronização dos componentes e acompanhamento constante da situação do parque, possibilitado, assim, a solução dos problemas ainda em sua fase inicial.

Entre os 20 parques lineares paulistanos há diferenças em relação ao uso, equipamentos, tipo de intervenção no córrego e acessibilidade.

EQUIPAMENTOS E TIPOS DE VEGETAÇÃO NOS PARQUES LINEARES																				
	Água Vermelha	Aricanduva	Canivete	Caulim	Cocaia	Feitico da Vila	Fogo	Guaratiba	Invernada	Ipiranguinha	Itaim	Jardim Sapopemba	Mongaguá	Oratório	Parelheiros	Rapadura	Rio Verde	Sapé	Tiquatira	Zilda Arns
ASPECTOS NATURAIS																				
Córrego canalizado		X	X		X					X	O					X		X	X	
Córrego renaturalizado				X					X				X		X					
Gramado multiuso		X	X		X		X	X						X			X		X	X
Pomar			X		X															
Veg. Arbórea significativa		X		X	X	X				X			X		X	X	X		X	
EDIFICAÇÕES																				
Administração					X	X		X					X	X			X		X	X
Base manejo	X		X		X	X		X	X				X	X			X		X	
Base vigilância	X		X		X	X		X	X				X	X			X		X	
Salas multiuso					X	X											X			
Sanitários públicos						X		X	X								X		X	X
Outras edificações								X											X	X
EQUIPAMENTOS																				
Anfiteatro / Palco	X				X		X												X	X
Campo de futebol	X	X		X														X	X	
Equipamentos de ginástica	X		X	X	X	X	X	X			X		X					X	X	X
Pergolado			X	X	X			X												
Pista de skate	X	X	X		X		X			X			X			X	X	X	X	X
Playground	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X
Quadra poliesportiva	X	X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Quiosque								X												X
Viveiro						X														
MOBILIDADE																				
Calçada > 3,00 junto à rua		O	X	X	X						O						O			O
Ciclovia																			X	X
Estacionamento público		X															X		X	
Paraciclos					X				X								X			
Ponto de ônibus		X	X		X														X	
OUTRAS INFORMAÇÕES																				
Cercamento					O	O		X	O					X			X			
Ponto de wi-fi																				
LEGENDA																				
X	Possui																			
O	Possui parcialmente																			

Tabela 17 – Fonte: levantamento realizado pelo autor.

Sob o ponto de vista hídrico, são poucos os parques lineares que tiveram os córregos requalificados, seja por meio de renaturalização do Programa Córrego Limpo ou por canalização por gabiões. Os cursos d'água dos Parques Lineares Aricanduva e o Tiquatira possuem canalização de concreto em suas margens, pois tais canalizações foram construídas em uma época em que os conceitos de infraestrutura verde não estavam difundidos no planejamento urbano paulistano.

Em outros córregos, a situação é mais crítica pelo fato de o parque linear ter sido implantado sem nenhuma intervenção na hidrografia, causando problemas de erosão e riscos aos usuários do parque.

Figuras 52-55 (Esq. Superior – sentido horário) – Cratera aberta por erosão no Parque Linear Água Vermelha, afetando o caminho próximo ao córrego; corpo d'água renaturalizado no Parque Linear Caulim; Córrego Tiquatira totalmente canalizado; contenções improvisadas no Parque Linear Rapadura. Fotos: Wellington Nagano.

Poucos parques lineares possuem vegetação significativa, pois foram implantados em áreas periféricas com forte pressão de ocupação dos espaços livres. As poucas áreas que possuem vegetação significativa são provenientes de lotes que foram desapropriados, incorporados aos parques e transformados em bosque de acesso público (Mongaguá) ou apenas para preservação, fechado para usuários (Caulim). Como foram construídos há menos de dez anos, as árvores desses parques lineares ainda não atingiram o tamanho necessário para criar áreas sombreadas propícias para o descanso, para corredor ecológico ou para atenuar o microclima. No caso paulistano, a demora do crescimento das árvores ocorre pelo solo inadequado, pois diversos parques lineares foram construídos em áreas ocupadas por moradias ou por outros usos, de tal modo que os solos contêm resíduos de cimento, argamassa, pedras e outros minerais que dificultam o crescimento das espécies. Outro motivo para essa demora são os atos de vandalismo, praticados por pessoas que cortam as árvores plantadas, geralmente com DAP⁴⁷ inferior a 5 cm. Em alguns parques lineares há árvores frutíferas, plantadas com a intenção de serem pomares para atrair pássaros.

A Portaria 61/2011 da SVMA estabeleceu as espécies de árvores a serem plantadas por órgãos públicos no município de São Paulo usando como base as espécies que pertencem aos biomas da Mata Atlântica e do Cerrado em São Paulo. A portaria também é utilizada para referência aos TCAs, TACs, projetos paisagísticos, de regeneração florestal ou de arborização urbana.

⁴⁷ Diâmetro à Altura do Peito (DAP) – medida de referência para o porte das árvores.

Figura 56-57 – Plantio de árvore no Parque Linear Guaratiba. Na segunda foto é possível observar o solo com camada cinza, formada principalmente por cimento e pedriscos. Fotos: Wellington Nagano.

Como em sua maioria foram implantados em áreas residuais urbanas, diversos parques lineares não têm espaços livres multiusos. Quando há, são ocupados por atividades que segregam mais os usuários dos parques, restringindo o direito de uso do espaço público para poucos, como as quadras e campos de futebol.

A presença de uma área livre – de preferência permeável –, sem uso pré-concebido, é importante por ativar usos não programados. O gramado pode ser utilizado pelas crianças, por grupos de ginástica, para sediar eventos públicos e festas comunitárias. A flexibilidade para diversas atividades transforma esse local em um dos principais espaços públicos dos parques lineares. Para melhor apropriação, é necessário que esse espaço esteja integrado física e visualmente ao entorno, acessível e flexível quanto à possibilidade de usos.

Figura 58 – Gramado do Parque Linear Canivete em dia de evento. A flexibilidade de uso torna esse espaço um dos principais do parque, tanto para eventos comunitários quanto para atividades espontâneas. Foto: Ana Beatriz Silva Lima.

São poucos os parques lineares de São Paulo que possuem sede administrativa ou de apoio operacional por diversos motivos: o tamanho do parque é pequeno para ter edificações exclusivas, há restrições do Código Florestal e do CONAMA 369 em ocupar a APP, a proximidade com outros parques já dotados de infraestrutura e, ainda, há questões de segurança, pois a ausência de cercamento tornam as edificações mais vulneráveis para furtos e vandalismos no período noturno. Apenas os Parques Lineares Mongaguá e Tiquatira têm administração sem cercamento, pois as edificações já existiam antes da existência dos parques lineares.

Por motivos logísticos e trabalhistas, as empresas terceirizadas de manejo e vigilância contratam containers e banheiros químicos para seus funcionários, alugam residência nas proximidades do parque ou utilizam a estrutura de parques próximos como apoio aos lineares. Não é raro observar situações improvisadas nos parques lineares para apoio dos funcionários

sem que haja padrões mínimos de salubridade. E quando há compartilhamento de equipes entre parques lineares e urbanos, o serviço de manejo pode ser afetado pela distância em que o parque da base de manejo está em relação ao linear, necessitando de transporte motorizado para o deslocamento.

Nos parques de orla, a SVMA instalou módulos operacionais, que são estruturas de containers para o apoio mínimo do administrador e dos funcionários. A presença desses módulos em parques lineares seria importante para mostrar a presença permanente do Poder Público no local, em vez de situações meramente improvisadas.

Figuras 59-62 (Esq. Superior – sentido horário) – Diferentes estruturas de apoio aos parques lineares. A primeira foto é o modelo padrão do DEPAVE para sede administrativa, manejo e vigilância, no Parque Linear Guaratiba. A segunda foto é o módulo operacional padrão em parques de orla, como no Parque Castelo, Zona Sul. Em parques lineares onde não há estrutura de apoio, a solução é criar estruturas improvisadas, como o barraco (já demolido) para o armazenamento de ferramentas no Parque Linear Canivete (Foto 3). No Parque Linear Aricanduva, os funcionários aproveitaram do pilar do Viaduto Alberto Badra para erguer o barraco. Fotos 1 e 2: Wellington Nagano. Fotos 3 e 4: SVMA.

Alguns parques lineares possuem estruturas para a realização de eventos comunitários, tais como cursos, oficinas e reuniões. São oportunidades de aproximar a população do entorno com o parque linear por meio de eventos de educação ambiental, de apropriação do espaço público e pela possibilidade de reunir pessoas para a discussão de temas de importância local. Essas estruturas estão ociosas, apesar da SVMA ter a UMAPAZ e o DGD, departamentos que poderiam aproximar o Poder Público da população. Não há agenda oficial para tentativas de aproximação desses órgãos com a comunidade, e os administradores de parques não têm expertise ou iniciativa para a utilização desses espaços.

A principal temática dos parques lineares – além da ambiental – é a provisão de áreas esportivas e de lazer. Noventa por cento deles possuem playground e quadra poliesportiva, além de aparelhos de ginástica e pista de skate. O uso das temáticas esportivas e recreativas tornou-se comum nos parques americanos na primeira metade do século XX, período que abarca as eras recreativa e reformista dos parques (CRANZ, 1982), e, em São Paulo, a partir da década de 1950, com as praças equipadas (BARTALINI, 1999).

Os equipamentos esportivos e recreativos são estratégias usuais nos projetos de parques, pois sempre atraem pessoas a utilizarem o local. São de construção rápida, custo relativamente baixo e de manutenção simples. Entretanto, a aplicação excessiva dessa estratégia pode deixar os parques como lugares de uso restrito para determinados grupos sociais, em vez de beneficiar a maior parte da população. Playgrounds podem ser equipamentos muito versáteis, pois a criança pode brincar sozinha ou em grupo, fazer alguma atividade espontânea, os pais podem ficar ao lado observando ou conversando com outros pais e, caso esteja localizado próximo à rua, a movimentação do playground torna a rua animada e cria uma rede invisível de vigilância por adultos que estão de passagem pelo local. Por outro lado, pistas de skates podem atrair grupos exclusivos – principalmente adolescentes, em detrimento às crianças e os adultos. Não há flexibilização do espaço, correndo-se o risco de fazerem com que determinadas quadras e pistas de skates sejam de uso “exclusivo” para certos grupos⁴⁸.

Há também o risco de ociosidade das quadras, pela baixa demanda ou pelo número excessivo delas. Em alguns parques lineares, a ausência de participação da comunidade e a falta de análise *in loco* das demandas podem levar a implantação de equipamentos incompatíveis com o perfil dos usuários do entorno ou, então, porque a situação desejada não é idealizada por ausência de atividades a serem promovidas nos parques. Exemplos dessas situações são a quadra de bocha do Parque Linear Guaratiba e o anfiteatro do Parque Linear Água Vermelha.

Figuras 63-66 (Esq. Superior – sentido horário) – O playground é sempre ponto de agregação de um parque, por reunir crianças de diferentes faixas etárias e suas atividades espontâneas (Parque Linear Guaratiba). Alguns parques lineares tentam integrar as pistas de skate com o restante do espaço, como as áreas de estar e a quadra do Parque Cantinho do Céu. Situações para públicos seletivos ou que não relevem as particularidades locais levam a equipamentos abandonados, como o edifício de bocha do Parque Linear Guaratiba ou a arena do Parque Linear Água Vermelha. Fotos: Wellington Nagano.

São poucos os parques lineares da Capital que possuem ciclovias ou ciclofaixas. Apesar do PDE 2014 citar a mobilidade de baixo impacto ambiental e urbano nos parques lineares, essa é uma realidade distante, mesmo com o aumento do investimento nesse tipo de modal nos últimos dez anos e, mais precisamente, na gestão 2013-2016. Apenas três parques lineares possuem paraciclos para seus usuários.

⁴⁸ Essa situação ocorre em diversos parques, lineares ou urbanos.

A calçada apresenta diversas situações que impedem a aproximação do parque linear com seus usuários. Foi considerada para análise a largura de três metros para a calçada, pois essa medida possibilita a circulação de cadeirantes ou pessoas com carrinho de bebê em cada sentido, assim como mais espaço para a infraestrutura (postes e mobiliário urbano) ou arborização. São poucos parques lineares em São Paulo que possuem calçadas com essa largura; em outros lugares, as calçadas são estreitas, sem rampas para cadeirantes e têm *guard-rails* ou postes, que atrapalham a circulação de pessoas. As dificuldades de chegada, barreiras e a impossibilidade de usos evitam que o parque linear seja espaço público apropriado na sua forma mais básica: a de acessibilidade pública (CARR et al., 1992).

Figuras 67-69 (Esq. Superior – sentido horário) – Barreiras físicas podem evitar que haja apropriação dos parques e da calçada pela população. Na primeira foto, canteiros canalizam a entrada do Parque Linear Tiquatira, além da calçada ser estreita e sem rampa de acessibilidade. Na foto 2, o Parque Linear Guaratiba, a calçada estreita e com obstáculos impede que cadeirantes ou pessoas com carrinho de bebê circulem com segurança. Na foto 3, o Parque Linear Cocaia – Núcleo Opção Brasil possui calçada larga livre, sem interferências de postes, mobiliário urbano ou árvores. Apesar do canteiro restringir as opções de circulação, ele pode ser usado como banco. Fotos: Wellington Nagano.

Nenhum parque linear possui ponto de wi-fi, apesar da Prefeitura de São Paulo estar implantando pontos em diversos espaços públicos – tanto centrais quanto periféricos – nos últimos anos. Esse serviço nos parques poderia ser utilizado para coletar informações que subsidiariam a gestão dos parques. Por meio de cadastro, seria possível saber qual o perfil dos usuários, quais os horários de acesso à rede, a permanência no local, elaborar pesquisas sem a necessidade de deslocar equipes para o local, etc.

Na maioria dos parques lineares não houve participação efetiva da população durante a implantação. Ocorreram reuniões, principalmente em parques lineares que dependiam da remoção de moradias ilegais, com o assunto habitação prevalecendo sobre a área verde. A participação da população local ocorre, na maioria dos casos, *a posteriori*, por meio dos Conselhos Gestores de cada parque, porém, alguns parques lineares não conseguiram ter quantidade mínima de membros para efetivar o grupo.

Em 2014, a empresa responsável pela vigilância dos parques da SVMA declarou falência, deixando a maioria deles sem segurança patrimonial. Em alguns deles a situação se agravou,

pois já estavam sem equipes de manejo, pois os contratos expiraram e não foram renovados. Sem funcionários, muitos parques foram depredados e tiveram seus equipamentos furtados.

Entre os lineares, o caso do Parque Linear Guaratiba foi um dos mais graves, com furtos de peças metálicas, sanitárias, fios elétricos e até portas, mesmo com o parque localizado ao lado de uma delegacia, do posto da Guarda Civil Municipal (GCM) e do pátio de trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Nos parques lineares do Canivete, Caulim, Rapadura e Ipiranguinha, os impactos foram menores, com desenhos que favorecem a observação pelos próprios moradores. Na maioria deles, o problema foi a sujeira e a vegetação alta, ainda que as subprefeituras cooperassem, cedendo equipes para a limpeza. Os danos nos mobiliários urbanos também foram mínimos, devido à robustez dos materiais.

Figuras 70 e 71 – Sanitário vandalizado no Parque Linear Guaratiba e vegetação alta no Parque Linear Canivete (março de 2014). Fotos: Wellington Nagano.

Enquanto nos parques centrais a municipalidade tem interesse de mantê-los preservados por conta da visibilidade política, cobranças da sociedade e da mídia, os parques periféricos não dispõem da mesma atenção. Em 2014, parques como Ibirapuera, Trianon e Aclimação tiveram a vigilância assumida pela GCM, enquanto os mais afastados ficaram sem assistência.

A presença de vigilantes e equipe de manejo são os principais custos dos parques lineares, com valores que chegam a aproximadamente 45% do seu custo de implantação, como informa Silva-Sánchez (2013):

CUSTO DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO ANUAL DE ALGUNS PARQUES LINEARES (2012)				
PARQUE LINEAR	CUSTO IMPLANTAÇÃO	CUSTO VIGILÂNCIA	CUSTO MANEJO	% EM RELAÇÃO A OBRA (APROX.)
Água Vermelha	R\$ 5.261.600,23	R\$ 783.680,55	R\$ 412.674,79	22 %
Fogo	R\$ 1.200.000,00	R\$ 477.931,00	R\$ 149.038,42	44 %
Guaratiba	R\$ 1.662.257,23	R\$ 421.761,15	R\$ 310.899,82	45 %
Itaim Paulista	R\$ 3.500.000,00	R\$ 618.638,50	R\$ 176.261,21	22 %
Mongaguá	R\$ 3.870.129,91	R\$ 433.211,20	R\$ 215.284,96	16 %
Parelheiros	R\$ 1.212.697,31	Não há	R\$ 183.577,50	15 %
Rapadura	R\$ 1.380.480,00	R\$ 238.965,50	R\$ 190.965,95	31 %
Sapé	R\$ 5.187.350,00	R\$ 488.541,55	R\$ 153.530,36	12 %

Tabela 18. Fonte: SILVA-SÁNCHEZ, 2013.

Nesses valores não estão incluídos o consumo de energia, água, telefonia e salários dos administradores de parques, nem os reparos civis após a série de vandalismo nos parques. Após

a depredação de 2014, a reforma do Parque Linear Guaratiba custou R\$ 822.334,79⁴⁹, valor superior ao que foi gasto com manejo e vigilância no parque em 2012.

A redução orçamentária da SVMA a partir de 2012 significou menos recursos para a manutenção e vigilância dos parques lineares, com redução de funcionários terceirizados para tais funções, como é possível observar no quadro abaixo:

RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DE VIGILÂNCIA E MANEJO (2012 E 2017)				
PARQUE LINEAR	VIGILÂNCIA		MANEJO	
	2012	2017	2012	2017
Água Vermelha	12	07	12	-
Aricanduva	S/D	02	S/D	-
Canivete	16	04	09	-
Caulim	-	-	(1)	(1)
Cocaia	-	04	-	04
Feitiço da Vila	(2)	05	(2)	-
Fogo	16	04	-	-
Guaratiba	14	04	09	07
Invernada	S/D	03	S/D	01
Ipiranguinha	12	02	-	-
Itaim Paulista	10	05	06	-
Mongaguá	12	09	08	-
Oratório	(3)	02	(3)	-
Parelheiros	-	02	04	01
Rapadura	S/D	04	S/D	-
Rio Verde	(4)	03	(4)	-
Sape	16	04	05	-
Tiquatira	14	10	23	-
Zilda Arns	S/D	17	S/D	-
TOTAL	122	91	76	13

Tabela 19 – Observações: (1) Equipe de manejo compartilhada com o Parque Linear Cocaia. (2) Parque inaugurado em 2015. (3) Parque inaugurado em 2013. (4) Parque inaugurado no final de 2012. S/D = sem dados. Fonte: levantamento realizado pelo autor.

O corte orçamentário da SVMA atingiu principalmente o setor de manejo, com redução de aproximadamente 80% do efetivo em cinco anos, levando vários parques lineares a dependerem das equipes dos parques urbanos, da subprefeitura ou de mutirões realizados a partir de 2017, com a nova gestão municipal. A vigilância, pelo risco de vandalismo e de ocorrência de crimes, teve redução menor que o manejo, aproximadamente 30%, apesar de alguns parques terem tido redução superior a 75%.

A vigilância é um custo que pode ser reduzido se o desenho do parque for mais integrado com o entorno, sendo visível das residências, incentivando de forma implícita os moradores a observarem e vigiarem o lugar, assim como o estabelecimento de parceria com a Guarda Civil Municipal para a realização de rondas e, ainda, métodos alternativos de vigilância como a presença de câmeras e drones. A redução da despesa de vigilância nos parques lineares seria de até 50%, valor que poderia ser aplicado na ampliação de outras áreas verdes ou usado para restabelecer as equipes de manejo.

A população do parque linear faz vigilância quando há senso de pertencimento delas com aquele lugar. Essa forma de apropriação pode ocorrer através de programas de educação ambiental com a população, ressaltando a importância do parque linear como espaço público e área de preservação ambiental. Conselhos gestores, associações comunitárias e grupos

⁴⁹ Fonte: levantamento realizado pelo autor junto à SVMA.

informais de moradores são formas de organização para a população local discutir com os gestores públicos sobre suas necessidades, assim como promover ações locais, como mutirões para a limpeza, o conserto de brinquedos, etc.

Em alguns parques lineares, a presença do crime organizado ocorre através de três tipos de práticas, com certo grau de interação: as práticas isoladas, as implícitas e as associadas aos eventos de legitimação do crime organizado e, paradoxalmente, de conhecimento público.

As práticas isoladas são aquelas em que usuários ou funcionários são vítimas de roubo, geralmente praticado por pessoas que precisam de objetos para vender ou trocar por entorpecentes. Não são ligados a grupos criminosos e podem ser residentes do entorno ou das redondezas. Esse tipo de crime ocorre geralmente em locais sem visibilidade pública, como fundos de lotes e trechos mal iluminados ou sem movimento de pessoas. Em um determinado parque da Zona Leste de São Paulo, o trabalho de roçagem passou a ser feito manualmente devido aos frequentes roubos das roçadeiras da equipe de manejo.

O segundo tipo de prática associada ao crime organizado é a permanência regular de grupos de jovens que, com frequência, fazem a receptação dos frutos de roubos e furtos, a venda de entorpecentes e a vigilância da movimentação de seguranças e policiais nos parques e suas imediações. Esses grupos preferem permanecer em locais dos quais tenham amplo controle visual da área, mas evitam os lugares mais movimentados. O parque e seu usufruto são pretextos para a permanência desses grupos por longos períodos.

Por último, os eventos de legitimação são formas que uma facção criminosa e suas lideranças usam para marcar sua presença no lugar perante os moradores, os grupos rivais e o próprio Estado. A presença e a participação dos líderes ocorrem com frequência pela indicação dos membros de confiança para integrarem os Conselhos Gestores dos parques, pelo patrocínio de atividades realizadas no local para os moradores do bairro, como festas juninas ou de comemoração do Dia das Crianças, por exemplo, até na interferência na gestão do parque linear. Outro modo de marcar a presença é comprometer-se com a pacificação do bairro e do parque, garantindo a estabilidade de seus próprios negócios ilícitos, evitando a ocorrência de crimes para, assim, não despertar atenção da mídia e das autoridades públicas (ALMEIDA; LEAL, 2013).

Não é raro acontecer de as quadras serem reservadas para determinados grupos em determinados dias da semana, ou que espaços dos parques lineares sejam reservados para festas e até mesmo que a indicação de pessoas para compor a equipe de manejo sejam ações regulares das facções.

É um paradoxo que o parque seja, ao mesmo tempo, espaço que denote a presença do Estado e do crime organizado.

O administrador e os funcionários do parque têm que lidar com a realidade das periferias, onde as altas taxas de crimes e a miséria estão presentes no cotidiano. Buscam, de maneira informal, respeitar as regras dos dois lados – do Estado e do crime organizado – para que possam coexistir no mesmo local.

As regras negociadas incluem desde a proibição de que vigilantes andem com bonés nos parques lineares, para que possam ser identificados, a realização de rondas ou atividades comunitárias em determinados locais e horários, até mesmo a proibição, pela facção criminosa, de que seus membros pratiquem crimes no parque linear.

As relações entre o Estado, crime organizado e comunidade são complexas e contraditórias. Almeida e Leal (2013) afirmam que o crime organizado não pode ser considerado estado paralelo, pois significaria que ambos os poderes procuram os mesmos objetivos. O crime organizado utiliza a ausência e omissão, as contradições e as fragilidades do Estado para se estabelecer no território, com as ações sociais realizadas para manter a população pacificada, estabilizada e sem confrontar com o Estado.

A comunidade convive com os dois poderes, pois diversos integrantes do crime organizado têm ligações familiares ou de convívio com os moradores. Nessas situações, os jardineiros do parque podem atuar como mediadores dos conflitos entre os dois poderes, pois são funcionários do parque linear e, em sua maioria, moradores das cercanias e vivem a mesma realidade que seus vizinhos. Entendem a rede de relações do bairro, têm mais autonomia e liberdade de conversar com membros do crime organizado, pois são figuras familiares do local.

Os vigilantes são vistos, tanto por criminosos quanto por moradores, como representantes da polícia e de seu longo histórico de opressão e arbitrariedade com as camadas mais pobres, mesmo que a função deles nos parques lineares seja a vigilância patrimonial, com pouca atribuição de atuar contra os infratores.

A presença do crime organizado não é exclusiva apenas de parques lineares; há relatos de casos de locação de quadras e comércio de entorpecentes em parques tradicionais⁵⁰. O parque linear, pela ausência de controle de acessos, é mais suscetível a receber diversos tipos de usos, seja a cotidiana ou a ilícita.

O projeto e a gestão podem facilitar ou dificultar a presença do crime organizado nos parques lineares. A implantação de passeios e áreas de estar nos fundos de lotes é propícia para ocorrência de crimes ou para a reunião de grupos que negociam drogas. Ter o parque linear voltado para as residências e comércio é uma forma dos moradores controlarem visualmente o local e oferecer mais segurança ao usuário que utiliza o parque. O playground próximo da calçada é uma forma de atrair crianças e dificultar que grupos do crime organizado se concentrem ali perto. Equipamentos de um único uso, como quadra esportiva ou pista de skate, podem ser apropriados por grupos específicos, atuando como “donos” e expulsando outros usuários.

A gestão pode contribuir positivamente ao incentivar programas de educação ambiental dentro dos parques, como forma de atrair usuários e movimentar o parque; ao contratar funcionários de manejo da vizinhança, por terem maior liberdade de mediar os conflitos dentro do parque; ao atenuar os assuntos cotidianos do parque, seja pelo Conselho Gestor ou visitando regularmente o local, ouvindo e atendendo as solicitações dos usuários; etc. A legitimação do Estado no local é demorada, pois são alterações sociais que levam tempo, uma vez que, nem sempre, a mediação é possível ou tem o efeito esperado. Outro ponto extremamente importante é a continuidade das políticas públicas. Não adiantará nada ter jardineiros que fazem a mediação com o local se, daqui a um ano, o contrato de manejo é cancelado e o parque fica sem equipe.

Solange Silva-Sánchez (2013), por exemplo, coordenou pesquisas com usuários dos parques lineares e moradores do entorno como subsídios para avaliar a pós-implantação dessas

⁵⁰ A ocorrência de crimes nos parques tradicionais, com cercamento, não é exclusividade brasileira. Em Nova Iorque, na década de 1970, eram comuns os crimes e a presença de facções criminosas nos parques municipais, inclusive no *Central Park*.

áreas verdes no período 2002-2012, período compreendido entre a inclusão dos parques lineares no PDE 2002 até o fim do Programa 100 Parques.

Apesar da avaliação e pesquisa envolverem parques de orla, é referência importante para saber como a provisão de áreas verdes para uso público foi percebida pela população. O critério de escolha dos entrevistados foi a condição de residir ou trabalhar perto do parque linear, com cerca de 74% dos entrevistados morando há mais de dez anos no bairro (SILVA-SÁNCHEZ, 2013).

Aproximadamente 80% dos usuários entrevistados conheceram a região antes mesmo da implantação do parque linear, descrevendo que o lugar, anteriormente, era um local de descarte de lixo, abandonado e inseguro (SILVA-SÁNCHEZ, 2013).

PROBLEMAS ANTERIORES À IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR	PRINCIPAIS MUDANÇAS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR
Abandono da área	Aumento da área verde / “contato com a natureza”
Dificuldades de acesso à área	Limpeza / organização do lugar / ambiente agradável
Enchente	Lugar diferenciado / “aconchegante”
Falta de infraestrutura / espaço de lazer	Maior circulação e uso da área pelos moradores
Falta de segurança / criminalidade	Maior facilidade de acesso
Lixo / entulho	Mais espaço de lazer
Lugar “sem paisagem”	Mais segurança
Poluição do córrego	Melhoria nas “condições estéticas” do lugar
Presença de morador de rua	“Sensação de bem-estar”
Prostituição	Urbanização
Uso e comércio de drogas	Valorização imobiliária

Tabela 20 – Fonte: SILVA-SÁNCHEZ, 2013.

De acordo com os entrevistados, a percepção do lugar melhorou após a implantação do parque linear, ainda que reconheçam a permanência de vários problemas, como uso e comércio de entorpecentes (SILVA-SÁNCHEZ, 2013). De modo geral, a percepção dos moradores e usuários foi majoritariamente em relação às questões de mobilidade, acessibilidade, recreação, limpeza, aumento da área verde, da percepção de bem-estar e conforto. Pode-se dizer que os moradores e usuários reconhecem o parque linear, primeiramente, mais como intervenção urbanística do que ambiental. O motivo de não terem percepção de melhoria total das condições naturais é que a recuperação do principal elemento ambiental do parque linear, o córrego, não ocorreu na maioria dos parques lineares, conforme tabela abaixo:

AVALIAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS MUDANÇAS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR (EM %)				
SITUAÇÃO DEPOIS DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE LINEAR	NÃO CONCORDA	CONCORDA PARCIALMENTE	CONCORDA TOTALMENTE	NÃO SABE NÃO ESPONDEU
A qualidade do córrego melhorou	32,6	32,6	13,1	21,7
A área verde aumentou	4,4	39,1	50,0	6,5
Há mais espaço e equipamentos para atividades esportivas	8,7	43,5	47,8	0,0
Há mais equipamentos para atividades de lazer e recreação	10,9	39,1	50,0	0,0
O parque tornou-se um lugar de encontros de amigos/vizinhos/comunidade	10,9	19,5	69,6	0,0
Está mais fácil caminhar no bairro	10,9	13,0	71,7	4,4
Há mais segurança no local	34,8	34,8	30,4	0,0
Há menos lixo no local	6,5	26,1	65,2	2,2
A qualidade de vida no bairro melhorou	6,5	28,3	60,8	2,2

Tabela 21 – Fonte: SILVA-SÁNCHEZ, 2013.

De modo geral, a implantação de parques lineares na periferia mostrou-se bem aceita pela população, tornando os parques pontos de encontro, de atividades esportivas, recreativas, de mobilidade dentro do bairro e de aumento da área verde. Por outro lado, questões como insegurança e qualidade do córrego mostram as preocupações dos usuários dos parques com aproximadamente dois terços reprovando ou aprovando parcialmente as mudanças no curso d'água.

Nota-se que os usuários e moradores do entorno dos parques lineares citam as principais características que o espaço público deve ter: conforto, segurança, acesso (apesar de alguns exemplos mostrarem o quão questionável é esse item), local de encontro e prática de atividades. Reconhecem que o parque linear trouxe benefícios para o local, como a urbanização e valorização imobiliária. Em locais periféricos, a implantação de espaços públicos está em segundo plano, depois de educação e saúde. Não se deve negar a importância desses dois últimos itens. Mas ter um plano de implantação de espaços públicos acessíveis, democráticos, apropriados e compactuados com a população deveria ser política pública do Estado. Um parque linear pode ser caminho seguro para as crianças irem para as escolas, uma praça em frente ao posto de saúde pode ser utilizada como extensão do equipamento para atividades esportivas, um pequeno largo próximo do comércio do bairro pode ser o ponto nevralgico da região, local de encontros, reuniões e manifestações.

2.13 - A GESTÃO PRIVADA DE PARQUES NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

São Paulo teve a primeira experiência em concessão de parques em 1995 com o Parque Burle Marx, na região do Panamby. Com 138.000 m², a área verde está localizada na antiga Chácara Tanguará, ex-propriedade de Francisco “Baby” Pignatari. A residência foi projetada por Oscar Niemeyer – construída parcialmente e depois demolida, e os jardins são de autoria do Roberto Burle Marx.

Após a morte de Pignatari, em 1986 a chácara foi vendida à Lubeca Empreendimentos Imobiliários, empresa ligada ao grupo argentino Bunge y Born. A Lubeca pretendia transformar toda a chácara em empreendimento imobiliário, levando grupos preservacionistas e entidades de classes⁵¹ a pedirem que a legislação ambiental vigente fosse aplicada para proteger a vegetação da chácara (BARROSO, 2006).

Diante do impasse com grupos de preservação⁵² e pelo tombamento da vegetação existente pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT) e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Artístico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), a Lubeca entrou em negociações com a prefeitura, na gestão de Luiz Erundina (1989-1992), para resolver o imbróglio. Em 4 de setembro de 1989 foi firmado acordo entre a Prefeitura de São Paulo e a Lubeca, com os seguintes termos:

⁵¹ Dentre as entidades de classes destacam-se: Sindicato dos Arquitetos de São Paulo (SASP), Federação Nacional e Arquitetos (FNA), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e Sindicato dos Geólogos do Estado de São Paulo – SINGESP (BARROSO, 2006).

⁵² Inicialmente, o tombamento da vegetação envolvia todo o empreendimento, não apenas do parque (BARROSO, op. cit.)

- Doação de terreno com 24.110,78 m² para creche pública de 600 m², a ser construída pela Lubeca.

- Doação de dois terrenos com 138.279,22 m² para implantação de parques.

- Recomposição paisagística dos jardins do Roberto Burle Marx.

- Recuperação da vegetação degradada dos dois parques, sob orientação do DEPAVE.

- Doação de 5.000 mudas pela Lubeca para arborização viária no Campo Limpo (Prefeitura Regional onde situa o Parque Burle Marx).

- Obrigação da empreendedora de manter a vegetação existente nos lotes privados, de acordo com as orientações do professor Hermógenes de Freitas Leitão Filho, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

- Transplantar dentro do empreendimento as árvores removidas para o assentamento dos edifícios, sob supervisão do DEPAVE.

- Direito à Lubeca de computar o valor equivalente de Coeficiente de Aproveitamento das áreas doadas como forma de manter o potencial construtivo inalterado, mesmo com a cessão de áreas.

Depois de alguns impasses com os órgãos de tombamento, em 1995 era lançado o primeiro empreendimento imobiliário do loteamento e criado o Parque Burle Marx, através do Decreto 35.537, de 29 de setembro de 1995. Anexo ao Decreto de Criação do Parque consta o regulamento das atividades proibidas no local, dentre as quais: comércio ambulante, entrada de usuários com animais, realização de atividade esportiva – exceto *jogging* – colher flores ou plantas, usar churrasqueiras, atividade de modelismo e realização de piqueniques. As atividades permitidas são tão restritivas que tornam a experiência do parque restrita à contemplação da natureza, com restrições semelhantes aos parques americanos e europeus do final do Século XIX.

Além do regulamento, há estratégias sutis para controlar a apropriação do lugar, de atividades e manifestações espontâneas, como ocorrem nos parques contemporâneos. A quase inexistência de calçadas no entorno do parque, como forma de incentivar o uso do automóvel para se chegar ao local e gerar mais receitas de estacionamento é um exemplo; não há pontos de ônibus junto às entradas ou nas proximidades do parque, desestimulando o acesso por meio de transporte público. As atividades promovidas dentro do parque são voltadas para determinados perfis de públicos, em sua maioria aqueles que possuem poder de compra alto.

Figura 72 - Parque Burle Marx: a área em verde claro não pertence ao parque, sendo utilizado apenas como acesso e estacionamento. Desenho: Wellington Nagano sobre a imagem aérea do Google Earth.

No dia 30 de outubro de 1995, foi firmado o convênio entre a SVMA e a Fundação Aron Birmann para a gestão do parque. Pelo acordo, a SVMA é responsável pelas diretrizes de gerenciamento e utilização do parque; pela avaliação e promoção de políticas públicas, de acordo com os estudos elaborados no âmbito do convênio; e pela criação de comissão de três membros da secretaria para acompanhar a gestão do parque. As atribuições da Fundação Aron Birmann são a garantia do cumprimento do regulamento estabelecido pelo Decreto 35.537, que envolvem a conservação da vegetação e edificações e busca de formas de arrecadação de recursos, sendo que, na insuficiência de capital, a Fundação deverá fazer aporte.

As principais fontes de arrecadação do Parque Burle Marx são a locação para realização de eventos, filmagens, fotografias comerciais, barracas de feira e *food trucks*, cobrança de estacionamento e de mensalidade dos associados, doação individual, adoção por particulares de bancos ou árvores⁵³. Há voluntários que realizam atividades de trilhas, educação ambiental, manutenção dos jardins, etc.

Mesmo com diversas fontes de renda, o parque não é autossuficiente financeiramente, dependendo dos aportes da FAB para zerar o déficit, conforme o gráfico abaixo:

⁵³ Prática comum no exterior, em troca de doação, uma árvore, banco, bloco intertravado ou espaço recebe o nome do patrocinador.

Gráfico 6 – De 2007 a 2015, em nenhum ano o parque conseguiu equalizar as receitas com as despesas. Das receitas atuais, aproximadamente 35% provêm da cobrança de estacionamento, a maior fonte de recursos do parque. Fonte: DOMINGUES, 2015.

Os empreendedores do entorno utilizam o Parque Burle Marx como forma de valorização dos edifícios, promovendo a visão para o parque como estratégia de venda. A forma de gestão do parque não visa atrair a população, mas selecionar um público-alvo que pode ser usado para angariar atividades, eventos e serviços voltados para eles. A municipalidade corrobora com a gestão do parque ao colocar diversas restrições no regulamento e por não exigir maior contrapartida do gestor do parque, como construção de calçadas, acesso por ônibus, etc. O contato da cidade com o parque ocorre a distância, restrita aos moradores e motoristas que transitam na Marginal Pinheiros.

Menos comentado que o Burle Marx, o Parque Lina e Paulo Raia surgiu da parceria entre a SVMA e o Banco Itaú, como termo de compensação da construção da sede do banco ao lado do Metrô Conceição, Zona Sul, na década de 1970. O acordo é vitalício e estipulou que o Banco Itaú fosse o responsável por construir o parque de 15.000 m² adjacente à sede e por prover recursos para a gestão do lugar. Apesar da implantação do parque ser de 1985, apenas em 2004 o acordo entrou em vigor (WHATELY et al., 2008).

Figura 73 – Implantação do Parque Lina e Paulo Raia. Desenho: Wellington Nagano sobre a imagem aérea do Google Earth.

A Fundação Itaú Social é responsável pela manutenção e vigilância e a SVMA indica o administrador do parque, responsável pelo livro de ocorrências, que é apresentado à Fundação Itaú Social. No livro, além das ocorrências cotidianas do parque, são solicitados itens que não fazem parte do acordo entre a SVMA e a Fundação. Nessas situações, a entidade analisa o pedido e decide se aprova ou não a verba para a solicitação. Em 2012, o custo da manutenção do parque pela Fundação foi de R\$ 614 mil, sendo R\$ 42 mil despesas extraordinárias referentes à compra de equipamentos de ginástica (BANCO ITAÚ, 2013).

Para o Banco Itaú, manter o parque não significa apenas cumprir o termo de cooperação: é de seu total interesse que o entorno seja parte da imagem corporativa do centro empresarial⁵⁴. Ao contrário do Parque Burle Marx, a gestão do Parque Paulo e Lina Raia é híbrida, pois a SVMA continua representada pelo administrador de parque, com a possibilidade dos programas e ações serem alinhadas com as políticas da secretaria. Por outro lado, a participação de entidades privadas permite que as demandas de necessidades do parque sejam atendidas de forma mais eficiente, sem a obrigação de se abrir licitação como exigida pela Lei 8.666/1993, agilizando a contratação de serviços e evitando, assim, a utilização de recursos públicos.

A semelhança entre os dois parques é que os empreendimentos imobiliários têm interesse em mantê-los, pois são formas de valorizar seus ativos. A aparente despesa de manutenção do parque é, na verdade, investimento para preservar ou valorizar os ativos imobiliários. O aporte que a Fundação Aron Birman faz no Parque Burle Marx é insignificante

⁵⁴ O Banco Itaú colaborou na reforma das galerias de águas pluviais das vias do entorno da sede, na troca da iluminação pública da região e na reforma de uma delegacia próxima.

perto dos valores do metro quadrado lançados na região⁵⁵, e o custo de R\$ 614 mil do Parque Lina e Paulo Raia em 2012 representou 0,004% do lucro de R\$ 13,5 bilhões que o Banco Itaú⁵⁶ registrou no mesmo período.

2.14 - A CONCESSÃO DOS PARQUES MUNICIPAIS

Com a mudança de administração em 2017 no município de São Paulo, o novo prefeito João Dória anunciou que os parques administrados pela SVMA serão concedidos para gestores privados, devido à incapacidade orçamentária da prefeitura em mantê-los. É parte do Programa de Governo do atual prefeito conceder ou privatizar bens de propriedade municipal, como o Estádio do Pacaembu, Centro de Convenções Anhembi e o Autódromo de Interlagos.

Para a atual administração municipal, os problemas municipais são causados pela fraca gestão e burocracia do setor público e isso se resolveria com “choque de gestão” na administração pública, com modelo próximo ao do setor privado. O objetivo é criar um ambiente de negócios convidativo aos empresários e investidores.

O primeiro parque concedido para gestão privada foi o Alfredo Volpi, na Zona Oeste, em abril de 2017. Durante um ano, a Rede D’or São Luiz será responsável pela manutenção e vigilância do parque de 14.000 m², com custo de aproximadamente R\$ 1,3 milhão. A preservação do parque pelo grupo hospitalar é de particular interesse, visto que uma de suas unidades está próxima ao parque.

Em 10 de maio de 2017, a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias (SMDP) anunciou o Chamamento Público de Procedimento de Manifestação de Interesse para 14 parques municipais, para que os grupos apresentassem modelagem econômica, jurídica, operacional e de projeto, como forma de saber qual é a melhor forma de concessão para os parques.

Os parques escolhidos têm áreas superiores a 25 mil metros quadrados, sendo oito deles localizados em prefeituras regionais com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima da média municipal, três sendo parques periféricos com grande extensão territorial (Anhanguera, Carmo e Trote), dois estando em áreas mais nobres de suas prefeituras regionais (Cidade de Toronto e Lydia Natalizio Diogo) e um situado fora do município de São Paulo, o CEMUCAM.

⁵⁵ Como exemplo, em 2015 a Fundação Aron Birmann fez aporte de cerca de R\$ 250 mil no Parque Burle Marx, aproximadamente R\$ 1,9 mil/m². No mesmo período, o metro quadrado do Panamby era de R\$ 7,3 mil. Fonte: <http://vejasp.abril.com.br/cidades/os-bairros-mais-caros-e-baratos/>. Acessado dia 05 de junho de 2017.

⁵⁶ Fonte: <http://exame.abril.com.br/negocios/itau-tem-2o-maior-lucro-da-historia-dos-bancos-em-2012/>. Acessado dia 05 de junho de 2017.

PARQUES MUNICIPAIS A SEREM REALIZADOS ESTUDOS DE CONCESSÃO	
PARQUE	PREFEITURA REGIONAL
1 Aclimação	Sé
2 Anhanguera	Perus
3 Buenos Aires	Sé
4 Carmo	Itaquera
5 CEMUCAM	Cidade de Cotia
6 Chácara do Jockey	Butantã
7 Chuvisco	Jabaquara
8 Cidade de Toronto	Pirituba
9 Ibirapuera	Vila Mariana
10 Independência	Ipiranga
11 Luz	Sé
12 Lydia Natalizio Diogo	Vila Prudente
13 Trianon	Pinheiros
14 Trote	Vila Guilherme

Tabela 22. Fonte: SMDP, 2017.

Informalmente, os parques a serem concedidos são chamados pela administração municipal de “parques-âncoras”, pois quem assumir algum desses parques terá que se comprometer com a gestão dos parques da periferia que possuem baixa possibilidade de geração de receitas. A concessão de ativos rentáveis junto com deficitários seria uma forma de se evitar que o capital privado ficasse apenas com os lucrativos, enquanto o Poder Público administraria os deficitários.

Mas os parques não se encaixam nessa teoria de rentabilidade econômica, pois são espaços públicos com objetivos ambientais, sociais, urbanísticos e paisagísticos. Parque tem função de prover áreas verdes para uso público, de prover o convívio com o diferente, de amenizar o microclima urbano e preservar a história do lugar. O discurso oficial não considera a realidade paulistana e a análise mais profunda dos modelos de gestão privada de parques estrangeiros.

Em Nova Iorque, por exemplo, cidade que tem um PIB comparável ao do Brasil, a *Central Park Conservancy* não é autossuficiente, mesmo com a prefeitura arcando com parte das despesas. O *Rose Fitzgerald Kennedy Greenway Conservancy* consegue arrecadar 60% do orçamento do parque (RFKGC, s/d). Em São Paulo, o Parque Burle Marx – como comentado anteriormente, precisa dos aportes da Fundação Aron Birman para zerar as despesas.

Diante dessa situação, e como forma de atrair interessados, o governo municipal planeja alterar as regras dos parques, permitindo o comércio de alimentos, a cobrança de estacionamento, a realização de feiras gastronômicas, a locação de equipamentos, a publicidade dentro dos parques e até mesmo a cessão de *naming rights*⁵⁷ como forma de gerar receitas. Incentivar a geração de renda no parque não deve ser realizada de tal forma que diminua a sua importância ambiental, social e urbanística e, assim, passem a ser vistos como espaços de produção econômica, mudando a concepção de espaço público acessível a todos para uma área de determinado perfil socioeconômico. O “espaço gourmet”, por exemplo, pode inibir pessoas

⁵⁷ Prática em que um determinado equipamento (estádios, teatros, museus, etc.) permite que uma empresa coloque seu nome no imóvel em troca de patrocínio.

de baixa renda a utilizarem o parque e determinadas atividades, como playground e quadra esportiva, podem ser cobradas.

Cada “parque-âncora” tem peculiaridades que podem inviabilizar a concessão da forma que é planejada. O primeiro item é o físico, a maioria deles é densamente arborizada, inviabilizando atividades que exigem áreas livres ou a instalação de equipamentos (shows e quiosques, por exemplo). Outros não têm áreas para estacionamento e os Parques da Luz, Trianon, Aclimação e Independência são tombados, com restrições para exploração comercial.

A influência do pensamento neoliberal da nova administração ao defender o Estado mínimo é confrontada pela simplificação dos problemas e das soluções, resultando em visão deturpada da realidade paulistana, como a gestão dos parques. Quando questionados, os novos gestores públicos citam a experiência americana na concessão de espaços públicos como modelo a ser seguido.

As primeiras iniciativas de se buscar formas de os parques se auto sustentarem ocorreram no final da década de 1970, quando a crise fiscal das cidades norte-americanas as obrigou a procurar alternativas de recursos para o custeio dos parques. São Francisco e Nova Iorque foram pioneiras em buscar recursos com o setor privado (HARNIK e MARTIN, 2015).

Nova Iorque foi a primeira cidade americana a oficializar parcerias com entidades fora do Poder Público. O então prefeito, Ed Koch, e o então comissário de parques, Gordon Davis, criaram, em 1978, o cargo de administrador do *Central Park*, com a finalidade de supervisionar as operações cotidianas, engajar a população do entorno com o local e buscar parcerias privadas para revitalização do parque. Em 1980 foi criada a *Central Park Conservancy*, entidade sem fins lucrativos para explorar formas de gerenciar o principal parque da cidade, que havia se tornado um lugar sujo, com aspecto de abandonado e inseguro, mesmo localizado em uma das regiões mais valorizadas do mundo.

Coube à Betsy Rogers a responsabilidade de administrar o parque e, posteriormente, ser presidente da *Central Park Conservancy*. Ela prestava contas tanto para o Departamento de Parques nova-iorquino quanto para a entidade. Como funcionária da prefeitura, era a responsável pelas políticas públicas dentro do parque e, como presidente da entidade, ela procurava formas de financiamentos alternativos para determinados projetos. A posição dela exigia constante adaptabilidade, sensibilidade política e habilidade em comunicar com as pessoas, evitando procedimentos burocráticos (HARNIK e MARTIN, 2015).

A primeira ação do *Central Park Conservancy* foi transformar o Chalé Dairy em centro de visitantes, reforma de baixa complexidade e que seria teste para atrair doadores. Inicialmente, um terço do orçamento veio de doações e o Departamento de Parques completou o restante e forneceu a equipe para a reforma. O resultado animou o Departamento de Parques e a *Central Park Conservancy* a fazerem projetos maiores de revitalização. Após quase quatro décadas, a entidade é hoje responsável pelo custeio de 95% dos funcionários e arrecada cerca de 75% do orçamento do parque (HARNIK e MARTIN, 2015). A prefeitura de Nova Iorque continua proprietária da área, é responsável pela vigilância, da manutenção do zoológico e colabora nas decisões de planejamento, enquanto a *Central Park Conservancy* atua no gerenciamento do parque e programação.

A experiência do *Central Park* estimulou o Departamento de Parques a aplicar esse método no *Prospect Park*, no Brooklin, no início da década de 1980. Assim como o *Central Park*, o *Prospect Park* foi projetado por Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux. Na década de 1970, o

parque era evitado por moradores, edifícios históricos estavam fechados e diversos monumentos quebrados.

A missão da então nova administradora, Tupper Thomas, foi trazer a população para o parque, estabelecer programas de investimentos e encontrar financiamento privado. Entretanto, o *Prospect Park* não tinha na vizinhança doadores ricos como o *Central Park* e nem visibilidade pública para atraí-los. Thomas, então, expulsou traficantes de drogas com a ajuda da polícia e organizou expedições científicas com alunos das escolas locais como forma de eles conhecerem o parque e voltarem posteriormente com seus pais, movimentando assim o local e aumentando a percepção de segurança. Em reuniões com os moradores, a administradora buscava atrair para o conselho gestor do parque pessoas de diferentes posições sociais para ter diversos pontos de vista sobre a gestão. Em 1987, foi criado o *Prospect Park Alliance* para auxiliar na gestão do local.

Para arrecadar fundos sem depender de doações, Thomas reformou o carrossel e passou alugá-lo, como forma de gerar receita para os projetos, reformas e manutenção do parque. Trinta anos depois da fundação, o *Prospect Park Alliance* é responsável pela manutenção do parque e o orçamento passou de U\$ 200 mil, em 1987, para U\$ 12 milhões, em 2014 (HARNIK e MARTIN, 2015). Um terço da verba provém da municipalidade, outro terço de filantropia e o restante de locação de equipamentos dentro do parque, como o carrossel, quadras de tênis e pedalinhas.

O *Central Park* e o *Prospect Park* foram requalificados por meio de criação de entidades sem fins lucrativos, com doações, voluntarismo e geração de renda, mas sempre com presença do Departamento de Parques no planejamento ou de estabelecer ações dentro dos parques. Enquanto isso, outro parque nova-iorquino buscou uma forma diferente de gestão de receitas: o *Bryant Park*.

Localizado em Midtown, Manhattan, o parque está atrás da Biblioteca Pública de Nova Iorque. Assim como o *Central Park* e o *Prospect Park*, na década de 1970 o parque estava abandonado, depredado e era evitado pela população.

Em 1980, é criado o *Bryant Park Restoration Corporation* (BPRC), com a finalidade de buscar recursos externos para a requalificação do parque, com o apoio financeiro do *Rockefeller Brothers Fund*. A primeira estratégia foi criar programação de eventos de baixo custo para atrair usuários, como feiras de gastronomia, troca de livros e pequenas atrações artísticas. Em 1988 foi firmado o acordo de cessão da gestão do parque para a BPRC, por 15 anos.

De 1988 a 1992, o parque esteve fechado para reforma, com a remoção de barreiras visuais e físicas, o aumento da acessibilidade (ALEX, 2008) e o rebaixamento do terreno para o nível da calçada, tornando-o mais visível para quem estivesse na rua. Foram construídos restaurantes e quiosques como forma de gerar receita e atrair usuários. A utilização do parque pode ser observada por números: no horário de almoço, cerca de 4.000 pessoas transitam no local, uma média de 400 pessoas/acre (BERNSTEIN, 2015) e é o segundo maior polo de xadrez da cidade, mesmo com a cobrança pelo uso do tabuleiro.

A *Bryant Park Corporation* (antiga BPRC) é a atual responsável pela gestão do parque. Fundada como *Business Improvement District* (BID), seus recursos provêm das taxas cobradas dos edifícios do entorno, da receita gerada pela locação de equipamentos e também de doações. Em 2016, as receitas provenientes foram de U\$ 11,9 milhões e as despesas de U\$ 13,4 milhões (BPC, 2016).

Daniel Bierderman⁵⁸, co-fundador do *Bryant Park Corporation*, defende que a gestão do espaço público deve ser realizada através da observação das atividades que ocorrem, o perfil do usuário (etnia, gênero e classe social), pesquisas com os frequentadores, sobre temas como limpeza, segurança e qualidade dos equipamentos, rigor e agilidade da manutenção para resolver os problemas e contagem de usuários como medidor de apropriação do lugar.

Figura 74 – Processo de análise da BRV para requalificação do Military Park, com diretrizes de requalificação do parque. Fonte: <http://www.newarkpulse.com/ews/detail/a-new-military-park>, acesso: dia 21 de setembro de 2016.

A experiência nova-iorquina, seja das *conservancies*, que são associações sem fins lucrativos, cuja única atividade é a gestão do parque, ou do *Bryant Park*, é sempre defendida pelos gestores públicos como referência de parceria entre os setores público e o privado. Contudo, há diferenças entre os modelos nova-iorquinos e o que é proposto para os parques paulistanos.

A primeira é a natureza da entidade gestora do parque, se ela é de interesse público ou privada. A maioria dos parques concedidos em Nova Iorque e em outras cidades norte-americanas é constituída por meio das *conservancies*. O segundo item é que as *conservancies* buscam complementar o orçamento do parque trabalhando de forma conjunta com o gestor público. Uma *conservancy* é organizada para ser a interlocutora entre o Departamento de Parques, moradores e frequentadores, com todos eles possuindo representantes no quadro de conselheiros do parque.

As *conservancies* evitam ser concessionárias de serviços no parque, como estacionamento, pois acreditam que essas atividades fogem do princípio que toda estrutura do parque seja de uso irrestrito e pode alterar o perfil do usuário, mudando a imagem do parque (HARNIK e MARTIN, 2015).

⁵⁸ Com a experiência adquirida no *Bryant Park* e nos BIDs *Grand Central Partnership* e *34th Street Partnership*, Bierderman criou a *Bierderman Redevelopment Ventures* – BRV para consultoria e gestão dos espaços públicos. Até 2015, a BRV inaugurou ou reformou sete parques, tendo outros quinze sob consultoria ou reforma (BERNSTEIN, 2015). Dentre os parques sob a gestão da BRV estão o *Klyde Warren Park* (Dallas), *Canalside* (Buffalo) e o *Military Park* (Nova Jersey).

Para muitas *conservancies*, ter concessões dentro do parque significa montar estrutura administrativa para fiscalizar e acompanhar o concessionário, fazendo com que os benefícios não sejam suficientes para o considerável esforço realizado (HARNIK e MARTIN, 2015). Há exceções, como o *Forest Park Forever* e o *Prospect Park Alliance*, pois os valores das doações são baixos.

É inegável que os parques precisam buscar fontes alternativas de recursos para sua manutenção, mas, como mostrado nos casos americanos, é impossível ter a totalidade de recursos provenientes de doações, mensalidades, patrocínios e exploração comercial. Cabe, então, ao Estado buscar parcerias com a sociedade para auxiliar na gestão, como nas *conservancies* americanas. Em São Paulo, há número crescente de coletivos urbanos ligados à recuperação de espaços públicos que podem desempenhar esse papel, alguns já atuando em parques, seja de forma estruturada ou empiricamente.

Figura 75 - Coletivo fazendo serviços de reparo no Parque Linear Canivete. Grupos coletivos são formas de intermédio entre os moradores do entorno do parque e o Poder Público. Foto: Rafael Sposito.

O Parque Ibirapuera Conservação (PIC) é um desses grupos que propõem auxiliar o gestor público na manutenção dos parques, no caso o Ibirapuera. Fundada em 2014, o PIC realizou até agora a reforma do Bosque da Leitura do parque. No quadro administrativo, há executivos de grandes grupos nacionais e internacionais, abrangendo apenas uma parte dos usuários do parque. A renda é proveniente basicamente de doações, mensalidades e patrocínios de empresas. Em 2015, foram arrecadados R\$ 559 mil em doações, sendo R\$ 285 mil em trabalho voluntário (PIC, 2016), tendo, portanto, uma doação líquida de R\$ 274 mil.

A participação de grupos privados, sejam de empresas ou organizações do terceiro setor, na gestão dos parques ainda é embrionária em São Paulo. Com exceção da Fundação Itaú e da Fundação Aron Birman, a presença desses grupos é feita de maneira mais informal e local. Trata-se de uma oportunidade para a prefeitura trazer esses grupos, oficialmente, para a gestão dos parques. A atuação deles seria complementar, como a arrecadação de recursos, organização de eventos, programas de educação ambiental, diálogo com os moradores e de voluntariado nos parques, mas sempre com a prefeitura sendo a responsável pela gestão das áreas verdes.

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO PÓS-IMPLANTAÇÃO | PARQUE LINEAR ITAIM

Este capítulo analisará o Parque Linear Itaim, no extremo leste da capital paulista, na Prefeitura Regional de Itaim Paulista. Foi um dos primeiros parques lineares a serem implantados em São Paulo, previsto tanto no Programa de Parques Lineares quanto no 100 Parques. Além disso, a FUPAM foi contratada pela SVMA para elaborar as diretrizes do parque linear. A compreensão de dados econômicos, históricos, sociais e de políticas ambientais é importante para entender como essas condicionantes interferem no parque linear.

Alguns dados apresentados se referem à toda Prefeitura Regional Itaim Paulista, composta pelos distritos de Vila Curuçá e Itaim Paulista, outros apenas do distrito do Itaim Paulista ou de áreas adjacentes ao Parque Linear Itaim. A análise não tem o objetivo de generalizar os parques lineares em São Paulo, pois cada um tem histórico, situação fundiária, morfologia e ocupação diferentes do outro. Este estudo pretende, no entanto, mostrar os desafios de planejamento, de projeto e de gestão desses espaços públicos em áreas periféricas.

3.1 - A PREFEITURA REGIONAL ITAIM PAULISTA - CONTEXTUALIZAÇÃO

Localizada a 20 quilômetros da Praça da Sé, a Prefeitura Regional Itaim Paulista está no extremo leste de São Paulo, junto à divisa dos municípios de Itaquaquecetuba (leste), Ferraz de Vasconcelos (sul) e das prefeituras regionais de Guaianases (sul) e São Miguel Paulista (oeste e norte). Com 20,7 km² de área, a Prefeitura Regional é dividida em dois distritos: Itaim Paulista e Vila Curuçá.

Figura 76 – Localização da Prefeitura Regional Itaim Paulista. Desenho: Wellington Nagano.

Situada na várzea do Rio Tietê, a Prefeitura Regional tem seis córregos principais: Três Pontes (na divisa entre São Paulo e Itaquaquecetuba); Tijuco Preto; Itaim⁵⁹; Lajeado; Água Vermelha e Itaquera-Itaqueruna (divisa da Prefeitura Regional Itaim com a Prefeitura Regional de São Miguel Paulista). Os córregos têm como características em comum serem afluentes do Rio Tietê, com densa urbanização em suas margens e todos com percurso sentido sul-norte. Eles foram planejados para ser parques lineares, dos quais apenas o Itaim e a Fase I do Água Vermelha foram implantados. Na época da publicação do Plano Regional Estratégico da Subprefeitura Itaim Paulista, em 2004, alguns dos principais córregos não tinham ocupações junto às margens. Um deles, o Três Pontes, pode ser implantado em apenas uma das margens por fazer divisa com o município de Itaquaquecetuba, sendo necessária a articulação com aquela cidade para viabilizar o parque linear nas duas margens.

Figura 77 – Hidrografia do Itaim Paulista, em destaque a Bacia do Córrego Itaim. Desenho: Wellington Nagano.

Os primeiros assentamentos na região da Prefeitura Regional Itaim Paulista remontam ao século XVII, quando o colono Domingos Góes recebeu sesmarias do governo colonial. Sem utilizá-las, as terras voltaram para o governo colonial e doadas em 1621 aos padres carmelitas, que posteriormente construíram no local uma capela de taipa, como parte da Fazenda Biacica, próxima ao Rio Tietê. A chegada dos padres carmelitas e a construção da capela foram marcos de ocupação da região (FTS, 2008). A capela, com diversas ampliações e reformas, existe até

⁵⁹ Há outro Córrego Itaim em São Paulo, localizado na Prefeitura Regional do Butantã. Também é previsto parque linear em suas margens.

hoje, sendo parte do futuro Núcleo Biacica do Parque Várzeas do Tietê, na Prefeitura Regional de São Miguel Paulista.

A dificuldade de se encontrar mão de obra barata para trabalhar nas fazendas mantidas pelos padres carmelitas levou ao declínio econômico delas. Sem mão de obra, as propriedades foram sendo vendidas no início do século XX, dentre elas a Fazenda Biacica (MELO, 2006). A modernização da antiga estrada dos tropeiros São Paulo-Rio de Janeiro (atual Avenida Marechal Tito), em 1922, e a chegada da ferrovia Variante de Poá (1934) foram estímulos para famílias tradicionais paulistanas, como Silva Teles, Prado, Seabra e Bresser, lotearem a região com terrenos com área entre 5.000 m² e 10.000 m², destinados a pequenas chácaras (MELO, 2006). Na mesma época da inauguração da ferrovia foi instalada a empresa Nitroquímica, localizada na área englobada pela atual Prefeitura Regional de São Miguel Paulista, atraindo diversas pessoas que passaram a trabalhar ou morar na região.

Em meados da década de 1950, a região possuía chácaras de famílias japonesas, húngaras e italianas (BURGOS, s/d) e o processo de urbanização começou a acelerar, fato comum em outros bairros periféricos de São Paulo, conforme já comentado no Capítulo I. Entre 1950 e 1970, a população da região do Itaim Paulista aumentou 807%⁶⁰, passando de 12.722 habitantes para 102.779 (INFOCIDADE, s/d - A). Como referência, a população da cidade de São Paulo cresceu neste período 275%.

Através da Lei Estadual 2.343/1980, o bairro do Itaim Paulista é elevado a distrito administrativo da Administração Regional de São Miguel Paulista. O Distrito de Itaim Paulista tornou-se Administração Regional (AR) por meio da Lei 10.135/1986, com duração efêmera, sendo revogada com o Decreto 27.690/1989, voltando a ser distrito da AR de São Miguel Paulista. A revogação se deu devido ao contingenciamento de recursos aplicado pela recém-empossada prefeita Luiza Erundina (SÃO PAULO, 1989).

Em 2000, o Decreto 39.597 reestabeleceu a AR do Itaim Paulista, compreendendo perímetro do distrito homônimo. A incorporação do Distrito de Vila Curuçá ocorreu pela Lei 13.399/2002, quando foi criada a Subprefeitura Itaim Paulista, formado pelos dois distritos atuais.

⁶⁰ Apesar do aumento expressivo da população do Itaim Paulista em duas décadas, o crescimento foi menor que diversas prefeituras regionais, como Itaquera (850%), Guaianases (890%), Campo Limpo (975%), São Miguel Paulista e M'Boi Mirim (1.100%) e Capela do Socorro (1.575%) (INFOCIDADE, s/d - A).

Figura 78 – Vias principais, estações, hidrografia principal, centro comercial, CEUs e parques da Prefeitura Regional Itaim Paulista. Desenho: Wellington Nagano.

Até o ano 2000, o crescimento demográfico do Itaim Paulista era superior à média municipal (SMDU, 2015), mas os investimentos públicos na região não foram acompanhados do equivalente aumento da população. Quando havia investimentos, eles eram restritos à construção de escolas e unidades de saúde, sem outras melhorias em saneamento básico, mobilidade, segurança, áreas de lazer, de espaços públicos e políticas públicas que pudessem contribuir para a geração de empregos na região. Os resultados de anos de omissão de investimentos públicos no Itaim Paulista no passado refletem nos índices socioeconômicos atuais, como o quinto pior IDH da capital paulista; sendo a Prefeitura Regional responsável por apenas 0,6% dos empregos gerados no município. O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) da Prefeitura Regional Itaim Paulista tem 29% da população nos grupos 5 e 6, os mais vulneráveis. No Distrito de Itaim Paulista esse valor sobe para 35% e na Vila Curuçá o índice é de 20% (SMDU, 2015).

Índice de Desenvolvimento Humano
das Prefeitura Regionais da Zona Leste de São Paulo - 2010

Gráfico 7 – A Prefeitura Regional Itaim tem o terceiro pior IDH da Zona Leste de São Paulo. Fonte: SMDU, 2015.

A população da Prefeitura Regional do Itaim Paulista atingiu 373.238 habitantes em 2012, sendo 224.759 residindo no Distrito de Itaim Paulista e os outros 148.759 no Distrito de Vila Curuçá. Segundo o Infocidade (s/d - B), a partir de 2020 haverá o declínio da população da Prefeitura Regional Itaim Paulista.

POPULAÇÃO DA PREFEITURA REGIONAL ITAIM PAULISTA E DE SEUS DISTRITOS							
DISTRITO	2008	2012	2017	2020	2025	2030	2040
Itaim Paulista	222.015	224.759	226.003	226.408	226.462	225.676	221.264
Vila Curuçá	148.707	148.479	146.745	145.493	143.036	140.099	132.696
Total: PR Itaim Paulista	370.722	373.238	372.748	371.901	369.498	365.775	353.960

Tabela 23 – Fonte: Infocidade, s/d - B.

Observa-se que o crescimento demográfico atual da população da Prefeitura Regional se concentra no Distrito de Itaim Paulista, atenuando o declínio populacional da Vila Curuçá. Em 2040, a população do Distrito de Vila Curuçá será aproximadamente 11% menor que em 2008, e no Distrito de Itaim Paulista 0,4% menor, pois o declínio demográfico desse distrito só ocorrerá a partir de 2025. Em 2040, a Prefeitura Regional, como um todo, terá população 4,5% menor que em 2008.

Como referência, na década de 1980, o crescimento demográfico da Prefeitura Regional Itaim Paulista foi de 3,2%, o que equivale a duas vezes e meia a média municipal no mesmo período. Na década seguinte foi de 2,5% (quase três vezes a média municipal), sendo que, apenas na década de 2000, o aumento populacional foi abaixo da média municipal: 0,4% contra 0,8% (SMDU, 2015).

A estabilidade demográfica na Prefeitura Regional Itaim Paulista é importante para o planejamento, para as políticas públicas e para a elaboração de cenários futuros, pois há menos pressão por aumento de vagas em escolas e creches, podendo, assim, oferecer serviços melhores e mais eficientes à população local.

Por outro lado, a população da Prefeitura Regional Itaim Paulista será mais velha. Comparando com 2000, o índice de envelhecimento em 2010 quase dobrou, registrando um

aumento de 32,66%. Em 2040, a proporção de idosos será maior por causa da estabilização do crescimento demográfico e a tendência é continuar aumentando conforme o envelhecimento da população. E se a pressão educacional tende a diminuir, por outro lado será necessário maior investimento em políticas públicas para a terceira idade, com aumento de unidades de saúde, de adaptação de calçadas e de edifícios públicos e de oferta de atividades voltadas para essa faixa etária. Os espaços públicos ganharão mais importância pela questão da mobilidade dos pedestres, por serem lugares onde podem ser realizadas caminhadas matinais, exercícios em aparelhos de ginástica, além de ser espaços favoráveis à socialização e à realização de eventos.

Cerca de 81% da população da Prefeitura Regional recebem menos de três salários mínimos (SMDU, 2015). A renda baixa é insuficiente para custear um imóvel com condições mínimas de moradia, próximo do local de trabalho ou da rede de infraestrutura e serviços públicos, restando aos moradores procurar imóveis compatíveis com a renda em loteamentos irregulares, ocupações ou favelas. Aproximadamente 9% da população da Prefeitura Regional moram em favelas, índice superior aos 7,3% do ano 2000, acompanhando a tendência municipal de população residente em favelas, que aumentou de 9,6% para 10,8% no mesmo período. Cerca de 29,8% da população da Prefeitura Regional Itaim Paulista estão sobre a Zona Especial de Interesse Social 1 (ZEIS-1)⁶¹, devido ao baixo padrão de moradia. No Distrito do Itaim Paulista, esse número é maior: 37,7%, com grande concentração de ZEIS-1 no perímetro do Parque Linear Itaim e em sua parte central, próximo da Rua Bandeira de Cataguases.

Figura 79 – Zoneamento da Prefeitura Regional Itaim Paulista. Observa-se a grande quantidade de ZEIS próximas ao Parque Linear Itaim e ao sul da Prefeitura Regional. Fonte: Geosampa.

⁶¹ Pelo PDE 2014 há 5 tipos de ZEIS: A ZEIS 1 – áreas com presenças de favelas, loteamentos irregulares, ocupações, habitação de interesse social, habitados por moradores de baixa renda. O interesse público é a manutenção dessas famílias nos lugares e requalificação dessas áreas através de regularizações fundiária e urbanística, recuperação ambiental e construção de Habitação de Interesse Social (HIS). A ZEIS 2 são glebas ou grandes lotes, ideais para a construção de HIS; ZEIS 3 são imóveis desocupados, cortiços ou subutilizados em áreas providas de serviços públicos e de emprego e há interesse do Poder Público ou de particulares de construir HIS; ZEIS 4 é semelhante à ZEIS 2, porém localizadas em Áreas de Proteção dos Mananciais das bacias hidrográficas da Billings e Guarapiranga; ZEIS 5 são lotes em áreas providas de serviços públicos e de emprego e há possibilidade de construção de HIS (SÃO PAULO, 2014).

INADEQUAÇÃO DE MORADIA – DOMICÍLIOS COM 3 OU MAIS HAB/DORM NA ZONA LESTE (EM %)		
PREFEITURA REGIONAL	2000	2010
Aricanduva	9,40	6,30
Cidade Tiradentes	15,00	9,50
Ermelino Matarazzo	15,20	9,10
Guaianases	21,30	13,30
Itaim Paulista	19,30	11,30
Itaquera	15,10	8,80
Mooca	5,00	3,60
Penha	9,90	6,70
São Mateus	19,60	12,20
São Miguel Paulista	18,80	12,10
Vila Prudente	9,70	5,50
Município de São Paulo	12,50	7,90

Tabela 24 – Fonte: SMDU, 2015.

O baixo poder aquisitivo da população e a característica de ser região dormitório refletem na arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS), com Itaim Paulista sendo uma das prefeituras regionais com menor participação sobre a arrecadação, com 0,08% (SMDU, 2015). Dois terços dos empregos está nos setores de transporte, construção e comércio varejista (SMDU, 2015), atividades que são caracterizadas pelo perfil de empregos de baixa escolaridade (até Ensino Médio). A quase inexistência de escolas técnicas e de cursos de educação superior não criam oportunidades de empregos com rendimentos maiores dentro da Prefeitura Regional.

Ao observar o padrão construtivo das residências na Prefeitura Regional do Itaim Paulista, foi possível verificar que a maioria delas foi erguida pelo sistema de autoconstrução em lotes estreitos e profundos. Há conjuntos habitacionais construídos por órgãos públicos em áreas próximas do Parque Linear Itaim. Os últimos espaços livres privados significativos da região viraram condomínios residenciais, com grandes áreas impermeabilizadas, equipamentos de lazer e esportivos, criando enclaves autônomos que evitam o uso das ruas, dos equipamentos e dos espaços públicos do bairro.

A percepção de região carente é evidenciada pela quantidade de equipamentos públicos atendendo à Prefeitura Regional. Em toda a área da Prefeitura Regional há apenas cinco bibliotecas para aproximadamente 67 escolas públicas de ensinos fundamental e médio, sendo que não há nenhuma escola no extremo leste, próximo à divisa com Itaquaquecetuba. Há apenas uma Casa de Cultura, que foi implantada graças às reivindicações dos moradores, que cobravam o equipamento de cultura do então prefeito Mário Covas (1983-1985) e do secretário de cultura Gianfrancesco Guarnieri.

As escolas são bem distribuídas sobre o território, com algumas delas próximas ao Parque Linear Itaim, porém sem utilizar o local para atividades externas. Os principais motivos para a não utilização do parque linear são a ausência de estrutura física (sanitários, salas e equipamentos) para a realização de atividades escolares e a falta de apoio da SVMA em articular com as escolas do entorno a utilização da área verde, seja através do uso do playground e quadras por meio de visitas monitoradas para apresentar a importância ambiental e social do parque. As três escolas técnicas públicas da Prefeitura Regional estão localizadas no eixo da Avenida Marechal Tito, nenhuma ao sul da região. O índice de alfabetização na área da Prefeitura Regional é de 95,70%, maior que os 93,56% de 2000, permanecendo, porém, como uma das sete piores dentre as 32 prefeituras regionais paulistanas, e abaixo da média municipal, que é de 96,99% (SMDU, 2015).

Figura 80 – Mapa de equipamentos escolares na Prefeitura Regional Itaim Paulista e sua relação com os parques municipais. Desenho: Wellington Nagano sobre informações do Geosampa.

Assim como a educação, os postos de saúde também estão bem distribuídos na Prefeitura Regional. Entretanto, no Parque Linear Itaim não ocorre a prática de atividades esportivas espontâneas ou monitoradas por profissionais da saúde, como caminhadas ou ginástica ao ar livre, atividades comuns em outros parques lineares, pois o parque é fragmentado e apresenta trechos considerados inseguros. Dentro da Prefeitura Regional encontra-se o Hospital Santa Marcelina, um dos maiores do extremo da zona leste e com abrangência regional, atendendo pacientes dos municípios vizinhos. A relação de leitos públicos para cada 1.000 habitantes na Prefeitura Regional Itaim Paulista é de 0,82, abaixo da média municipal, que é de 1,53 (SMDU, 2015).

INDICADORES DE SAÚDE NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO				
PREFEITURA REGIONAL	COBERTURA DE UMA UBS PARA CADA 20 MIL HABITANTES		COBERTURA DE LEITOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (MIL/HAB)	
	2000	2010	2000	2010
Aricanduva	0,80	0,70	0,00	0,33
Cidade Tiradentes	0,60	1,00	0,00	1,05
Ermelino Matarazzo	1,20	1,20	1,36	1,35
Guaianases	1,00	1,00	2,29	2,96
Itaim Paulista	0,50	0,80	0,00	1,37
Itaquera	0,90	0,90	1,79	1,50
Mooca	0,80	0,60	3,10	2,67
Penha	1,10	0,80	0,14	0,11
São Mateus	0,90	1,00	0,38	0,62
São Miguel Paulista	0,60	0,80	0,52	0,49
Vila Prudente	0,50	0,60	0,00	0,82
Município de São Paulo	0,70	0,80	1,00	1,61

Tabela 25 – Fonte: SMDU, 2015.

O Itaim Paulista é caracterizado pela baixa cobertura vegetal, com arborização fragmentada no território e poucos maciços vegetais contínuos. O próprio Parque Linear Itaim Paulista não se caracteriza como corredor verde, não atendendo, portanto, parte da função ambiental prevista no PDE 2002. Isso ocorre na Prefeitura Regional devido à ausência de espaços adequados para o plantio de árvores; ao conflito com lotes estreitos, pois a presença das árvores são obstáculos para a entrada dos automóveis nas residências; à ausência de tratamento do solo para o plantio das árvores, levando-as a morrer prematuramente; e à depredação de usuários e moradores. Dentro de um lote estreito, cada metro quadrado tem muita importância, de tal forma que plantar uma árvore dentro de um terreno pequeno significa perder uma área vital para a expansão da casa. Além disso, as calçadas são estreitas, ocorrendo conflitos entre árvores e passeios.

Figura 81 – Rua Bandeira de Cataguases, em trecho próximo ao Parque Linear Itaim. Nota-se a ausência de arborização viária, a existência de calçadas irregulares e estreitas e a largura do leito carroçável, priorizando o tráfego de veículos em vez de calçadas maiores para os pedestres. Foto: Wellington Nagano.

O índice de Área Verde Pública (praças e parques) por habitante da Prefeitura Regional Itaim Paulista foi de 2,00 m² em 2011, número ligeiramente maior que o 1,80 m² de 2010 e o 1,49 m² de 2008 (REDE NOSSA SÃO PAULO, s/d). Isso ocorre devido ao aumento do número de parques entre 2008-2012, passando de 589.900 m², em 2008, para 744.000 m², em 2011. Apesar do aumento dos parques, o índice de Área Verde Pública da Prefeitura Regional Itaim Paulista continua como um dos menores da Capital.

ÁREA VERDE PÚBLICA (M ²) POR HABITANTE ENTRE 2008, 2011 E 2014 NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO			
PREFEITURA REGIONAL	2008	2011	2014
Aricanduva	1,14	2,58	4,10
Cidade Tiradentes	4,88	4,65	4,90
Ermelino Matarazzo	38,18	4,22	4,20
Guaianases	0,75	0,63	1,30
Itaim Paulista	1,49	2,00	2,10
Itaquera	3,76	12,19	12,90
Mooca	1,45	0,35	2,40
Penha	17,20	13,78	15,00
São Mateus	0,84	0,41	3,20
São Miguel Paulista	2,03	5,17	2,90
Sapopemba*	-	-	1,72
Vila Prudente	0,66	1,07	1,50
Município de São Paulo	11,58	12,50	14,10

Tabela 26 – * A Prefeitura Regional de Sapopemba foi criada em 2013. Fonte: SMDU (2015) e Rede Nossa São Paulo (s/d).

A taxa de cobertura vegetal, que engloba todo tipo de vegetação, arbórea ou rasteira, em propriedade pública e privada é de 5,5 m² por habitante, contra a média municipal de 54 m²/habitante. Entretanto, a média municipal é distorcida devido à presença dos maciços vegetais da Serra da Cantareira e Serra do Mar. Para evitar distorções, a comparação foi realizada apenas com as Prefeituras Regionais da Zona Leste, que possuem semelhanças na urbanização com a Prefeitura Regional Itaim Paulista.

TAXA DE COBERTURA VEGETAL NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO	
PREFEITURA REGIONAL	2014
Aricanduva	6,50
Cidade Tiradentes	22,10
Ermelino Matarazzo	8,80
Guaianases	12,40
Itaim Paulista	5,50
Itaquera	40,80
Mooca	3,80
Penha	17,00
São Mateus	43,60
São Miguel Paulista	8,90
Sapopemba	2,50
Vila Prudente	5,40
Município de São Paulo	54,00

Tabela 27 – Fonte: SMDU, 2015.

Os equipamentos públicos de segurança, como delegacias e corpo de bombeiros, são insuficientes para a região e distribuídos desproporcionalmente pela Prefeitura Regional. Como a estrutura viária do Itaim Paulista é fragmentada e apresenta diversos trechos sem continuidade ou transposição – principalmente leste-oeste - o atendimento a uma emergência médica ou policial torna-se difícil.

TAXA DE HOMICÍDIO NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO		
PREFEITURA REGIONAL	2000	2010
Aricanduva	45,35	16,07
Cidade Tiradentes	102,28	16,69
Ermelino Matarazzo	68,33	9,61
Guaianases	102,49	17,22
Itaim Paulista	58,76	10,71
Itaquera	69,47	16,21
Mooca	34,77	12,65
Penha	23,33	10,20
São Mateus	91,70	15,64
São Miguel Paulista	56,48	23,45
Vila Prudente	28,40	4,82
Município de São Paulo	57,29	14,17

Tabela 28 – Fonte: SMDU, 2015.

SANEAMENTO BÁSICO NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO				
PREFEITURA REGIONAL	% DOS DOMICÍLIOS ATENDIDOS PELA REDE DE ÁGUA		% DOS DOMICÍLIOS ATENDIDOS PELA REDE DE ESGOTO	
	2000	2010	2000	2010
Aricanduva	99,90	99,90	96,60	98,80
Cidade Tiradentes	99,10	99,50	87,30	92,50
Ermelino Matarazzo	99,80	99,90	87,50	93,60
Guaianases	99,30	98,90	77,60	87,20
Itaim Paulista	99,40	99,60	86,00	92,50
Itaquera	99,10	99,20	87,30	90,60
Mooca	99,70	99,80	98,90	98,80
Penha	99,80	99,80	94,40	95,90
São Mateus	97,20	96,70	74,20	87,00
São Miguel Paulista	97,60	99,00	76,70	89,60
Vila Prudente	99,90	100,00	95,70	97,70
Município de São Paulo	98,60	99,10	87,80	92,00

Tabela 29 – Fonte: SMDU, 2015.

A Prefeitura Regional Itaim Paulista evoluiu em diversos aspectos, como no acesso ao saneamento básico, na redução de homicídios, na estabilização demográfica, no aumento da cobertura média e de áreas verdes públicas. Entretanto, ocorreu aumento de domicílios em favelas, sendo que 53% deles não têm acesso a equipamentos culturais no raio de 1 km de sua residência. Outros indicadores que mostram a precariedade urbana da Prefeitura Regional Itaim Paulista são a quantidade de imóveis em áreas de ZEIS-1, a baixa taxa de empregos formais, levando muitas pessoas a trabalharem na região de outras prefeituras regionais ou em cidades próximas, com 37% da população da área da Prefeitura Regional levando mais de uma hora para fazer o percurso moradia-emprego (SMDU, 2015).

Apesar da melhora dos índices sociais, ambientais e de acesso à serviços públicos, muitos desses indicadores ainda apresentam valores inferiores à média municipal. Por esses motivos, a Prefeitura Regional Itaim Paulista está localizada em duas Macroáreas: de Redução da Vulnerabilidade Urbana e de Estruturação Metropolitana.

3.2 - PARQUE LINEAR ITAIM

O Parque Linear Itaim está localizado entre a Praça Silva Telles e o Hospital Santa Marcelina, no distrito do Itaim Paulista, estendendo por cerca de 2,6 km ao longo do Córrego

Itaim, entre o muro da Linha 12 da CPTM até a Rua Manoel Rodrigues Santiago, próximo da divisa com o município de Ferraz de Vasconcelos (Anexo 4).

A Avenida Marechal Tito é a principal via que cruza o Parque Linear Itaim, interligando a região com as Prefeituras Regionais de São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo e Penha, com os municípios da região leste da Grande São Paulo, além de ser o principal eixo comercial da Prefeitura Regional Itaim Paulista. As ruas Estevão Ribeiro Garcia e Itajuíbe são vias coletoras, usadas para acessos aos bairros, ao município de Ferraz de Vasconcelos e à Prefeitura Regional de Guaianases.

O Parque Linear Itaim estava entre os planejados do PRE 2004 da Subprefeitura Itaim Paulista. As primeiras ações ocorreram a partir de 2006, quando houve pressão popular para sanar os problemas relacionados às enchentes do Córrego Itaim naquele ano. Diante da situação, a Subprefeitura Itaim Paulista lançou o *Projeto Fluir*, com o objetivo de retirar as famílias das áreas de risco junto aos rios e de promover a requalificação ambiental deles. O Projeto Fluir tinha três políticas setoriais: *Habitat Cidadão*, prestação de assistência habitacional para famílias removidas das áreas de risco; *Transitaim*, construção de pontes ou passarelas sobre os corpos hídricos para estimular a circulação leste-oeste; e *Esporte Ambiental*, realização de práticas esportivas, eventos culturais e ambientais como forma de apropriação do espaço público (LUZ, 2013).

O Projeto Fluir ganhou dois prêmios de boas práticas: Prêmio São Paulo Cidade (2007), de boas práticas de gestão municipal, e o Benchmarking Ambiental Brasileiro (2008), sobre projetos ambientais. Para Luciana Travassos (2010), esses dois prêmios legitimavam e davam força para o programa dentro da Subprefeitura Itaim Paulista, além de ser exemplo para outras subprefeituras implantarem programas semelhantes.

O Habitat Cidadão era a política mais cara do Projeto Fluir, pois envolvia a remoção de moradias irregulares, obras de drenagem e infraestrutura. Sem recursos suficientes para implantar as ações, a Subprefeitura Itaim procurou parcerias com outros órgãos públicos para viabilizar as ações. Foram realizadas parcerias com a SVMA (implantação do parque linear), SEHAB (cadastramento de famílias e realocação), SIURB e SABESP (canalização e limpeza do Córrego Itaim). As habitações a serem removidas estavam classificadas como Risco 4⁶², o mais alto da Prefeitura de São Paulo, devido ao risco de enchentes e solapamentos das margens (LUZ, 2013).

A SVMA aproveitou a oportunidade da Subprefeitura Itaim Paulista de remover moradias ilegais para incluir o Córrego Itaim no Programa Parques Lineares.

DOMICÍLIOS EM FAVELAS LOCALIZADAS NA ÁREA LINDEIRA DO CÓRREGO ITAIM			
FAVELA	ANO OCUPAÇÃO	DOMICÍLIOS 2006	DOMICÍLIOS 2012
Alabama	1994	58	Removida
Itajuíbe	1996	450	45
Jardim Nélia / Jardim Elza	1989	394	500
Monte Taó	1981	452	107
Total		1.354	652

Tabela 30 – Fonte: LUZ, 2013.

⁶² A SEHAB utiliza na avaliação de imóveis juntos aos cursos d'água e morros quatro tipos de riscos que podem ocorrer durante o período de chuvas intensas: R1 – Risco Baixo, sem possibilidade de acidentes; R2 – Risco Médio, reduzida possibilidade de acidentes; R3 – Risco Alto, possível ocorrência de acidentes; R4 – Risco Muito Alto, é provável a ocorrência de acidentes (SEHAB, 2011).

Paralelamente, a FUPAM apresentava os estudos de viabilidade dos parques lineares como parte da consultoria contratada pela SVMA em 2006. O Córrego do Itaim foi um dos estudos realizados, escolhido junto com a SVMA por apresentar diversos contextos de inserção urbana, um dos prioritários⁶³ a ser implantados e receber a ação da Subprefeitura Itaim de remoção das moradias ao longo do córrego.

A FUPAM recomendava a implantação do Parque Linear Itaim em duas fases: a Etapa 1, denominada implantação imediata, correspondia basicamente a área atual do parque linear, com a remoção de moradias irregulares de Risco 4 que impediam a continuidade do parque, bem como a construção de passarelas, caminhos e ciclovias nas áreas removidas, como forma de impedir a reocupação dessas áreas.

A segunda etapa era a implantação integral do parque, com número maior remoção de moradias (majoritariamente demarcadas como ZEIS no PDE 2002), usando como critério os 15 metros de faixa *non aedificandi* da Resolução 369 do CONAMA. Foi realizado levantamento das áreas públicas e verdes próximas como forma de integrá-las com o parque linear. A questão da provisão de moradias para as famílias removidas era um dos principais apontamentos da FUPAM para a implantação do Parque Linear Itaim, pois a segunda etapa só seria bem-sucedida se o parque fosse implantado ao mesmo tempo em que as ações de realocação das famílias estivessem sendo realizadas.

As 275 moradias removidas receberam R\$ 5 mil de Verba de Atendimento Habitacional (VAH), como indenização pela remoção do local. Segundo Fabiana Luz (2013), a remoção das moradias e o seu não remanejamento significaram apenas a transferência de um problema para outro lugar, pois não foram construídas moradias para os moradores removidos. Alguns moradores conseguiram unidades habitacionais junto à SEHAB e à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU). Outros foram desclassificados dos programas de habitação por terem rendimentos abaixo do mínimo exigido. Sem opções de apoio do setor público, as famílias removidas utilizaram as verbas do VAH para aluguel e, quando o dinheiro acabou, voltaram para as favelas, estando algumas delas localizadas à montante do próprio Córrego Itaim. Até mesmo alguns dos que foram contemplados com unidades habitacionais voltaram para a favela por diversos motivos, como inadequação às regras condominiais, incapacidade de pagar as contas ou por morar distante do local de trabalho.

A situação que ocorreu no Córrego Itaim demonstra o desalinhamento temporal das políticas setoriais. A remoção e a realocação de moradias para construir um parque linear podem demorar anos, entre o desenvolvimento do estudo da área a ser removida, a realização de audiências públicas junto à comunidade afetada pela remoção, a escolha de terrenos para os empreendimentos habitacionais, a contratação de projetos, financiamento e licitação para construção das unidades habitacionais. E esse processo é suscetível à fatores externos, como o aumento da população a ser removida, restrições orçamentárias e ausência de continuidade. Depois de todo esse processo, pode acontecer de as prioridades para aquela área terem sido mudadas, deixando de ser parque linear para ser área livre, avenida ou até mesmo conjuntos habitacionais.

A Subprefeitura Itaim Paulista, apesar da estabilidade demográfica, ainda apresenta pressão por ocupações em áreas ambientalmente sensíveis, restando à municipalidade implantar o parque linear como estratégia para garantir que esses espaços anteriormente

⁶³ Além do Córrego Itaim, foram escolhidos como estudos de casos os Córregos Itararé (Butantã), Capão Redondo (Campo Limpo e M'Boi Mirim) e Cocaia (Capela do Socorro) (FUPAM, 2006).

habitados não sejam ocupados novamente. Se houver estabilidade demográfica no município de São Paulo, será possível dar tempo de resposta melhor para as demandas habitacionais e ambientais.

Em termos de mobilidade urbana, a Estação Itaim Paulista, da CPTM, é a mais próxima do parque. As linhas de ônibus circulam nas vias Itajuíbe, Estevão Ribeiro Garcia, Bandeira de Cataguases e Marechal Tito. Há apenas dois pontos de ônibus em toda extensão do parque linear, ambos situados na Avenida Marechal Tito, um para cada sentido de direção.

Não há ciclovias ou ciclofaixas na área pertencente à Prefeitura Regional Itaim Paulista, fato que mostra que não há aproveitamento da potencialidade da topografia plana do parque linear para estimular viagens não poluentes entre as moradias, o centro comercial e a Estação Itaim Paulista da CPTM. Mesmo se houvesse a intenção de implantar ciclovias no parque linear, isso esbarraria em conflitos físicos, como moradias junto às margens e a fragmentação do parque linear.

A ocupação do solo ao redor do Parque Linear Itaim é feita por residências e comércio local, exceto na Avenida Marechal Tito, que possui atividades de abrangência regional, como atacadistas, lojas de móveis e revenda de veículos. Equipamentos públicos próximos ao parque são majoritariamente das áreas de educação, assistência social e saúde. Outros tipos de equipamentos, como bibliotecas, centros culturais, centros esportivos, CEU e escolas técnicas são raros, não só no entorno do Parque, como também no distrito de Itaim Paulista como um todo.

No entorno do Parque Linear Itaim ainda existem diversas ocupações irregulares, pois muitas não foram classificadas como Risco 4, portanto, sem a necessidade urgente de remoção. Em alguns trechos há conflitos entre as ocupações e o parque linear, geralmente trechos onde há dúvidas sobre os limites do parque. A Favela do Monte Taó, na margem leste do Córrego Itaim, foi regularizada e urbanizada, tendo sido entregue junto com o Parque Linear Itaim.

Para a implantação do Parque Linear Itaim não houve nenhum terreno desapropriado, nem a necessidade de demarcação fundiária da área verde. A estratégia da SVMA e da Subprefeitura Itaim Paulista foi construir em terrenos ocupados anteriormente por favelas, como forma de se evitar as reocupações. Do ponto de vista jurídico, o parque linear não possui perímetro oficial, nem decreto de criação.

As ações previstas do Projeto Fluir no Parque Linear Itaim foram apenas parciais, em decorrência principalmente da falta de recursos para a provisão de moradias da população removida. O programa era uma ação reativa aos problemas de inundação do Córrego Itaim, sem a proposição de um plano de requalificação ambiental e urbana que contemplasse o córrego em sua totalidade e não apenas os trechos onde havia ocupações.

Figuras 83-84 – À esquerda: trecho do Parque Linear Itaim sem acesso público e fundo de lotes. A ausência de limites claros e de fiscalização são incentivos para essas áreas serem ocupadas irregularmente. À direita, trecho de fundo de lotes do Parque Linear Itaim, com a reurbanização da Favela Monte Taó à direita. Fotos: Wellington Nagano.

A principal característica do Parque Linear Itaim é a descontinuidade, sendo impossível reconhecer o parque como único objeto, pois há núcleos fragmentados e implantados em áreas residuais. A descontinuidade impede que haja reconhecimento de que o local é um parque linear, sendo confundido como praças pelos moradores e usuários do local.

O parque linear possui áreas de estar, quadra esportiva, campos de futebol, playgrounds, além de caminhos internos próximos ao córrego. Posteriormente, foram implantados equipamentos de ginástica na área de estar junto à Avenida Marechal Tito. O desenho do piso do parque linear é formado por linhas geométricas das áreas de estar, enquanto os traçados dos caminhos têm desenhos curvos ou sinuosos, com paginação ortogonal.

3.3 - AVALIAÇÃO PÓS-IMPLANTAÇÃO

Ao longo de 2,6 km de extensão, o Parque Linear Itaim apresenta diversos contextos urbanos, com áreas onde há maior apropriação do lugar, enquanto em outras há baixo movimento. A análise do parque foi seccionada em cinco núcleos, seguindo o modelo de análise da FUPAM. A secção por núcleos é para melhor compreensão de cada parte do parque linear e evitar análises generalistas do parque como um todo. Foi comparada as diretrizes elaboradas para o parque linear pela FUPAM com o projeto implantado pela SVMA/DEPAVE-1 e Subprefeitura Itaim Paulista e com os resultados pós-implantação do parque linear.

3.3.1 - NÚCLEO 1: FAVELA ALABAMA

Localizado entre a Avenida Marechal Tito e a Linha 12 Safira da CPTM, esse núcleo possui aproximadamente 470 metros de extensão. Na margem oeste do Córrego Itaim abrigava a Favela Alabama, com 57 famílias, que foram removidas pela Subprefeitura Itaim Paulista (LUZ, 2013).

Não houve intervenções nas margens do Córrego Itaim, apenas canalizações sob a Linha 12 da CPTM e no cruzamento com a Avenida Marechal Tito. Até a implantação do parque linear, o córrego recebia os esgotos provenientes da Favela Alabama e das moradias do entorno.

A transposição de veículos é feita pela Rua Salvador Balbino de Matos, com calçadas para travessias sem conformidade com as normas de acessibilidade. Próximos ao muro da Linha 12 da CPTM, há beco e passarela que interligam a Rua Itaim (margem oeste) com a Rua Antônio Nunes Pinto (margem leste), sendo utilizadas pelos moradores da Vila Itaim para se chegar à Estação Itaim Paulista da CPTM e ao centro comercial do distrito. O beco é a continuação da Rua Itaim e é a opção de acesso às residências que não foram removidas para a implantação do parque linear. O acesso às moradias da margem leste do parque linear é pelo beco da Rua Antônio Nunes Pinto, sem largura suficiente para a entrada do caminhão de lixo ou de ambulância.

Entre a Rua Salvador Balbino de Matos e a Avenida Marechal Tito, o acesso às residências era pela Avenida Tarcísio Mendes de Lima, sem pavimentação, e que terminava no terreno junto ao cruzamento da Avenida Marechal Tito com a Rua José Cardoso Pimentel. De propriedade municipal, esse terreno era usado como ponto de entulho. As moradias desse trecho são consolidadas, e não há ocupações ilegais nesse lugar.

Na Rua Moisés José Pereira, há um clube esportivo com três quadras. Esse imóvel não foi incluído na implantação do parque, a despeito de possuir estrutura esportiva já instalada e que poderia ser integrada com o parque linear

Na margem leste do córrego, entre a Rua Salvador Balbino de Matos e o muro da CPTM, encontram-se também moradias consolidadas, porém de fundos para o Córrego Itaim, sem acesso para o curso d'água. Na mesma margem, entre as ruas Salvador Balbino de Matos e Lourival Rodrigues da Silva, a Rua João Cleto da Silva separa as residências consolidadas do parque linear. Não houve nenhuma requalificação paisagística nessa margem, por não existirem ocupações e por ela ser estreita, apesar de possuir largura suficiente para a construção de calçadas sobre o leito carroçável. Entre a Rua Lourival Rodrigues da Silva e a Avenida Marechal Tito estão localizadas as antigas instalações de uma fábrica de bolas, que estava em atividade na época da consultoria da FUPAM.

Figura 85 – Imagem aérea do Núcleo 1, entre a Linha 12 da CPTM e a Avenida Marechal Tito. O parque linear foi implantado basicamente sobre a antiga Favela Alabama e o terreno localizado na esquina da Rua José Cardoso Pimentel com a Avenida Marechal Tito. Elaboração: Wellington Nagano.

Na Etapa 1 da FUPAM eram previstas a criação de caminho e de ciclovia sobre a Favela Alabama, a remoção de moradias entre a Rua Camilo de Nardis e a Rua Salvador Balbino de Matos para a construção de uma praça, a transposição em desnível de pedestres sob a Avenida Marechal Tito, aproveitando-se a mudança das tubulações para melhor fluxo da água, além da construção de passarela entre a Avenida Tarcísio Mendes de Lima e Rua João Cleto da Silva, como continuação da Rua Lourival Rodrigues da Silva.

Na segunda etapa era prevista a remoção quase total das moradias das quadras adjacentes ao Córrego Itaim, principalmente aquelas com fundos para o curso d'água, localizadas nas ruas Moisés José Pereira e Antônio Nunes Pinto. As moradias situadas nas ruas João Cleto da Silva e Tarcísio Mendes de Lima não seriam removidas, pois as vias são os delimitadores das residências consolidadas com o córrego (FUPAM, 2006).

As áreas removidas da Etapa 2 e que não faziam parte da APP seriam destinadas para uso habitacional, remanejando parcialmente as famílias removidas. Isso seria possível no trecho norte da Rua Moisés José de Oliveira e ao longo da Rua Antônio Nunes Pinto. Nessa última via, junto ao cruzamento com a Rua Cachoeira Escaramuça, seriam construídos bolsão de estacionamento e passarela para acesso às quadras da outra margem.

O clube esportivo e a então fábrica de bolas seriam mantidos e legalizados por estarem em APP, com a contrapartida através do Termo de Ajustamento de Conduta. Para o clube esportivo foi sugerida a abertura para a comunidade em dias da semana e a doação de equipamentos para o parque. A FUPAM não elaborou qual seria a forma de compensação pela fábrica de bolas.

Por último, a FUPAM recomendava a gestão compartilhada com os moradores do entorno, principalmente da Vila Itaim. No total, as intervenções dessas duas etapas totalizariam 39.820 m² e previam a remoção de 175 famílias.

Figura 86 – Proposta da FUPAM para o Núcleo 1. Elaboração: Wellington Nagano a partir de informações da FUPAM (2006).

Quando a FUPAM foi contratada para consultoria para os parques lineares, o Núcleo 1 já estava em projeto na SVMA/DEPAVE-1, pois a Favela Alabama havia sido removida pela Subprefeitura Itaim Paulista. A intervenção da SVMA foi a criação de caminhos de pedestres entre as ruas Itaim e Camilo de Nardis, com área de estar no final desta; a pavimentação por piso intertravado da Avenida Tarcísio Mendes de Lima, tornando-a compartilhada entre pedestres e veículos de acesso às residências do local; a construção de área de estar com playground no terreno junto à Avenida Marechal Tito. Em parceria com a SABESP, foi construída a rede coletora de esgoto na margem oeste do Córrego Itaim.

O projeto da SVMA era semelhante às recomendações da Etapa 1 da FUPAM, exceto pela desapropriação dos imóveis da Rua Camilo de Nardis, a passagem sob a Avenida Marechal Tito, ciclovia e a passarela interligando a Rua João Cleto da Silva com a Avenida Tarcísio Mendes Lima. A intervenção da SVMA não alterou o fundiário do local; foi realizada apenas onde tinha espaço livre, através do uso de propriedade municipal ou de remoção de famílias.

Na Avenida Tarcísio Mendes Lima, entre a Avenida Marechal Tito e Rua Salvador Balbino de Matos, o parque linear é implantado em apenas uma margem, sendo utilizado como acesso às residências voltadas para o Córrego Itaim. Aos moradores cabe a responsabilidade da limpeza da faixa verde entre o piso intertravado do parque e suas residências. A SVMA é responsável pela manutenção do piso do parque e da vegetação, a Prefeitura Regional Itaim Paulista pela limpeza do córrego e a LIMPURB pela coleta de lixo. Os moradores utilizam o parque linear como extensão de suas casas, por meio de estacionamento de veículos, plantio de outras espécies de plantas junto à margem e até mesmo instalando bancos para uso próprio. Apesar dessa sobreposição entre esferas pública e privada, essa área é relativamente bem preservada, pois tem visibilidade por parte das residências e usuários que circulam pelo trecho. Situação análoga acontece no trecho dessa mesma avenida, entre o beco da Rua Itaim e o muro da CPTM.

Figura 87 – Intervenção da SVMA no Núcleo 1. Desenho: Wellington Nagano.

Figura 88 – Corte da Rua João Cleto da Silva e Avenida Tarcísio Mendes de Lima. Sem nenhum tipo de passeio junto à calçada, o pedestre anda no leito carroçável. Na Avenida Tarcísio Mendes Lima, calçada e via de circulação são compartilhadas. Desenho: Wellington Nagano.

No trecho entre o beco da Rua Itaim e a Rua Camilo de Nardis, a Avenida Tarcísio Mendes de Lima é apenas via de piso intertravado implantada na antiga Favela Alabama, de fundo de lotes. Pela ausência de moradias voltadas para o caminho, esse trecho é evitado pelos

usuários. Sem movimento, a área torna-se propícia para usos ilícitos, como a venda e o consumo de entorpecentes, assaltos ou o descarte de entulho, principalmente próximo à Rua Camilo de Nardis, pois esse trecho oferece melhor acesso para veículos e para o descarte e há menos vigilância que no beco da Rua Itaim, pois o beco é utilizado pelos moradores como acesso às residências ou para cruzar o córrego.

Figuras 89-90 – Os limites tênues entre espaço público e privado ocasionam situações como o carro estacionado junto à margem do Córrego Itaim, na Avenida Tarcísio Mendes de Lima, e o piso do caminho sendo utilizado para preparação do cimento (e). O trecho é mais conservado pela presença de moradores e usuários. A mesma via entre a Rua Camilo de Nardis e o beco da Rua Itaim, sem moradias voltadas para o caminho e fundo de lote com o clube esportivo (d), a ausência de pessoas torna o local propício para descarte de entulhos e para a prática de crimes. Fotos: Wellington Nagano.

Na margem leste do córrego, por ser fundo de lotes e sem caminhos, prevalece a vegetação ripária, com eventuais pontos de lixo jogados pelas residências, ou o despejo de água pluvial no córrego. Na Rua João Cleto da Silva, a presença de residências voltadas para o córrego e a movimentação da via impedem o descarte de entulhos.

A área de estar no final da Rua Camilo de Nardis foi implantada para evitar a reocupação do lugar, entretanto, está escondida para quem circula na rua ou nas residências, encontra-se depredada e virou ponto viciado de entulho.

Figuras 91-92 – DET. 1.1 – Área de estar no final da Rua Camilo de Nardis, implantada para evitar a reocupação do lugar. Sem moradias ou transposições, a área é despercebida por quem mora no local. Desenho e foto: Wellington Nagano.

A área de estar no cruzamento da Avenida Marechal Tito com a Rua José Cardoso Pimentel tem maior visibilidade por estar ao lado de uma via de movimento intenso de veículos e pessoas. Entretanto, o plantio de árvores criou barreira visual para quem está na avenida, além de estar rebaixado em relação à via, sem integração do parque linear com a calçada da Avenida Marechal Tito. Essa calçada é estreita, impedindo a circulação de cadeirante ou de pessoa com

carrinho de bebê nos trechos onde há postes ou o totem do ponto de ônibus. Para impedir a queda de pessoas no barranco e no Córrego Itaim foram colocados gradis para a proteção de pedestres.

Internamente, os bancos e o playground não coincidem com as áreas de sombra do trecho, resultando em locais áridos e com visibilidade parcial da Avenida Marechal Tito. O banco da área de estar foi colocado em frente ao playground, tornando barreira para o acesso de crianças e sem seguir o projeto da SVMA. Posteriormente, foram instalados aparelhos de ginástica perto da Rua José Cardoso Pimentel – que atualmente estão deteriorados, seja por vandalismo ou pela falta de manutenção.

Figura 93 – DET. 1.2 – Apesar de estar situada em uma esquina, a área de estar tem pouco movimento devido à ausência de moradias e da escassez de atividades comerciais voltadas para o lugar. Barreiras como o banco na entrada do playground são inibidores para a apropriação da área verde. Desenho e foto: Wellington Nagano.

3.3.2 - NÚCLEO 2: JARDIM VIRGÍNIA

Esse núcleo é formado pelo quadrilátero das ruas Itajuíbe, Estevão Ribeiro Garcia, Avenida Marechal Tito e Viela Três. Com 560 metros de extensão, o Córrego Itaim possui suas margens canalizadas sob a Avenida Marechal Tito, que impedem o escoamento da água em dias de chuva, causando enchentes no local, mesmo depois do parque linear ter sido implantado.

Quase todo o quadrilátero está demarcado como ZEIS-2, à exceção do posto de gasolina na Avenida Marechal Tito e do conjunto residencial ao seu lado. A maioria das moradias é originada de loteamentos irregulares (FUPAM, 2006), com ruas estreitas, sem infraestrutura e com lotes de tamanhos aleatórios. As ocupações retiradas pela Subprefeitura Itaim Paulista estavam na margem oeste do córrego. As principais referências urbanas do local são o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) Jardim Nélia – instalado no antigo pesqueiro, a Associação Cultural e Esportiva *Nikkey* do Itaim Paulista (ACENIPA), o campo de *gateball* e o Conjunto Residencial Itajuíbe, construído no antigo depósito de blocos.

A única transposição de veículos está localizada na Avenida Marechal Tito, com três passagens de pedestres localizadas a menos de 60 metros de distância de cada uma, sendo que uma delas foi implantada pela ACENIPA como acesso ao campo de *gateball*.

Figura 94 – Núcleo 2 do Parque Linear Itaim, entre a Avenida Marechal Tito e Viela Três. Nota-se a distribuição desigual de passarelas. Elaboração: Wellington Nagano.

A proposta da FUPAM para esse núcleo previa a criação de calçadas e ciclovias dentro do parque linear, a extensão da Avenida Itamerindiba até a Travessa Adamus de Dore e ponte de veículos interligando a Viela Três com a Travessa Henrique Morgan. Foram propostas passarelas perto do Conjunto Residencial da Rua Estevam Ribeiro Garcia, do posto de gasolina e da Rua Tico-Tico Rei, além da ligação do parque linear com a Rua Itajuíbe por meio de duas passagens de pedestres. Para a implantação da Etapa 1 seria necessária a remoção de 44 moradias, além das 40 que a Subprefeitura Itaim Paulista retirou na mesma época. No total, a área do parque na Etapa 1 seria de 14.498 m².

No estudo, a FUPAM propôs diminuir um dos principais problemas de circulação da Prefeitura Regional de Itaim Paulista: a escassez de transposições leste-oeste, causada principalmente pela configuração das bacias hidrográficas, formando barreiras para transposições. Ao mesmo tempo, a consultoria reconhecia o córrego como meio de mobilidade de impacto mínimo, baixo custo e o potencial de usar a área remanescente para habitação social integrada com o parque linear.

A provisão de moradias para as famílias dentro desse perímetro era a principal meta da Etapa 2 dos estudos da FUPAM para o núcleo. A remoção dos loteamentos irregulares da APP para a implantação do parque linear condicionaria que as novas moradias fossem verticalizadas em áreas sem restrições ambientais. As instalações da ACENIPA e do antigo pesqueiro seriam preservadas, com a contrapartida de integrarem visualmente com o parque linear e de não construírem na faixa *non-aedificandi* da APP. O terreno do depósito de blocos seria desapropriado para a construção de habitações de interesse social. No total, seriam destinados 76.892 m² para a provisão habitacional.

O posto de combustível e o conjunto residencial da Rua Estevam Ribeiro Garcia deveriam cumprir o TAC a ser estipulado pela SVMA, por situarem sobre a faixa de APP. A área

destinada ao parque linear na Etapa 2 seria de 42.676 m², com a compartilhada com a associação de moradores do Jardim Virgínia.

O estudo da FUPAM para essa área não considerava ruas como divisas das novas habitações com o parque linear, com exceção de alguns trechos. Como eram diretrizes preliminares, não foi detalhada como seria a relação entre as novas moradias e o parque linear: calçada compartilhada, vias de acesso aos edifícios ou ser apenas fundo de lote, com a possibilidade de surgirem os mesmos problemas descritos da Avenida Tarcísio Mendes Lima, no Trecho 1.

Figura 95 – Proposta da FUPAM para o Núcleo 2. Elaboração: Wellington Nagano a partir de diretrizes da FUPAM (2006).

A SVMA implantou áreas de estar e playground em locais sem visibilidade, repetindo a mesma estratégia do Núcleo 1 e recorrente em outros núcleos. Foi implantado o coletor de esgoto da SABESP e caminhos de pedestres no local das moradias removidas. A passarela proposta na continuação da Rua Tico-Tico Rei não foi executada.

Os moradores preferem ir até à Rua Itajuíbe para chegar à Avenida Marechal Tito em vez de utilizar o caminho do parque linear, por ser mal iluminado, fundo de lotes, sem movimento de pessoas e sem pavimentação, uma vez que o piso intertravado foi furtado. Não há limites precisos entre o parque linear e as moradias não removidas, com lugares onde há dúvidas se seriam áreas públicas ou privadas.

A contenção das margens do Córrego Itaim foi feita de forma precária, com a percepção que a intervenção no córrego foi paliativa ou provisória, e não como política de requalificação e desenvolvimento dos fundos de vale, como estabelecido desde o PDE 2002.

Figura 96 – Intervenção da SVMA no Núcleo 2. Desenho: Wellington Nagano.

Mesmo com as remoções, há moradias que estão próximas do Córrego Itaim que podem entrar em risco no futuro, pela erosão gradual das margens. Em 2010, foi realizada a reforma da Avenida Marechal Tito sobre o Córrego Itaim e o tráfego de veículos foi desviado para o parque, que não foi reformado após a liberação da avenida.

Figura 97 – Reunião entre moradores, SVMA, Subprefeitura e outros agentes público no cruzamento do Parque Linear Itaim com a Avenida Marechal Tito. Nota-se as tubulações de concreto sob a avenida e a improvisação das margens. Foto: SVMA.

O antigo pesqueiro se tornou unidade do CAPS e o depósito de blocos, cuja intenção da Subprefeitura Itaim Paulista e da FUPAM era de transformá-lo em habitação de interesse social, virou o Condomínio Residencial Itajuíbe, realizado com capital privado. No trecho do condomínio junto à APP a vegetação existente foi preservada e integrada ao parque linear através do uso de gradis. Essa é a única edificação desse trecho que o fundo de lote faz integração visual com o córrego.

Figuras 98-99 – Duas situações do Parque Linear Itaim em fundo de lotes: trecho com muros (e) e com gradil no Conjunto Residencial Itajuíbe (d). A integração é apenas visual. Fotos: SVMA.

Toda área é de responsabilidade da SVMA, mas a insuficiência de mão de obra para o manejo, para a vigilância e a para a prevenção do furto de equipamentos – como roçadeiras, impede que haja manutenção constante não só desse núcleo, como também do parque linear inteiro. Não há coleta de lixo doméstico nas vias internas do quadrilátero, pois elas são estreitas para a entrada e manobra do caminhão, restando aos moradores levarem seus lixos até um local com serviço de coleta. A precariedade do serviço de coleta urbana estimula que o lixo seja jogado no córrego. Não há pontos viciados de entulho, pois a acessibilidade para se chegar até um ponto de descarte é inexistente e o cruzamento do parque linear com a Avenida Marechal Tito impede que o despejo seja feito sem ser observado.

Figura 100 – Corte representativo do Núcleo 2: a configuração do parque linear em fundos de lote é semelhante à trincheira, sem residências voltadas para o parque, propício para o acúmulo de lixo, de entulho e a para a prática de delitos. Desenho: Wellington Nagano.

A ocupação na margem oeste do Córrego Itaim tem inúmeras ligações irregulares de serviços básicos como água, esgoto e energia. As áreas de estar estão mais conservadas nos locais próximos às transposições, enquanto as que foram implantadas em trechos sem movimento de pessoas estão depredadas.

Figura 101 – DET. 2.1 – Área de estar na margem oeste do Córrego Itaim. Assim como em outros núcleos, a área foi implantada para se evitar reocupação. A passarela planejada no final da Rua Tico-Tico Rei não foi realizada. Desenho: Wellington Nagano.

Figuras 102-103 – À esquerda, a área de estar DET. 2.1, sem parte do piso. À direita, caminho entre a área de estar DET. 2.1 e a Avenida Marechal Tito restaram como vestígios da intervenção de parte do piso intertravado e do coletor de esgoto da SABESP. Fotos: SVMA.

As intervenções da SVMA e da Subprefeitura Itaim Paulista nesse núcleo foram aquém das recomendadas para a Etapa 1 da FUPAM, com remoção apenas de moradias que estavam em grau de Risco 4, sem haver remoção daquelas que seriam propícias para que o parque linear fosse mais utilizado e apropriado pelos moradores da região.

3.3.3 - NÚCLEO 3 – JARDIM CAMARGO

Localizado entre a Viela Três e a Rua Francisco Velásquez, esse núcleo tem a situação mais próxima do conceito de parque linear discutido no Capítulo II devido à presença de grandes áreas de espaços livres com larguras superiores a 30 metros em algumas margens, residências consolidadas e rua dividindo o espaço público e espaço privado. Ao mesmo tempo, apresenta

contrastes com a favela situada na margem oeste, restringindo os benefícios sócio-ambientais do parque linear para apenas uma parte dos moradores.

O Córrego Itaim possui cerca de 575 metros nesse núcleo, em curso natural até a Rua Francisco Velásquez, quando é canalizado por gabiões. Há quatro transposições no perímetro: duas para pedestres, na Travessa Henrique Morgan e em frente ao pesqueiro, e duas para veículos e pedestres, próxima da Rua Tristão Achaval e na Rua Francisco Velásquez.

Há três ocupações junto ao Córrego Itaim: na margem oeste há a Favela Itajuíbe, com cerca de 330 moradias, estendendo-se até um dos afluentes do córrego; quatro moradias estão junto à transposição da Rua Francisco Velásquez; e há, ainda, a sede da Associação Comunitária das Mulheres do Movimento dos Sem-Terra, com edifício na Rua Tristão Achaval, próximo da Viela Três. O parque linear foi implantado em áreas públicas, sem promover desapropriação ou remoção de moradias irregulares.

Figura 104 – O Núcleo 3 está implantado entre as ruas Tristão Achaval, Itamerindiba e Jeca Tatu. A Favela Itajuíbe ocupa uma das margens do Córrego Itaim. Elaboração: Wellington Nagano.

Além da associação, o pesqueiro é uma das principais referências do núcleo. Existem atividades econômicas no local, como oficinas, bares e salão de beleza, que funcionam como extensões das residências de seus proprietários, de tal forma que há variedade de movimento nas ruas.

Figura 105 – O edifício da Associação Comunitária das Mulheres do Movimento dos Sem Terra é destaque na paisagem do Parque Linear Itaim. Oferece serviços para a comunidade, como cursos profissionalizantes, além de abrigar um Núcleo de Convivência de Idosos em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social. Apesar dos serviços prestados junto à comunidade, é quase nula a utilização do parque linear pela associação. Foto: Ana Beatriz Silva Lima.

A Etapa 1 do estudo da FUPAM previa intervenções pontuais nesse trecho, como a ligação viária da Viela Três até a Avenida Itamerindiba; a remoção das quatro moradias da Rua Francisco Velásquez; a preservação da associação e do pesqueiro, mesmo situados dentro da faixa de 30 metros da APP, por serem equipamentos consolidados e de importância para o local; e a criação de caminhos e ciclovias, interligando esse trecho com os demais.

O parque proposto era do conceito “nuclear”, em que os usuários vão ao local para atividades programáticas. Segundo a FUPAM, a dimensão das áreas públicas é ideal para esse tipo de parque, não sendo propícia como praça de vizinhança.

No Capítulo II foi comentado que o parque linear tem sua atratividade e experiência com elementos da natureza no percurso e no cotidiano, diferentemente dos parques tradicionais (incluindo os nucleares), em que prevalece o uso programático. Não significa que determinados equipamentos possam ser de uso programático, como campos de futebol e quadras, mas a prevalência de atividades nucleares e programáticas podem gerar formas de apropriação diferentes dos parques lineares propostos como praça e não valorizar o rio como elemento estrutural do parque e da paisagem.

A Etapa 2 seria a reestruturação da Favela Itajuíbe e das moradias do afluente do Córrego Itaim, extrapolando o limite do parque linear. Seguindo o Código Florestal e a faixa de APP, a área resultante de moradias seria mínima, não sendo possível alocar todas as 330 famílias removidas, mesmo com a verticalização das moradias. Com a remoção seria possível implantar a margem oeste-sul do parque linear, entre as ruas Tristão de Achaval e Francisco Velásquez. As áreas das etapas 1 e 2 destinadas ao Parque Linear Itaim seriam de 92.905 m², com a FUPAM sugerindo que a gestão fosse compartilhada com a associação de moradores do Jardim Camargo.

Figura 106 – Proposta da FUPAM para a área. Destaque para a intervenção no afluente do Córrego Itaim. O uso para habitação ficou restrito basicamente à Rua Itajuíbe. Elaboração: Wellington Nagano a partir de informações da FUPAM (2006).

Nesse núcleo, a ação da SVMA foi requalificar as áreas públicas, reformando os campos existentes e criando áreas de estar, playgrounds e caminhos de pedestres. As áreas de estar estão localizadas, em sua maior parte, nas esquinas. A quadra e o pátio existentes dentro da Associação não foram incorporados ao Parque Linear Itaim, possivelmente pela falta de articulação entre a entidade e o Poder Público para criar um espaço compartilhado e mantido pela associação.

A associação cercou parte da calçada em frente ao edifício da Rua Tristão de Achaval para ser utilizada como estacionamento de veículos. A arborização dos trechos de propriedade pública na Rua Tristão de Achaval foi anterior à implantação do parque linear e preservada no projeto, porém a readequação da quadra de areia deixou a calçada entre ela e as árvores estreita.

A quadra poderia ser substituída por um gramado multiuso, com a possibilidade da associação, dos moradores, das entidades ou do Poder Público utilizarem a área para a realização de eventos comunitários, apresentações, feiras, campanhas de saúde, etc.

Figura 107 – Intervenção da SVMA no Núcleo 3. Desenho: Wellington Nagano.

Anteriormente, o container dos vigilantes ficava no trecho junto à quadra de areia, para possibilitar maior observação do parque linear, evitar a sensação de confinamento comum dos outros trechos e facilitar a locomoção em caso de surgimento de ocorrências no parque linear.

Figura 108 – DET. 3.1 - A Associação das Mulheres do Movimento dos Sem Terra é o principal ponto de atratividade do parque linear. Não há fundos de lotes nesse trecho do parque linear. Desenho: Wellington Nagano.

Figuras 109-110 – Calçada utilizada para estacionamento e acesso à Associação (e), com a vegetação e cerca impedindo a entrada de pessoas pela Rua Tristão de Achaval. Trecho da Rua Tristão Achaval com quadra, calçada estreita, arborização e veículo estacionado sobre o gramado (d). Fotos: SVMA (e) e Wellington Nagano (a).

As áreas implantadas junto às ruas Jeca Tatu e Tristão do Achaval possuem hierarquias de funções: residência, leito carroçável, calçada larga e arborizada, equipamentos públicos, área de preservação e o córrego. A Avenida Itamerindiba foi asfaltada e uma calçada foi implantada junto ao parque linear, sem espaço para arborização ou equipamentos, devido à proximidade com o Córrego Itaim. A via, por outro lado, tem largura superior ao fluxo de veículos que transitam nela.

Há o problema de assoreamento e erosão perto da passarela da associação, com a Subprefeitura improvisando tubos de concreto como forma de contenção, colocando em risco a calçada junto à Rua Itamerindiba. Esse problema é recorrente em outros parques lineares em que a intervenção nas margens do córrego foi mínima, podendo causar problemas de incompatibilidade de usos, como erosão, ausência de apropriação e despejo de esgotos.

Figuras 111-112 – Avenida Itamerindiba, com contenções improvisadas da margem leste (e), e a calçada estreita na mesma via (d). Fotos: SVMA (e) e Wellington Nagano (d).

Em 2015, a passarela da Travessa Henrique Morgan foi substituída por uma nova passarela, que segue as normas de acessibilidade universal. Foi implantada também uma passarela ao lado da travessia entre a Associação e o pesqueiro, pelo risco de desabamento da passarela anterior. Na transposição de veículos entre a Rua Tristão Achaval e a Avenida Itamerindiba foram trocados os guarda-corpos e feita a reforma dos pisos para os pedestres.

Figuras 113-114 – Reforma no piso e do guarda-corpo da ponte entre Avenida Itamerindiba e Rua Tristão Achaval (e). Passarela implantada entre o pesqueiro e a Associação das Mulheres do Movimento dos Sem-Terra (d). Fotos: Wellington Nagano.

Atrás dos campos de futebol da Rua Jeca Tatu há o caminho que interliga a Rua Francisco Velásquez e a Avenida Itamerindiba. Esse caminho é pouco utilizado, por não ser visível para quem está no parque linear. Além disso, e as muretas dos campos podem ser utilizadas como esconderijos.

Figura 115 – DET. 3.2 – Este trecho tem a situação mais próxima do conceito de parque linear, apesar de sido implantado em apenas uma margem. Desenho: Wellington Nagano.

Pelas características de implantação e do entorno, o Núcleo 3 é o mais apropriado do Parque Linear Itaim, pela presença de moradias voltadas para a área verde, diversidade, ainda que mínima, de atividades (comércio, associação e pesqueiro) e visibilidade. Entretanto, o parque linear não foi implantado nas duas margens, com a margem oeste possuindo moradias precárias e sendo que o córrego não foi requalificado. A implantação em apenas uma margem pode aumentar a percepção de desigualdade e injustiça entre os moradores, restringindo os benefícios da requalificação urbana a um grupo de moradores. No Parque Linear Itaim, essa situação seria temporária até a implantação da Etapa 2, mas a SVMA não tem planos de ampliação do parque.

Figura 116 – Corte representativo da Rua Jeca Tatu. A Favela Itajuíbe não foi requalificada durante as obras do parque linear. Desenho: Wellington Nagano.

Pelos relatos dos moradores, usuários e funcionários do local, todos reconhecem esse trecho como parque linear. A clareza dos limites do parque permite que a equipe de manejo cuide melhor da área, sem conflitos com outros usos. A presença de moradias voltadas para o espaço público contribui para a vigilância do local, seja observando pessoas estranhas, denunciando descarte de entulho ou cobrando do Poder Público a manutenção da área.

Figuras 117-118 – Projeto vs. Realidade: a foto à esquerda mostra que os bancos projetados pela SVMA na Rua Jeca Tatu com a Rua Francisco Velásquez são inutilizados pela população, que preferem sentar de forma improvisada nos canteiros sombreados pelas árvores. À direita, o banco da Rua Jeca Tatu seria mais utilizado se estivesse ao lado das árvores Fotos: SVMA.

O serviço de coleta de lixo e a vigilância pelos moradores e usuários impedem pontos viciados de entulho ou de lixo, salvo aqueles feitos por algumas moradias da Favela Itajuíbe, que não possuem serviços de coleta. Nas ruas Jeca Tatu e Tristão do Achaval há o problema de veículos estacionados sobre as calçadas do parque linear, situação recorrente em outros parques lineares, como o Caulim e o Canivete, pois a rua é estreita para o tráfego bidirecional de veículos. Além de danos à vegetação e ao piso do parque linear, e além de atrapalhar a circulação de pessoas, esse fato mostra o descaso para com o espaço público, que é muitas vezes utilizado para fins privados.

3.3.4 - NÚCLEO 4: JARDIM NÉLIA

O Núcleo 4 está localizado entre a Rua Francisco Velásquez e a Rua Domingos Martins Pacheco, com o Córrego Itaim percorrendo cerca de 730 metros, sendo 500 metros canalizados com gabiões entre as ruas Francisco Velásquez e Bartolomeu do Prado.

No estudo da FUPAM foi constatado que a maioria dos terrenos junto ao Córrego Itaim desse núcleo são públicos e loteados ilegalmente, com ocupação consolidada e favelas. A área está inserida como ZEIS-2 em toda a extensão. As favelas do trecho são o Monte Taó e Jardim Nélia, com 107 e 500 moradias, respectivamente (GEOSAMPA, s/d).

Há quatro transposições de veículos ao longo do trecho: Rua Francisco Velásquez, Avenida Bandeira de Cataguases – com tráfego médio de veículos e de linhas de ônibus – Rua Três e Rua Domingos Martins Pacheco.

Figura 119 – Núcleo 4: as intervenções da SVMA foram em locais que tiveram remoção de famílias. A canalização do Córrego Itaim, da Avenida Bartolomeu do Prado até a Rua Francisco Velásquez foi realizada pela SIURB e Subprefeitura Itaim Paulista. Já a reurbanização da Favela Monte Taó pela SEHAB e a instalação de coletor de esgoto foram feitas pela SABESP. Elaboração Wellington Nagano.

Na Etapa 1, a FUPAM previa a remoção das moradias em toda margem oeste do Córrego Itaim e, na margem leste, desde o final da Rua Bartolomeu do Prado até a Rua Domingos Martins Pacheco. Nessa etapa, pela ausência de espaços livres, a implantação do parque linear se resumiria à criação da ciclovia, caminhos de pedestres e três passarelas próximas das ruas Francisco Velásquez, Bartolomeu do Prado e Domingos Martins Pacheco. Para essa etapa, foi calculada a remoção de cerca de 131 domicílios.

A segunda etapa previa a retirada de 748 moradias, localizadas no polígono formado pelas vias Francisco Velásquez, Itajuíbe, Anastácio de Trancoso, Domingos Martins Pacheco, Pedro Palácios e Monte Taó, além dos domicílios localizados no afluente do Córrego Itaim. Não foram propostas novas transposições, apenas intervenções viárias pontuais, sem alterar a dinâmica de circulação do local. Parte da área desapropriada seria revertida para a construção de unidades habitacionais, absorvendo parte dos imóveis retirados. O parque seria nuclear e com funções de drenagem, pelas inundações constantes na Avenida Bandeira dos Cataguases.

Figura 120 – Proposta da FUPAM para o Núcleo 4. Elaboração: Wellington Nagano, a partir de informações da FUPAM (2006).

As diretrizes da FUPAM em todos os trechos idealizavam a situação ideal de parque linear para a região, seja do ponto de vista habitacional, paisagístico, ambiental e social. Mas a complexidade desses fatores e a sincronização de todos esses pontos são difíceis, pois cada um tem seu tempo de planejamento e execução. A remoção de quase 880 moradias do Núcleo 4 naquela época afetaria cerca de 3.520 pessoas, com demandas tão diversas e complexas que levariam anos para resolver apenas a questão habitacional, com risco de surgirem novos problemas, como a reocupação das áreas removidas e a ausência de recursos para a construção do parque linear. Portanto, a situação ideal esbarra em diversos fatores que não tornam possíveis que as diretrizes sejam seguidas a rigor.

Exemplo dessa situação ocorre entre a Rua Francisco Velásquez e Avenida Bandeira de Cataguases, em que a FUPAM recomendava a remoção da Favela Monte Taó e a reurbanização desse trecho, com o parque linear junto ao córrego. Entretanto, a Subprefeitura Itaim Paulista removeu apenas as famílias que estavam junto ao Córrego Itaim, sujeitas ao solapamento das margens e inundações.

Em vez de se retirar as moradias para a criação do parque linear – como proposto pela consultoria – foi realizada pela SIURB, em parceria com a Subprefeitura Itaim Paulista, a canalização do córrego com gabiões, transferindo as inundações para à jusante do córrego. E, nesse trecho, para se evitar que a água fluvial entrasse nas moradias, os gabiões foram elevados, isolando visualmente o córrego. As moradias não removidas foram reurbanizadas pela SEHAB entre 2007 e 2008, com a construção de rede de esgoto e água em parceria com a Sabesp, e foram feitas também a regularização da rede elétrica e a pintura das fachadas das moradias.

Figuras 121-122 – À esquerda, corte representativo da Rua Afuã, na margem oeste, e da reurbanização da Favela Monte Taó, na margem leste. À direita, a Favela Monte Taó, com destaque para a intervenção cromática. Desenho: Wellington Nagano. Foto: SVMA.

Entre a Avenida Bandeira de Cataguases e Rua Francisco Velásquez, a SVMA construiu dois playgrounds: um na esquina da Avenida Bandeira de Cataguases com a Rua Monte Taó e o outro na Rua Afuã, na margem oeste. Os brinquedos do playground da Rua Afuã estão quebrados. Já o playground situado no cruzamento da Avenida Cataguases com a Rua Monte Taó é visível da rua, mas é inóspito pela ausência de vegetação e pelo barulho da avenida, e não há acesso direto para a Rua Monte Taó, que possui mais residências.

Figuras 123-124 – Área de estar na Avenida Bandeira de Cataguases (e), ponto viciado de lixo, mesa sem sombra e fundo de lote. Playground no cruzamento da Avenida Bandeira de Cataguases e Rua Monte Taó (d): calçada estreita, com poste obstruindo a passagem e o único momento de sombra no local é proporcionada pela casa contígua ao playground, ao meio-dia, horário em que a maioria das crianças e mães está em casa. Fotos: Wellington Nagano.

Entre a Favela do Monte Taó e o muro de gabião do Córrego Itaim foi construído um caminho de pedestres interligando a Rua Francisco Velásquez com a Avenida Bandeira de Cataguases. Esse caminho é pouco utilizado devido à ausência de saídas intermediárias e sem visualização de quem circula por lá, por estar em trincheira formada pelos fundos das moradias e o muro do córrego. A travessia de pedestres pela Avenida Bandeira de Cataguases é perigosa, pois nas calçadas foram colocadas adutoras que ocupam o lugar do passeio, obrigando os usuários a andarem no leito carroçável para cruzar o córrego.

Figuras 125-126 – Tubulação sobre a ponte da Avenida Bandeira dos Cataguases (e), sem espaço para os pedestres. Muro de gabião isolando o Córrego Itaim das residências da Rua Afuã (d). Fotos: Wellington Nagano (e) e SVMA (d).

Figura 128 – DET. 4.1 - Planta das áreas de estar da Rua Três, na época da inauguração. Atualmente, há apenas vestígios dos bancos, passeios e tanque de areia. Desenho: Wellington Nagano.

Figuras 129-130 – Erosão da área de estar e assoreamento do Córrego Itaim (e). Na margem oposta, o banco é o único vestígio da área de estar, hoje utilizado para estacionamento de carros (d). Fotos: Wellington Nagano.

A degradação das áreas de estar do parque e o acúmulo de lixo ocorrem mesmo em locais abertos e com movimento de pessoas e veículos, mas não há permanência e o despejo ocorre em horários de pouco movimento. Não há acompanhamento do Poder Público em solucionar os problemas de erosão, de estacionamento de carros ou do acúmulo de lixo, tornando o espaço propício para atividades privadas ou ilícitas.

No trecho entre a Rua Três e a Rua Domingos Martins Pacheco, o parque linear é de fundo de lotes, sem caminhos ou equipamentos, apenas com vegetação. A Rua Domingos Martins Pacheco tem diversidade de atividades econômicas, como farmácia, açougue, lanchonete, padaria, mercado, sendo a maioria delas compartilhada com habitação.

Figuras 131-132 – Cruzamento da Rua Três com o Córrego Itaim (e), com as calçadas reformadas em 2015. Trecho do Parque Linear Itaim sem acesso público (d), com despejo de esgoto, erosão e lixo em suas margens. Fotos: Wellington Nagano.

O Núcleo 4 demonstra a não apropriação dos moradores e usuários das (tímidas) intervenções públicas no local, pois ali há problemas de prioridades. A preocupação do Poder Público sobre a área é voltada para a parte ambiental, sem atender as demandas sociais dos moradores mais preocupados com moradia, emprego e serviços públicos.

Percebe-se também a assimetria de investimentos e gestão do Poder Público sobre espaços públicos periféricos e centrais. Os espaços públicos centrais têm visibilidade política, social, econômica, paisagística e histórica, levando a uma maior cobrança da sociedade, seja individual ou coletiva, junto ao Estado. Na periferia, não existe a mesma visibilidade que há nas regiões centrais, pois os moradores têm menos poder político e, quando há, são reivindicadas demandas mais urgentes, como moradia, saúde, educação, segurança e emprego.

3.3.5 - NÚCLEO 5: FAZENDA ITAIM

A intervenção oficial da SVMA nesse núcleo foi entre a Rua Sebastião Lopes Grandio e a Rua Manuel Rodrigues Santiago, com o Córrego Itaim percorrendo cerca de 330 metros de extensão. Os estudos da FUPAM consideravam o núcleo entre a Rua Domingos Martins Pacheco e a cidade de Ferraz de Vasconcelos, com o Córrego Itaim percorrendo aproximadamente 970 metros nesta área.

As moradias seguem o mesmo padrão construtivo de autoconstrução dos outros setores e, na porção sul, há concentração de conjuntos habitacionais construídos pela CDHU e COHAB. Toda a área está demarcada como ZEIS-2, a mesma designação da época da consultoria da FUPAM.

Na época da consultoria, apenas o trecho entre a Rua Domingos Martins Pacheco e a Rua Sebastião Lopes Grandio possuía moradias voltadas para o parque, com o córrego canalizado entre essas duas vias – esse trecho não faz parte do Parque Linear Itaim. Entre a Rua Sebastião Lopes Grandio até a divisa com o município de Ferraz de Vasconcelos os imóveis eram predominantemente fundos de lotes, sem vias de acesso. Não havia transposição de veículos sobre o Córrego Itaim entre as ruas Sebastião Lopes Grandio e Manoel Rodrigues Santiago, apenas pinguelas para pedestres, localizadas nas ruas Vicente de Oliveira Leme e Mário Sammarco.

Figura 133 – Núcleo 5: destaque para a gleba onde era prevista a alocação das famílias removidas. A SVMA e Subprefeitura Itaim Paulista implantaram apenas 1/3 do parque linear proposto pela FUPAM. Elaboração: Wellington Nagano.

A Etapa 1 proposta pela FUPAM previa a implantação do parque linear entre a Rua Manuel Rodrigues Santiago e a divisa com o município de Ferraz de Vasconcelos, com caminhos e ciclovias e a desapropriação de uma gleba de 2,6 hectares na Rua Sebastião Lopes Grandio para a construção de moradias destinada às famílias das áreas a serem removidas.

A Etapa 2 removeria todas as construções situadas na faixa da APP entre as ruas Sebastião Lopes Grandio e Cristóvão Benitez, criando o parque linear sobre as áreas removidas. As ruas transversais à Avenida Luís de Brito de Almeida seriam transformadas em vias do tipo *cul-de-sac* no trecho junto ao parque linear proposto, com exceção da Rua Vicente de Oliveira Leme. Seria construída uma ponte interligando as duas partes da Rua Sebastião Lopes Grandio separadas pelo Córrego Itaim, a extensão da Avenida Luís de Brito de Almeida até a Rua Manoel Rodrigues Santiago e passarela entre a Rua Pedro Palácios e a Rua Cristóvão Benitez.

As moradias removidas seriam transferidas para o conjunto habitacional construído na gleba desapropriada da Rua Sebastião Lopes Grandio. No total, seriam removidas 279 moradias, sendo 21 na Etapa 1 e o restante na Etapa 2. Não foi sugerido pela FUPAM como seria a gestão desse núcleo. O parque linear teria área de 86.250 m².

Por causa das intervenções junto à divisa dos municípios de Ferraz de Vasconcelos e São Paulo, a FUPAM apontava a necessidade de entendimentos entre as cidades para a construção do parque linear, a recuperação ambiental do córrego e a provisão habitacional, pois:

Essas ações se fazem necessárias em função também da necessidade de tratamento adequado da área da nascente do Córrego Itaim em direção ao município de São Paulo. Se as áreas que hoje se encontram livres e vegetadas vierem a sofrer uma ocupação irregular [...] serão gerados impactos negativos com o possível aumento do assoreamento das margens em função de alterações na vazão da água, entre outros, em toda a bacia hidrográfica. (FUPAM, 2006, pg. 54).

A Avenida Luís de Brito de Almeida, entre a Rua Domingos Martins Pacheco e a Rua Sebastião Lopes Grandio, seria transformada em via compartilhada e as moradias seriam removidas para a ampliação da área permeável. Entretanto, a via possui pequenas atividades instaladas com moradias, fazendo com que a remoção alterasse todo um modo de vida dos moradores, pois a retirada e a transferência para conjuntos habitacionais impediriam que esses negócios continuassem a existir, restando sair do conjunto habitacional ou procurar outras formas de renda.

Mesmo que haja indenização por desapropriação, a mudança para outro lugar significa a perda da clientela do local, na maioria dos casos. Esse trecho é o que mais evidencia o conflito entre o Código Florestal e a realidade, pois a remoção esbarraria em diversos aspectos econômicos, físicos e sociais. Não seria melhor requalificar ambientalmente o lugar, mantendo as dinâmicas locais? A faixa de APP não significa que a área será regenerada ambientalmente, mas, sim, por meio de ações públicas de conservação de nascentes, da ampliação de rede de esgotos, da fiscalização contra despejo de lixo nos rios e da educação ambiental sobre a importância do corpo hídrico, e não de apenas reservar as margens para permeabilidade.

Figura 134 – Proposta de intervenção elaborada pela FUPAM. Elaboração: Wellington Nagano, a partir de informações da FUPAM (2006).

Não houve essa articulação intermunicipal proposta, pois a área implantada foi menor que a estudada pela FUPAM. As ações da SVMA, em parceria com a Subprefeitura Itaim Paulista, foram basicamente a construção de áreas de estar, a reserva de terreno para horta comunitária e a implantação parcial de calçadas junto ao córrego.

Simultaneamente à realização dos estudos da FUPAM e ao projeto do parque linear, a Subprefeitura Itaim Paulista realizava intervenções no local, como o prolongamento da Rua Luís de Brito de Almeida até a Rua Cristóvão Benitez; a construção de nova via na margem leste; a criação de área de estar na Rua Pedro Palácios; a construção de ponte sobre o córrego, interligando as ruas Mário Sammarco e Cristóvão Benitez e a quadra poliesportiva junto à Rua Mário Sammarco. Essas ações eram partes do Esporte Sustentável e da Transitaim, ambos integrantes do Projeto Fluir.

Figura 135 – Intervenções realizadas em 2008 pela Subprefeitura Itaim Paulista e SVMA. Desenho: Wellington Nagano.

Figura 136 – Trecho da extensão da Rua Luís de Brito de Almeida: ausência de calçada junto ao Córrego Itaim e de residências voltadas para a rua. Ao fundo, conjuntos habitacionais construídos pela CDHU e COHAB. Foto: Wellington Nagano.

Esse núcleo tinha a vantagem de ser realizado de acordo com os cronogramas das diversas secretarias, pois a gleba situada na Rua Sebastião Lopes Grandio poderia ser desapropriada para unidades habitacionais, sem a necessidade de remoção imediata ou custo com aluguel social. Essa oportunidade não é mais válida, pois foi construído conjunto habitacional privado, eliminando o único grande espaço livre disponível para a provisão de moradias de interesse social na região do parque linear.

Figura 137 – DET. 5.1 - Áreas de estar pulverizadas e sem integração entre elas. Nota-se a ausência de residências voltadas para o parque linear. Desenho: Wellington Nagano.

Apesar da maior parte desse núcleo estar implantado entre vias, não há apropriação dele por moradores e usuários, pois as vias são de fundo de lotes, não foi construída a calçada na Rua Luís de Brito de Almeida, como previsto, e a ausência de manutenção constante do parque aumentou a percepção de omissão do Poder Público sobre a área, favorecendo apropriações indevidas, como o estacionamento de veículos na calçada do parque linear, furto de areia do playground e o descarte de lixo e entulho. A ponte construída sobre o Córrego Itaim é precária e sem calçada para os pedestres. Além disso, o guarda-corpo está depredado.

Figuras 138-139 – Uma das áreas de estar do trecho DET. 5.1 (e). Na foto à direita é possível perceber a presença de entulhos, ponte degradada e ausência de calçada para travessia segura de pessoas. Fotos: Wellington Nagano.

Figura 140 – Corte da Rua Luís de Brito de Almeida. Apesar de não ser área do parque, mostra como a falta de integração do Córrego Itaim com o entorno torna o córrego despercebido pela população, sendo apenas um canal a céu aberto e com problemas de transposição de pedestres, sobretudo cadeirantes. Não há nenhuma intervenção paisagística no lugar e o acesso às passarelas é restrito pela presença de escadas. Desenho: Wellington Nagano.

A região entre as ruas Manoel Rodrigues Santiago e Cristóvão Benitez é considerada oficialmente parque linear, mas não teve nenhuma intervenção no local. De 2006 a 2016 a área foi sendo ocupada por algumas moradias, porém a ocupação foi mais acentuada entre a Rua Manoel Rodrigues Santiago e a divisa com Ferraz de Vasconcelos, ocorrendo o que a FUPAM advertira em 2006.

Figuras 141-142 - Trecho entre a Rua Cristóvão Benitez e a divisa com Ferraz de Vasconcelos, em 2006 (superior), sem moradias próximas do Córrego Itaim. Na imagem inferior, imagem de 2017 com ocupações junto às margens. É possível observar a alteração do curso do Córrego Itaim próximo aos conjuntos habitacionais Foto: Google Earth.

3.4 - CONCLUSÃO

Ao longo de mais de 2,6 km de extensão, a implantação do Parque Linear Itaim foi realizada sob diversos contextos. Em comum a todos os núcleos, as ações do Poder Público foram mitigatórias, a fim de evitar a reocupação das áreas de risco ao longo do Córrego Itaim. Não foram realizadas desapropriações ou provisão de moradias, apenas a remoção das famílias das áreas de Risco 4, que receberam valor de indenização tão baixo que a maioria dos antigos moradores retornou para as favelas, algumas situadas à montante do Córrego Itaim, pela impossibilidade de adquirir imóvel regularizado.

Apesar do planejamento da SVMA em contratar a FUPAM como consultora para a implantação dos parques lineares, a realidade implantada foi o arremedo das diretrizes da consultoria, devido ao custo do parque linear proposto ser superior às condições orçamentárias e à ausência de articulação entre órgãos públicos, restando à SVMA e à Subprefeitura Itaim os

custos da implantação do parque linear, e à SABESP, SIURB e SEHAB caber participações pontuais, em ações específicas.

Salvo em alguns trechos, a parceria entre a Subprefeitura Itaim Paulista e a SVMA não conseguiu lograr êxito na afirmação do Parque Linear Itaim como espaço público. A falta de políticas públicas paralelas, como a provisão de habitação, anulou os benefícios estabelecidos pelos planos diretores de 2002 e 2014 para os parques lineares. Caberia, então, à gestão pelo Poder Público das áreas implantadas do Parque Linear Itaim como protótipo para uma etapa posterior – o que poderia ser a Etapa 2 da FUPAM. Mas o declínio orçamentário da SVMA desde 2013, a ausência de políticas setoriais como educação ambiental e a integração do entorno com o parque, a descontinuidade dos serviços de manejo, a falência da empresa de vigilância em 2014 e a mudanças administrativas na SVMA entre 2013 e 2016 diminuíram o controle da Poder Público sobre o local.

CONCLUSÃO

Da ágora grega ao parque linear contemporâneo, o espaço público sempre segue as transformações da sociedade, acrescentando novos valores e significados ao longo dos anos. As relações entre pessoas – a esfera pública – também acompanham as transformações. Se na Grécia prevalecia a esfera pública no *stricto sensu*, na contemporaneidade prevalecem várias esferas públicas atuando como um sistema, no qual cada uma intervém na outra.

Estar em local público significa comunicar, ver e ser visto pelos outros, ao mesmo tempo que o espaço público pode representar determinada sociedade ou época. A ágora representava a democracia grega e a importância do diálogo – mesmo que a democracia fosse restrita à elite –, enquanto as praças e feiras em frente às igrejas mostram a influência teológica na sociedade da Idade Média e a *plaza* da América Espanhola é um símbolo do poder dos conquistadores sobre as antigas civilizações pré-colombianas.

O parque público – entendido aqui como sendo de propriedade estatal –, foi concebido como forma de atenuar os problemas urbanos e sociais decorrentes da Revolução Industrial, como o distanciamento do homem com a natureza. O parque conseguiu reaproximá-los, mas a interação era marcada por regras, segundo as quais a natureza tinha que ser apreciada à distância como forma didática de mostrar sua importância na cidade.

O parque foi alterando seu papel ao longo do Século XX, agregando novos usos, como esportes e recreação. Continuou como área de uso programático e a relação com o entorno era de autonomia. Ir ao parque ainda significa romper, por algum momento, com as práticas cotidianas do lugar. Estar no parque, assim como em outros tipos de espaços públicos, significa ter de conviver com regras, sejam explícitas ou construídas ao longo de anos.

O parque linear é o oposto do parque tradicional, que foi concebido nos séculos XVIII e XIX, como forma de criar um ambiente de refúgio da cidade industrial. No parque linear é o oposto, há interação entre natureza e homem, as atividades são mais cotidianas e há vínculos com o entorno. São conectores de áreas verdes, interligando desde parques urbanos até áreas de preservação regionais. Do ponto de vista da apropriação, o parque linear é mais próximo de praça. Foi incorporada a questão de infraestrutura urbana, como local de drenagem e preservação do corpo hídrico.

No Brasil, as intervenções nos cursos hídricos têm interface com diversos agentes públicos e privados, cada um com alguma responsabilidade sobre o rio ou córrego. Leis que pretendiam proteger os rios e morros, como o Código Ambiental, não foram eficazes em controlar a expansão urbana, principalmente na periferia. A reserva de terras criada pelo Código Ambiental e pela Lei do Parcelamento do Solo foi sendo ocupada pela população carente.

De certa forma, o Estado foi complacente com a ocupação dessas áreas, pois os pobres e excluídos resolviam por conta própria problemas relacionados com moradia, saneamento, mobilidade e habitação, direitos constitucionais estes que o Estado deveria assegurar. Entretanto, as políticas públicas são voltadas majoritariamente para a cidade formal, local das classes mais ricas e influentes, com visibilidade pública e maior poder de cobrança junto ao poder público.

A ocupação do solo na periferia paulistana foi anárquica, sem regras de parcelamento, de ocupação e sem seguir o Código de Obras, resultando em problemas como transporte público precário, alta criminalidade, problemas de saúde decorrentes da falta de saneamento básico e ausência de perspectiva de melhora na condição social dos cidadãos, devido à educação precária e por muitos deles trabalharem em subempregos. Esse conjunto de problemas sociais cria

bombas socioecológicas (MARICATO, 2000) em áreas onde o Estado deveria atuar mais fortemente para diminuir a desigualdade social.

A inclusão de parques lineares no Plano Diretor de 2002 de São Paulo pretendia reverter esse cenário urbano da periferia, por meio de ações de recuperação ambiental e urbanísticas, com os parques atuando simultaneamente como corredor ecológico, na drenagem urbana, preservação hídrica, mobilidade, ampliação da área verde e na criação de espaços públicos junto às margens, funções mais complexas que as de um parque tradicional.

São Paulo tem diversos agentes que atuam sobre o sistema de áreas verdes, alguns sobrepostos. Não há critérios técnicos para estabelecer o que é praça ou parque; a denominação é feita pela gestão de determinados órgãos, sendo consenso que parques municipais sejam administrados pela SVMA e as praças pelas Prefeituras Regionais.

Entre 2007 e 2013, a SVMA implantou 20 parques lineares ao longo de 15,5 km de córregos, totalizando 1.238.937 m² de áreas verdes, a maioria situada em áreas periféricas, onde a carência de áreas verdes e de espaços livres públicos é mais acentuada. O tratamento das margens dos rios e córregos foi feito em diferentes níveis, desde a canalização por concreto, uso de gabiões, recuperação da vegetação ripária e até mesmo evitando-se mexer nas margens. Apesar do PDE 2002 instituir que os parques lineares deveriam restituir a importância do sítio natural para os moradores, na prática foram poucos que resgataram o aspecto simbólico do curso d'água. Diversos deles continuam em trincheiras entre fundos de lotes, tamponados ou recebendo lixo e esgoto das residências.

Através do Programa Parques Lineares, e com consultoria da FUPAM, a SVMA elaborou instrumentos urbanísticos, estabeleceu parcerias entre órgãos públicos e escolheu áreas prioritárias para implantação dos parques lineares com a tipologia que ia desde o parque linear cotidiano até a preservação de um corredor ecológico. O Programa Parques Lineares foi ousado por propor intervenções em grande escala em diversas regiões do município, mas esbarrava em questões orçamentárias para a efetivação do plano. Em 2006, para desapropriar os 4 milhões de metros quadrados para os parques lineares Caulim, Cocaia e Nascentes do Aricanduva, seriam gastos R\$ 120 milhões, valor superior ao orçamento da SVMA de R\$ 102 milhões no mesmo período.

Diante de tal realidade, eram imprescindíveis alternativas para viabilizar os parques lineares sem depender do orçamento da SVMA. Uma das propostas foi a criação de Áreas de Intervenção Urbanística (AIU) para cada parque linear como forma de vender potencial construtivo para o financiamento da obra, utilização de fundos municipais como FUNDURB e FEMA, parcerias entre a SEHAB e SIURB e a emissão dos Decretos de Utilidade Pública (DUP) para assegurar a preferência do Estado na aquisição de imóveis, criando banco de terras públicas.

Entretanto, a legislação sobre AIU não foi aprovada, os recursos dos fundos municipais concorriam com outros programas públicos e as parcerias entre órgãos públicos aconteceram de forma pontual. Os DUP, únicos instrumentos que a SVMA tinha controle, foram sendo perdidos conforme venciam os prazos da desapropriação e a gestão municipal de 2013-2016 não renovou os decretos, colocando em risco a perda de áreas de importância ambiental.

A desistência da renovação dos DUPs e da expansão das áreas verdes mostram um dos principais problemas da administração pública brasileira: a ausência de continuidade das políticas públicas. Apesar do Programa Parques Lineares e 100 Parques serem bandeiras da

gestão 2007-2012, a maioria dos parques inaugurados estava prevista desde o Plano Diretor de 2002. A diminuição orçamentária, o fim da inspeção veicular obrigatória, a queda nos serviços de manejo e de vigilância nos parques e a troca constante de secretários por apoio político demonstram a ausência de continuidade das políticas ambientais da cidade.

Os parques lineares são exemplos dessa falta de continuidade das políticas públicas e também da suscetibilidade das forças do entorno pelo fato de ser aberto. Esse tipo de espaço público aberto foi novidade na SVMA, acostumada a gerir parques tradicionais e que foram implantados ao longo de décadas, fornecendo tempo para reflexões e estratégias de gestão de parques.

Entretanto, os parques lineares paulistanos foram inaugurados em menos de seis anos e, apesar dos estudos, critérios, planejamento e recursos para viabilizá-los, não houve reflexão sobre a forma de gestão deles por parte da municipalidade. Localizados em áreas periféricas e carentes de São Paulo, os parques lineares apresentam diversos problemas, indo desde as mais simples, como usar o gramado para estacionamento de veículos, até a realização de eventos para a comunidade, patrocinados pelo crime organizado, situações não presenciadas – ou de forma menos recorrente – nos parques tradicionais.

Em regiões onde as leis de ordenação territorial não são seguidas, resultando em lotes com pouco ou até ausência de espaço livre, o parque linear é, na maioria deles, o primeiro espaço livre público implantado pela prefeitura no bairro. Atividades cotidianas, como a prática de caminhada, o encontro de conhecidos ou de se levar crianças para brincar tornaram-se possíveis, assim como a realização de eventos públicos, como campanhas de saúde e festa comunitárias. Sempre existirão conflitos entre pessoas e instituições no espaço público. Assim, cabe ao Estado ser o mediador dessas forças e, tendo como base a tentativa e o erro, o diálogo, o reconhecimento das diferenças e a reflexão, os espaços públicos tornar-se-ão mais apropriados, imparciais e, principalmente, democráticos.

O parque linear representa a oportunidade da municipalidade de criar espaços públicos em áreas periféricas, regiões carentes desse tipo de espaço. Implantar espaços públicos em tais lugares não significa apenas a expansão de área verde, lazer ou recreação, mas também de crescimento e consolidação da cidadania, reconhecendo a atuação da esfera pública popular.

A articulação e integração dos órgãos públicos que administram as áreas verdes possibilitariam maior eficiência do orçamento municipal, racionalizando os recursos. Internamente, a SVMA tem a UMAPAZ, que pode elaborar cursos e programas de educação ambiental para envolver a população na gestão do parque linear – como comentado no Capítulo II -, e não apenas via Conselhos Gestores. O Departamento de Gestão Descentralizada, por exemplo, pode aproximar a SVMA e a Prefeitura Regional, que conhece melhor a realidade de cada área administrativa da cidade.

A apropriação do parque linear não depende apenas do projeto, mas da gestão, por meio de acompanhamento constante, realização de pesquisas, agilidade na solução de problemas e envolvimento da população na administração do espaço público. Esse último item depende do engajamento do administrador ou de políticas públicas, desde que haja continuidade dessas ações.

Sob este contexto, o Parque Linear Itaim recebeu a participação de diversos órgãos públicos (SVMA, SEHAB, SABESP, SIURB e Subprefeitura), contou com a assessoria da FUPAM na elaboração de diretrizes para o parque linear e o Programa Fluir ganhou prêmios. Entretanto, o

parque linear tem vários núcleos deteriorados, com falta de manutenção, uso privado de área pública e fragmentação dos núcleos, tornando ilegível reconhecer o parque linear em sua totalidade.

Previsto no PDE 2002, o Parque Linear Itaim foi inaugurado no momento em que a SVMMA trabalhava para expandir os parques e a Subprefeitura Itaim Paulista removia a população das margens do Córrego Itaim e procurava meios de evitar a reocupação das margens. Portanto, o Parque Linear Itaim não tinha o objetivo de promover a recuperação dos fundos de vale, conforme os objetivos dos Artigos 106 e 107 do PDE 2002, mas de prevenir a reocupação. A maioria da população removida não foi contemplada com unidades habitacionais; essas famílias receberam um auxílio financeiro que apenas evitou por um tempo que elas morassem novamente em favelas. A política de ampliação de áreas verdes não foi acompanhada da provisão de moradias e da requalificação urbana no entorno do Parque Linear Itaim.

Para que a avaliação pós-implantação do Parque Linear Itaim pudesse ser realizada, foi necessária que a análise fosse feita por núcleos, pois cada um deles tem peculiaridades e revela características do entorno, sendo que a generalização poderia levar a conclusões precipitadas a partir de um determinado ponto.

Como o objetivo do parque linear era evitar a reocupação, as intervenções no Córrego Itaim ficaram restritas aos coletores de esgoto construídos pela SABESP e ao trecho canalizado entre a Rua Francisco Velásquez e a Avenida Bandeira de Cataguases. As margens continuam em processo de erosão, há gargalos na vazão do córrego e a poluição da água permanece, devido à ocupação das margens à montante do córrego.

As diretrizes da FUPAM não foram seguidas em sua maioria, pois a situação ideal da consultoria foi confrontada com a realidade: recursos públicos são disputados por outros programas, processos de desapropriação e realocação de famílias podem demorar anos, existência de diferentes e distintas prioridades entre órgãos que atuam sobre a mesma área, além de mudanças de gestão que potencializam o risco de alterar políticas públicas do governo antecessor.

O Parque Linear Itaim foi implantado apenas em áreas que tinham sido desocupadas ou em espaços livres consolidados, como campos de futebol. Entretanto, o Parque não foi concebido como elemento de reestruturação do entorno do Córrego Itaim. A fragmentação das áreas verdes do parque linear dificulta a gestão pelas equipes de manejo e vigilância e não contribuiu para a valorização do entorno e para o surgimento de novos usos no espaço público. As favelas continuam nos mesmos lugares e a depredação, o furto de objetos e o uso privado do espaço público demonstram que o parque linear como espaço público ainda é frágil na periferia paulistana.

A apropriação do Parque Linear Itaim ocorre em trechos que estão mais integrados ao cotidiano dos moradores, visíveis da rua e com clara definição dos seus limites. São os locais onde o poder público prioriza a escassa manutenção das áreas periféricas, pela visibilidade e pelo uso mais frequente, portanto, com maior cobrança pelos moradores locais junto ao Estado. Ante à falta de respostas do poder público, os moradores eventualmente se organizam para tratar de algum assunto do parque linear, como limpeza das calçadas e reformas de equipamentos.

O desenho do espaço público pode estimular maior ou menor apropriação do local, mas não são fatores determinantes, como afirma Eugênio Queiroga (2001): “O contexto urbano e a

cultura dos lugares são, no geral, fatores mais significativos para o estabelecimento da razão comunicativa que o sistema de objetos que caracteriza a forma das praças” (QUEIROGA, 2001, pg. 217).

Além do contexto urbano e da cultura dos lugares apontados por Queiroga, a gestão pode determinar maior ou menor uso do parque linear. Um serviço regular de manejo, ações envolvendo a população para participar das decisões do parque linear, agilidade no reparo dos equipamentos, realização ou incentivo institucional para eventos no local, organização de passeios com grupos escolares para debaterem a importância ambiental e urbana desse espaço público e garantia da continuidade das políticas públicas são alguns dos fatores que podem gerar apropriações no local.

Entretanto, entre 2013 e 2017 a SVMA teve seis secretários; o orçamento da secretaria por metro quadrado de parque é o 59,47% menor (em valores atualizados) desde 2008, quando começou o Programa 100 Parques – apesar de o número de parques ter passado de 33 para 106 nesse período. A mudança de secretários significava a adoção de novas políticas ambientais, anulação de estudos e trabalhos realizados pelos técnicos da gestão anterior, troca de administradores de parque, etc., demonstrando que a questão ambiental se tornou secundária na gestão municipal. Esses acontecimentos demonstram que o problema não é apenas a gestão deste ou daquele parque, mas, sim, um problema estrutural, que denota ausência de política pública contínua.

Hoje, o parque linear está mais inserido no cotidiano da população do entorno. É o local onde se realiza a feira no Linear Sapé, a Feira de Saúde do Linear Canivete, onde instituições não governamentais utilizam as quadras do Linear Guaratiba para atividades físicas, local de descanso ou de conversa no Linear Rio Verde ou suporte ao *trailer* de lanches no Linear Cocaia. Esses parques lineares demonstram que a gestão pode ter papel fundamental para a apropriação do espaço público por meio de políticas públicas. A gestão é tão importante quanto o planejamento e o projeto, mas com a diferença que a gestão atua no cotidiano do local, podendo subsidiar informações com os dois primeiros.

O Estado – responsável pela gestão do espaço público – deve promover no projeto que o parque linear seja integrado com o tecido urbano, com as políticas públicas e projetos urbanos, e a gestão deve articular esse espaço público com a comunidade – o tecido social – como forma do parque linear promover e fortalecer a cidadania. Ao aumentar a percepção dos cidadãos sobre o meio físico, um dos objetivos do parque linear previsto no Artigo 273 do PDE 2014, como esses passam a ter melhor percepção de suas moradias, do lugar e do meio ambiente.

ANEXOS

PROGRAMA PARQUES LINEARES - 2006

FONTE DEVECCHI; IKEDA; ALEX, 2009.
DESENHO WELLINGTON NAGANO.

Anexo 1 – Inicialmente o Programa Parques Lineares não distinguia parques lineares junto aos rios daqueles localizados nas orlas das represas. A Zona Leste foi o local com mais propostas de parques lineares: 13.

PARQUES LINEARES IMPLANTADOS - 2017

FONTE WELLINGTON NAGANO, LEVANTAMENTO REALIZADO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL - SVMA

Anexo 2 – Parques lineares implantados junto aos rios.

Anexo 3 - Programa 100 Parques. Desenho Wellington Nagano

Anexo 4 - Parques implantados em São Paulo. Observação: não estão incluídos todos os parques sob gestão da SEME e da Prefeitura Regional. **Desenho** Wellington Nagano

LEGENDA

SECRETARIA (ESTADUAL) DO MEIO AMBIENTE - SMA

- 01 ALBERTO LOEFGREN (HORTO FLORESTAL)
- 02 BELÉM
- 03 CÂNDIDO PORTINARI
- 04 ESTADUAL DO GUARAPIRANGA
- 05 FERNANDO COSTA (ÁGUA BRANCA)
- 06 FONTES DO IPIRANGA (ESTADO)
- 07 JEQUITIBÁ (TIZO)
- 08 JUVENTUDE
- 09 VILLA-LOBOS

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE

- 10 ECOLÓGICO DO TIETÊ - NÚCLEO VILA JACUÍ
- 11 ECOLÓGICO DO TIETÊ - NÚCLEO ERMELINO MATARAZZO

CIA. DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

- 12 LINEAR VILA CARIOCA

CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO PAULO - SABESP

- 13 SABESP BUTANTÃ
- 14 SABESP CANGAÍBA
- 15 SABESP MOOCA
- 16 SABESP SUMARÉ

INSTITUTO FLORESTAL

- 17 CANTAREIRA
- 18 JARAGUÁ
- 19 SERRA DO MAR

PREFEITURAS REGIONAIS

- 20 ÁRVORES
- 21 LINEAR CORUJAS
- 22 LINEAR GAMELINHAS

SECRETARIA DA HABITAÇÃO - SEHAB

- 23 LINEAR AMÉRICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES - SEME

- 24 CENTRO ESPORTIVO DO TRABALHADOR (CERET)
- 25 CENTRO ESPORTIVO TIETÊ
- 26 ESPORTES RADICAIS
- 27 MOOCA
- 28 MUNICIPAL DO TATUAPÉ

FUNDAÇÃO ARON BIRMAN

- 29 BURLE MARX

SECRETARIA MUN. DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA

- 30 ALTOS DA BARONESA
- 31 ECOLÓGICO DO CAMPO CERRADO (DR. ALFREDO USTERI)
- 32 QUISSISSANA
- 33 RESERVA DO MORUMBI
- 34 SAVOY

PARQUES LINEARES

- 35 ARICANDUVA
- 36 CÔRREGO ÁGUA VERMELHA
- 37 CÔRREGO DO BANANAL/CANIVETE
- 38 CÔRREGO RAPADURA
- 39 FEITIÇO DA VILA
- 40 FOGO
- 41 GUARATIBA
- 42 INVERNADA
- 43 IPIRANGUINHA
- 44 ITAIM PAULISTA
- 45 JARDIM SAPOEMBA
- 46 MONGAGUÁ - FRANCISCO MENEGOLO
- 47 PARELHEIROS
- 48 RIBEIRÃO CAULIM
- 49 RIBEIRÃO COCAIA
- 50 RIBEIRÃO ORATÓRIO
- 51 RIO VERDE
- 52 SAPÉ
- 53 TIQUATIRA - ENG. WERNER ZULAUF
- 54 INTEGRAÇÃO - ZILDA ARNS NEUMANN

PARQUES NATURAIS

- 55 ITAIM
- 56 BORORÉ
- 57 CRATERA DA COLÔNIA
- 58 FAZENDA DO CARMO
- 59 JACEGUAVA
- 60 VARGINHA

PARQUES DE ORLA

- 61 BARRAGEM DO GUARAPIRANGA
- 62 CANTINHO DO CÉU
- 63 CASTELO
- 64 GUARAPIRANGA
- 65 JARDIM PRAINHA
- 66 NOVE DE JULHO
- 67 PRAIA DE SÃO PAULO
- 68 SÃO JOSÉ

PARQUES URBANOS

- 69 ACLIMAÇÃO
- 70 ÁGUAS
- 71 ALFREDO VOLPI
- 72 ANHANGUERA
- 73 BENEMÉRITO JOSÉ BRÁS
- 74 BUENOS AIRES
- 75 CARMO - OLAVO EGÍDIO SETÚBAL
- 76 CEMUCAM
- 77 CENTRA DO ITAIM PAULISTA
- 78 CHÁCARA DAS FLORES
- 79 CHÁCARA DO JOCKEY
- 80 CHICO MENDES
- 81 CHUVISCO
- 82 CIDADE DE TORONTO
- 83 CIÊNCIA
- 84 COLINA DE SÃO FRANCISCO
- 85 CONSCIÊNCIA NEGRA
- 86 CORDEIRO - MARTIN LUTHER KING
- 87 EUCALIPTOS
- 88 ECOLÓGICO PROF. LYDIA NATALÍZIO DIOGO
- 89 ERMELINO MATARAZZO
- 90 GUABIROBEIRA
- 91 GUANHEMBU
- 92 IBIRAPUERA
- 93 INDEPENDÊNCIA
- 94 JACINTHO ALBERTO
- 95 JARDIM DA CONQUISTA
- 96 JARDIM DA FELICIDADE
- 97 JARDIM HERCULANO
- 98 JULIANA DE CARVALHO TORRES
- 99 LAJEADO - IZAURA P. DE SOUZA FRANZOLIN
- 100 LEOPOLDINA - ORLANDO VILLAS-BOAS
- 101 LINA E PAULO RAIA
- 102 LIONS TUCURUVI
- 103 LUIS CARLOS PRESTES
- 104 LUZ
- 105 M'BOI MIRIM
- 106 MORDENISTA
- 107 NABUCO
- 108 NEBULOSAS
- 109 PINHEIRINHO D'ÁGUA
- 110 PIQUERI
- 111 POVO - MARIO PIMENTA CARVALHO
- 112 PREFEITO MÁRIO COVAS
- 113 PREVIDÊNCIA
- 114 RAPOSO TAVARES
- 115 RAUL SEIXAS
- 116 RODRIGO DE GÁSPERI
- 117 SANTA AMÉLIA
- 118 SANTO DIAS
- 119 SÃO DOMINGOS
- 120 SAPOEMBA
- 121 SENA
- 122 SENHOR DO VALE
- 123 SETE CAMPOS
- 124 SEVERO GOMES
- 125 SHANGRI-LÁ
- 126 TENENTE BRIGADEIRO ROBERTO FARIA LIMA
- 127 TRIANON - TENENTE SIQUEIRA CAMPOS
- 128 TROTE
- 129 VILA DO RODEIO
- 130 VILA DOS REMÉDIOS
- 131 VILA GUILHERME
- 132 VILA SÍLVIA
- 133 ZILDA NATEL

PRAÇAS TRANSFORMADAS EM PARQUES

- 134 LIONS CLUBE PENHA
- 135 VICTOR CIVITA

PARQUES ADMINISTRADOS PELA SVMA		
PARQUES LINEARES		
NOME	PREFEITURA REGIONAL	AREA M²
1 JARDIM SAPOPEMBA	SAO MATEUS	45.000,00
2 LINEAR ARICANDUVA (VIADUTO BADRA)	ARICANDUVA/VILA FORMOSA	70.000,00
3 LINEAR DO CORREGO AGUA VERMELHA	ITAIM PAULISTA	124.000,00
4 LINEAR DO CORREGO DO BANANAL/CANIVETE	FREGUESIA DO O/BRASILANDIA	51.640,09
5 LINEAR DO CORREGO RAPADURA	ARICANDUVA/VILA FORMOSA	16.489,62
6 LINEAR DO RIBEIRAO CAULIM	CAPELA DO SOCORRO	118.022,00
7 LINEAR FEITICO DA VILA	CAMPO LIMPO	38.450,00
8 LINEAR FOGO	PIRITUBA/JARAGUA	39.300,00
9 LINEAR GUARATIBA	GUAIANASES	22.200,00
10 LINEAR INVERNADA	SANTO AMARO	6.400,00
11 LINEAR IPIRANGUINHA	ARICANDUVA/VILA FORMOSA	19.500,00
12 LINEAR ITAIM PAULISTA	ITAIM PAULISTA	63.500,00
13 LINEAR MONGAGUA	ERMELINO MATARAZZO	48.000,00
14 LINEAR MUNICIPAL PARELHEIROS	PARELHEIROS	17.399,58
15 LINEAR RIBEIRAO COCAIA	CAPELA DO SOCORRO	64.126,00
16 LINEAR RIBEIRAO ORATORIO	SAPOPEMBA	28.600,00
17 LINEAR RIO VERDE	ITAQUERA	37.860,76
18 LINEAR SAPE	BUTANTA	24.827,00
19 LINEAR TIQUATIRA – ENG. WERNER ZULAUF	PENHA	194.500,00
20 ZILDA ARNS NEUMANN - INTEGRACAO	SAPOPEMBA	209.122,06
ÁREA TOTAL		1.238.937,11

PARQUES DE ORLA		
NOME	PREFEITURA REGIONAL	AREA M²
1 BARRAGEM DE GUARAPIRANGA	CAPELA DO SOCORRO	133.000,00
2 CANTINHO DO CEU	CAPELA DO SOCORRO	59.566,24
3 DO CASTELO	CAPELA DO SOCORRO	82.640,00
4 LINEAR SAO JOSE	CAPELA DO SOCORRO	95.183,00
5 GUARAPIRANGA	MBOI MIRIM	147.176,98
6 JARDIM PRAINHA	CAPELA DO SOCORRO	86.600,00
7 NOVE DE JULHO (ORLA DO GUARAPIRANGA)	CAPELA DO SOCORRO	537.514,93
8 PRAIA DE SAO PAULO	CAPELA DO SOCORRO	72.000,00
ÁREA TOTAL		1.213.681,15

PRAÇAS QUE VIRARAM PARQUE DESDE 2013		
NOME	PREFEITURA REGIONAL	AREA M²
1 PARQUE DO TATUAPE (LIONS CLUBE PENHA)	MOOCA	19.128,12
2 PRAÇA VICTOR CIVITA	PINHEIROS	13.648,00
ÁREA TOTAL		32.776,12

PARQUES FECHADOS PARA USO PÚBLICO		
NOME	PREFEITURA REGIONAL	AREA M²

1	ALTOS DA BARONESA	MBOI MIRIM	24.428,91
2	ECOL. DE CAMPO CERRADO DR. ALFRED USTERI	BUTANTA	17.693,42
3	QUISSISSANA (RESERVA)	ITAIM PAULISTA	28.000,00
4	RESERVA DO MORUMBI	BUTANTA	17.009,00
5	SAVOY (AREA PRESERVACAO SAVOY CITY)	ITAQUERA	10.600,00
ÁREA TOTAL			97.731,33

PARQUES NATURAIS			
	NOME	PREFEITURA REGIONAL	AREA M²
1	NATURAL ITAIM (RODOANEL)	PARELHEIROS	4.758.580,25
2	NATURAL MUNICIPAL BORORE (RODOANEL)	CAPELA DO SOCORRO	1.932.687,69
3	NATURAL MUNICIPAL CRATERA DE COLONIA	PARELHEIROS	535.901,86
4	NATURAL MUNICIPAL FAZENDA DO CARMO	ITAQUERA	4.486.530,63
5	NATURAL MUNICIPAL JACEGUAVA (RODOANEL)	PARELHEIROS	4.074.735,20
6	NATURAL MUNICIPAL VARGINHA (RODOANEL)	CAPELA DO SOCORRO	4.211.461,86
ÁREA TOTAL			19.999.897,49

PARQUES URBANOS			
	NOME	PREFEITURA REGIONAL	AREA M²
1	ACLIMACAO	SE	126.535,00
2	ALFREDO VOLPI	BUTANTA	132.111,00
3	ANHANGUERA	PERUS	9.622.290,15
4	BENEMERITO JOSE BRAS	MOOCA	26.568,00
5	BUENOS AIRES	SE	18.754,00
6	BURLE MARX	CAMPO LIMPO	189.000,00
7	CEMUCAM	COTIA	904.691,00
8	CENTRAL DO ITAIM PAULISTA	ITAIM PAULISTA	29.259,15
9	CHACARA DAS FLORES	ITAIM PAULISTA	41.700,00
10	CHACARA DO JOCKEY	BUTANTA	143.531,83
11	CHICO MENDES	ITAIM PAULISTA	61.600,00
12	CIDADE DE TORONTO	PIRITUBA/JARAGUA	130.075,91
13	COLINA DE SAO FRANCISCO	BUTANTA	47.291,00
14	DA CIENCIA	CIDADE TIRADENTES	179.590,69
15	DA CONSCIENCIA NEGRA	CIDADE TIRADENTES	162.908,68
16	DAS NEBULOSAS	SAO MATEUS	45.000,00
17	DO CARMO - OLAVO EGIDIO SETUBAL	ITAQUERA	1.500.000,00
18	DO CORDEIRO - MARTIN LUTHER KING	SANTO AMARO	35.000,00
19	DOS EUCALIPTOS	CAMPO LIMPO	17.500,00
20	ECOL. PROF. LYDIA NATALIZIO DIOGO	VILA PRUDENTE	80.500,00
21	ERMELINO MATARAZZO	ERMELINO MATARAZZO	5.000,00
22	GUABIROBEIRA	SAO MATEUS	264.779,98
23	GUANHEMBU	CAPELA DO SOCORRO	80.800,00
24	IBIRAPUERA	VILA MARIANA	1.584.000,00
25	INDEPENDENCIA	IPIRANGA	123.493,00
26	JACINTHO ALBERTO	PIRITUBA/JARAGUA	37.600,00

27	JARDIM DA CONQUISTA	SAO MATEUS	208.066,46
28	JARDIM FELICIDADE	PIRITUBA/JARAGUA	26.200,00
29	JARDIM HERCULANO	MBOI MIRIM	75.277,41
30	JULIANA DE CARVALHO TORRES	BUTANTA	52.822,00
31	LAJEADO - IZAURA P. DE SOUZA FRANZOLIN	GUAIANASES	14.500,00
32	LEOPOLDINA - ORLANDO VILLAS-BOAS	LAPA	113.783,00
33	LINA E PAULO RAIA	JABAQUARA	15.000,00
34	LIONS TUCURUVI	SANTANA/TUCURUVI	21.000,00
35	LUIZ CARLOS PRESTES	BUTANTA	27.100,00
36	LUZ	SE	113.400,00
37	MARIO PIMENTA CAMARGO	PINHEIROS	116.383,42
38	MBOI MIRIM	MBOI MIRIM	190.000,00
39	NABUCO	JABAQUARA	31.000,00
40	PARQUE DAS AGUAS	ITAIM PAULISTA	74.000,00
41	PARQUE MODERNISTA - CASA MODERNISTA	VILA MARIANA	12.607,00
42	PINHEIRINHO DAGUA	PIRITUBA/JARAGUA	320.000,00
43	PIQUERI	MOOCA	98.129,00
44	PREFEITO MARIO COVAS	PINHEIROS	5.396,00
45	PREVIDENCIA	BUTANTA	89.733,89
46	RAPOSO TAVARES	BUTANTA	176.315,00
47	RAUL SEIXAS	ITAQUERA	33.500,00
48	RODRIGO DE GASPERI	PIRITUBA/JARAGUA	36.000,00
49	SANTA AMELIA	ITAIM PAULISTA	29.500,00
50	SANTO DIAS	CAMPO LIMPO	157.800,00
51	SAO DOMINGOS	PIRITUBA/JARAGUA	79.100,00
52	SAPOPEMBA (ATERRO)	SAO MATEUS	272.000,00
53	SENA	JACANA/TREMEMBE	21.661,00
54	SENHOR DO VALE	PIRITUBA/JARAGUA	22.800,00
55	SETE CAMPOS	CIDADE ADEMAR	85.200,00
56	SEVERO GOMES	SANTO AMARO	34.900,00
57	SHANGRILA	CAPELA DO SOCORRO	82.000,00
58	TENENTE BRIGADEIRO ROBERTO FARIA LIMA	VILA MARIA/VILA GUILHERME	41.000,00
59	TENENTE SIQUEIRA CAMPOS (TRIANON)	PINHEIROS	48.600,00
60	TROTE	VILA MARIA/VILA GUILHERME	134.000,00
61	VILA DO RODEIO	CIDADE TIRADENTES	613.000,00
62	VILA DOS REMEDIOS	LAPA	103.382,00
63	VILA GUILHERME	VILA MARIA/VILA GUILHERME	26.000,00
64	VILA SILVIA	PENHA	6.491,95
65	ZILDA NATEL	LAPA	2.426,00
ÁREA TOTAL			19.199.653,52

Anexo 5. Fonte: Levantamento realizado pelo autor na SVMA.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHÃO, Sérgio L. **Espaço Público: do urbano ao político**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2008.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

ALEX, Sun. **Projeto de praça: Convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora SENAC, 2008.

ALMEIDA, José R. M; LEAL, Glauber A. S. Estado, Crime Organizado e Território: Poderes Paralelos ou Convergentes? *In*: XIII Jornada do Trabalho: a irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI - os novos desafios da geografia do trabalho, 2013, Presidente Prudente, SP. **Anais da XIII Jornada do Trabalho: a irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI - os novos desafios da geografia do trabalho**. Presidente Prudente, São Paulo: Centelha, 2013. p. 426-445.

BANCO ITAÚ. **Relatório anual de sustentabilidade – 2010**. São Paulo: Itaú Unibanco Holding, 2011.

_____. **Relatório anual de sustentabilidade – 2012**. São Paulo: Itaú Unibanco Holding, 2013.

BARROSO, Daniella A. **Projeto urbanístico Panamby: uma ‘nova cidade’ dentro de São Paulo?** 2006. 100p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

BARTALINI, Vladimir. **Parques Públicos Municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação**. 1999. 301p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BERMAN, John. **Central Park**. Nova Iorque: Barnes & Noble Publishing Inc., 2003.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNSTEIN, Fred A. Pardon his progress. **Landscape Architecture Magazine**, Washington, nº 105, p. 76-81, dez. 2015.

BRASIL. Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Approva o código florestal que com este baixa. **Presidência da República – Casa Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm. Acesso em: 18 de junho de 2017.

_____. Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. **Presidência da República – Casa Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3365.htm. Acesso em 28 de julho de 2017.

_____. Lei 4.711, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de setembro de 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm#art50. Acesso em: 18 de junho de 2017.

_____. Lei 7.511, de 07 de julho de 1986. Altera dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 de julho de 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7511.htm#art1. Acesso em: 18 de junho de 2017.

_____. Lei 7.803, de 18 de julho de 1989. Altera a redação da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e revoga as Leis nºs 6.535, de 15 de junho de 1978, e 7.511, de 7 de julho de 1986. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 de julho de 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7803.htm#art4. Acesso em: 18 de junho de 2017.

_____. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 de maio de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83. Acesso em: 18 de junho de 2017.

_____. Resolução CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente –APP. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de março de 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489>. Acesso em: 23 de maio de 2016.

BRYANT PARK CORPORATION (BPC). **Consolidated Statement of Actives**. Nova Iorque: KPMG, julho de 2016.

BURGOS, Rosalina. **Itaim Paulista: 20, 50 ou 400 anos?** Disponível em: http://www.itaimpaulista.com.br/portal/historia_bckp01092014.php. Acesso em: 15 de julho de 2017.

CARR, Stephen et al. **Public Space**. Boston: Cambridge University Press, 1992.

_____; LYNCH, Kevin Andrew. Open Space: freedom and control. In: TAYLOR, Lisa (Ed.). **Urban Open Space**. Nova Iorque: Rizzoli, 1981. p. 17-18.

CALDEIRA, Teresa P. R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: EDUSP / Editora 34, 2011.

CAVALCANTE, Diego D. De quem é essa terra? Uma análise histórico-constitucional da propriedade dos terrenos marginais (margens de rios). **Revista Jus Navigandi**, Edição 4.092. Teresina, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31894>. Acesso em: 20 de dezembro de 2017.

CRANZ, Galen. **The Politics of Park Design: A History of Urban Parks in America**. Boston: The MIT Press, 1982.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA (DAEE). **Relatório semestral de acompanhamento da execução do Programa Várzeas do Tietê – PVT: 2º. Semestre/2015**. São Paulo: Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, fevereiro de 2016.

DEVECCHI, Alejandra M. IKEDA, Rosélia M. ALEX, Sun. **Os parques lineares como estratégia de recuperação ambiental na cidade de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, 2009.

DOMINGUES, Raquel. **Instrumentos de gestão de parques urbanos**, o caso do Parque Burle Marx. 2016. 175p. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades) – Escola Politécnica. Universidade de São Paulo, 2016.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FLINK, Charles. SEARNS, Robert. **Greenway: A guide to planning, design and Development**. Washington: Island Press, 1993.

FRANCIS, Mark. **Urban Open Space: Designing for user needs**. Washington: Island Press / Landscape Architecture Foundation, 2003.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanos**. 2007. 273p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FUNDAÇÃO PARA PESQUISA AMBIENTAL (FUPAM). **Pesquisa e análise de aplicação de instrumentos em planejamento urbano ambiental no Município de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, agosto de 2006.

FUNDAÇÃO TIDE SETÚBAL (FTS). **Um olhar sobre São Miguel Paulista**. Manifestações culturais, ontem e hoje. São Paulo: Fundação Tide Setúbal, 2008. Disponível em: <http://www.fundacaotidesetubal.org.br/downloads/getFile/246/almanaque-um-olhar-sobre-sao-miguel-paulista-manifestacoes-culturais-ontem-e-hoje>. Acesso em: 03 de julho de 2017

GEOSAMPA. **Mapa Digital da Cidade de São Paulo**. Disponível em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: 03 de abril de 2016.

HARNIK, Peter. MARTIN, Abby. **Public Spaces / Private Money: the triumphs and pitfalls of urban park conservancies**. San Francisco: The Trust for Public Land, 2015.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Editora, 2014.

_____. **Espaços da esperança**. 7ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

HELLMUND, Paul. SMITH, Daniel. **Design greenways: Sustainable landscapes for nature and people**. Washington: Island Press, 2006.

_____. **Ecology of Greenways: Design and function of linear conservation áreas**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

INFOCIDADE. **População Recenseada (A)**. Disponível em http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_recenseada_1950_10491.html. Acessado em: 03 de julho de 2017.

_____. **População Censitária e Projeções Populacionais (B)**. Disponível em: http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/7_populacao_censitaria_e_projecoes_populac_2008_10489.html. Acessado em: 03 de julho de 2017.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. 3ª Ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 2011.

LUZ, Fabiana. **O tratamento dos conflitos socioambientais no âmbito do Programa 100 Parques para São Paulo**. 2013. 192p. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Universidade Federal do ABC, Santo André, 2013.

LYNCH, Kevin Andrew. **Good city form**. Boston: The MIT Press, 1981.

_____. **A imagem da cidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. O parque do desenho urbano. In: **Revista Paisagem Ambiente**, Edição 21. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 199-214.

MARICATO, Ermínia T. M. **A metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. In: **São Paulo Perspectiva**, v. 14, nº 4. São Paulo, outubro de 2000. P. 21-33. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 de dezembro de 2017.

MELO, Jesus M. **Itaim Paulista**. In: SILVA, Jailson L. (Org.). **I Concurso Literário: História do meu bairro, história do meu município**. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 2006.

MCHARG, Ian L. **Design with nature**. Nova Iorque: Natural History Press, 1969.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. São Paulo: Editora SENAC, 2013.

PARQUE IBIRAPUERA CONSERVAÇÃO. **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**. São Paulo: BDO RCS Auditores Independentes, 2016.

QUEIROGA, Eugênio F. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa**. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. 284p. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Área verde por habitante**. Disponível em: <http://nossasaopaulo.org.br/observatorio/analises.php?tema=8&indicador=56&ano=2008#info>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2016.

ROSE FITZGERALD KENNEDY GREENWAY CONSERVANCY (RFKGC). **How we are funded**. Disponível em: <http://www.rosekennedygreenway.org/about-us/>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

SALAZAR, Jennifer. **Canal Park: Methodology for Landscape Performance Benefits**. Disponível em: <http://landscapeperformance.org/sites/default/files/Canal%20Park%20Methods%20Document.pdf>. Acesso em 21 de julho de 2016.

SANTOS, Carlos N. F. (Coord.) **Quando a rua vira casa**. 3ª Ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SÃO PAULO (Estado). Lei 2.343, de 14 de maio de 1986. Altera o Quadro Territorial-Administrativo do Estado, criando distritos. **Diário Oficial de São Paulo (Estado)**. São Paulo, SP, 15 de maio de 1980. p. 1.

SÃO PAULO (Município). Decreto 27.690/1989, de 10 de março de 1989. Extingue Regiões Administrativas e Administrações Regionais. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, SP, 11 de março de 1989. p. 1.

_____. Decreto 39.597, de 6 de julho de 2000. Dispõe sobre a integração da Região Administrativa do Itaim Paulista – AR/IT, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, SP, 07 de julho de 2000. p. 1.

_____. Lei 10.135, de 29 de setembro de 1986. Cria os cargos e funções gratificadas que especifica, destinados aos quadros das Administrações Regionais de Vila Guilherme, Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Tucuruvi, Vale do Aricanduva, Itaim Paulista, Sapopemba, São Mateus e Jabaquara, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, SP, 30 de setembro de 1986. p. 1.

_____. Lei 13.399, de 01 de agosto de 2002. Dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, SP, 02 de agosto de 2002. p. 1.

_____. Lei 13.430, de 13 de setembro de 2002. Plano Diretor Estratégico. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, SP, 14 de setembro de 2002. p. 1.

_____. Lei 13.885, de 25 de agosto de 2004. Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, institui os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, SP, 06 de outubro de 2004. p. 1.

_____. Lei 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, SP, 01 de agosto de 2014. Suplemento.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESESTATIZAÇÃO E PARCERIAS (SMDP). Portaria 12/2017, de 09 de maio de 2017. **Diário Oficial do Município de São Paulo**. São Paulo, SP, 10 de maio de 2017. p. 11.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SMDU). **Caderno das Subprefeituras – Itaim Paulista**. São Paulo, 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO (SEMPA). **Agenda 2012 – Programa de Metas da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE (SVMA). **Proposta de adequação da Resolução 101/CONFEMA/2010**. 45 slides. Apresentação em Power Point. São Paulo, abril de 2011.

_____. **Guia dos parques municipais de São Paulo**. 3ª Ed. São Paulo, 2012.

SCHENK, Luciana B. M. **Arquitetura da Paisagem: entre o Pinturesco, Olmsted e o Moderno**. 2008. 171p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

SCIARRETA, Toni. Ao lado de espigões, Parque do Povo é respiro para o “pessoal da firma”.

Folha de São Paulo. São Paulo, 17 de abril de 2016. Especial Morar, p. 16.

SHINZATO, Paula. **O impacto da vegetação nos microclimas urbanos.** 2009. 173. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. (coord.). **Avaliação pós-implantação dos parques lineares no município de São Paulo 2002/2012.** São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, 2013.

SOUZA, Conrado B. **APPs fluviais urbanas e sistemas de espaços livres:** Uma análise da influência do Código Ambiental na forma da cidade brasileira. 2015. 165p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SOUZA, Felipe S. **A produção de espaços públicos pela iniciativa privada:** a criação de parques urbanos por empreendedores imobiliários. 2013. 398p. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

TRAVASSOS, Luciana R. F. C. **Revelando os rios:** os novos paradigmas para a intervenção em fundos de vale urbanos na Cidade de São Paulo. 2010. 243p. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (EPA). Office of Wastewater Management. **Tools, Strategies and Lessons Learned from EPA Green Infrastructure – Technical Assistance Projects.** Washington, 2015.

WHATELY, Marussia et al (Org.). **Parques urbanos municipais de São Paulo:** subsídios para a gestão. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.

WORLDWATCH INSTITUTE. **State of the world:** our urban future. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2007.